



**Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da
política de defesa portuguesa**
(O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701)

Bruno Romero Ferreira Miranda

Recife
2006

Bruno Romero Ferreira Miranda

**Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa
portuguesa**
(O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701).

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração: História do Brasil
Eixo Temático: Política e Sociedade
Linha de Pesquisa: Poder Político e Movimentos Sociais no Norte-Nordeste.
Orientador(a): Dr^a. Virgínia Maria Almoêdo de Assis.

Miranda, Bruno Romero Ferreira

Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701) / Bruno Romero Ferreira Miranda. – Recife: O Autor, 2006.

148 folhas : il., fig., quadros, gráf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. História do Brasil – Pernambuco colonial. 2. Questão defensiva – Fortificações – Estratégias de defesa. 3. Pernambuco pós-guerra (1654) – Reformas militares – Aulas de fortificação. I. Título.

**94 (81).026 CDU (2.ed.)
981.032 CDD (22.ed.)**

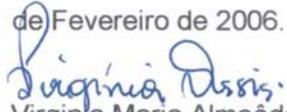
**UFPE
BC2006-266**

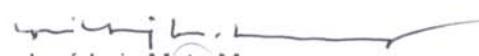


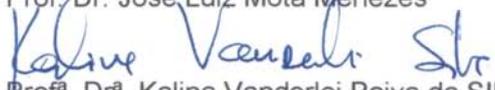
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO BRUNO ROMERO
FERREIRA MIRANDA**

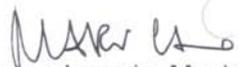
Às 09:00 h do dia 21 (vinte e um) de Fevereiro de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Bruno Romero Ferreira Miranda**, intitulada "**Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (O caso da capitania de Pernambuco, 1654 - 1701)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO COM DISTINÇÃO**" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Virginia Maria Almoêdo de Assis (Orientadora), José Luiz Mota Menezes e Kalina Vanderlei Paiva da Silva. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e a Secretária Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

Recife, 21 de Fevereiro de 2006.


Prof^ª. Dr^ª. Virginia Maria Almoêdo de Assis


Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes


Prof^ª. Dr^ª. Kalina Vanderlei Paiva da Silva


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Marta Lopes Gomes

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de uma pesquisa iniciada na graduação e que não teria tomado tal forma sem a ajuda de várias pessoas. Não será possível, neste curto espaço, agradecer a cada crítica e sugestão importante para o seu desenvolvimento, mas gostaria de indicar algumas contribuições. Primeiramente sou grato aos meus familiares, que tiveram que suportar minhas neuroses e ausências. Infelizmente, descontei neles os prazos e as dificuldades da pesquisa.

Uma investigação não nasce sem o auxílio de mestres. Ao Prof. José Luiz Mota Menezes, que abriu as portas da sua casa para que eu me servisse de sua magnífica biblioteca. Sem sua orientação e ajuda eu ainda estaria engatinhando na temática deste trabalho. Ao Prof. Luiz Severino, amigo que me deu a primeira oportunidade na área de pesquisa e que até hoje me aconselha. A Prof.^a. Virginia Almoêdo, que aceitou dois ‘desconhecidos’ para orientar, meu tema e a minha pessoa. A Prof.^a. Kalina Vanderlei, cujas observações me ajudaram a dar uma forma melhor para esta construção. Ao Prof. Marc Jay Hoffnagel, cuja disciplina ministrada ajustou minha problemática. Outros professores também disponibilizaram seu tempo para me ajudar de alguma forma. Refiro-me aos professores Marcus Carvalho, Antonio Paulo Rezende, Carlos Miranda e as professoras Tanya Brandão, Glícia Miranda, Ana Maria Barros e Christine Dabat. A estes minha sincera gratidão.

Mas minha dívida, paga infimamente com agradecimentos, também é feita para uma porção companheiros que de alguma forma me auxiliaram nesse percurso. Meus cumprimentos a Adriana Silva, Alarcon Agra, Daniel Breda, Douglas Batista, Edivaldo Júnior, Elisabeth Medeiros, Juliana Rocha, Lenivaldo Cavalcante, Maciel Carneiro, Mario Marangon, Rogério Ribau, Rodrigo Acioli, Tiago Reis e Veridiano Santos.

Não posso me esquecer do auxílio prestado pelas secretárias do curso de pós-graduação Carmem Santos e Marta Lopes, e de Viviane Cabral e Elaine Cristina do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH).

Outros professores também me ajudaram indiretamente neste trabalho: Antonius Snijders (*in memoriam*) e Jaap de Boer.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Enfim, foram muitas pessoas que de alguma forma me incentivaram. Peço desculpa aos esquecidos e reitero o agradecimento.

Resumo

Ao fim da guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie – WIC), em 1654, a Capitania de Pernambuco e boa parte do Brasil setentrional encontravam-se abalados. A desordem do sistema econômico e social compunha parte do cenário que imperava no pós-guerra do norte açucareiro. Na metrópole a situação não era distinta. Portugal ainda pelejava para conservar a independência ante os espanhóis e empreendia-se numa negociação sobre a rendição das tropas neerlandesas no Brasil. Para a Coroa portuguesa se fez necessário tomar atitudes político-militares no intuito de manter o que ainda restava de seu Império. A partir da historiografia colonial e dos documentos de ação do Estado Português, objetivamos perceber como as mudanças na política de defesa de Portugal influenciaram as reformas do poder militar em Pernambuco, em específico na questão das fortificações, nas primeiras décadas após 1654.

Palavras-chave: Fortificações, Brasil, Pernambuco.

Abstract

At the end of the war against West India Company (West Indische Compagnie – WIC), in 1654, the Captaincie of Pernambuco and a great part of the Northern Brazil were devastated. The disorder of economic and social system made part of this post war set. In Portugal the situation was not different. Portugal was still fighting against the Spanish Empire to maintain its independence and was also involved in a negotiation over the Dutch troop surrender in Brazil. For the Portuguese Crown it was necessary to make new political and military actions in order to keep what was left of its Empire. The purpose of this thesis is to perceive how these changes in the politics of Portuguese defense had consequences in the reform of the military power in Pernambuco, specifically on the issue of fortification, in the first decades after 1654.

Keywords: Fortifications, Brazil, Pernambuco.

Lista de ilustrações, quadros, gráficos e listas.

Ilustração 1 - <i>Premier Exemple, XIX Feuil</i> . [Primeiro exemplo. Folha XIX]. 1704.	p. 41
Ilustração 2 - <i>Les Places D'Armes. VI Feuil</i> . [A Praça de Armas. Folha VI]. 1704.	p. 42
Ilustração 3 - <i>Les Sapes. V Feuil</i> . [As Sapas. Folha V]. 1704.	p. 42
Ilustração 4 - <i>Bateries de Canon. VII Feuil</i> . [Baterias de canhão. Folha VII]. 1704.	p. 42
Ilustração 5 - <i>Olinda de Pernambuco</i> . Séc. XVII.	p. 50
Ilustração 6 - Sistema de fortificação da Praça do Recife 1631.	p. 54
Ilustração 7 - <i>Vista do Recife</i> . 1637.	p. 55
Ilustração 8 - <i>Vista do Recife, da Cidade Maurícia e do palácio de Friburgo a partir do istmo</i> . 1650.	p. 58
Ilustração 9 - <i>Vista da Cidade Maurícia a partir da terra</i> . 1650.	p. 58
Ilustração 10 - <i>Forte Frederik Hendrik</i> . 1640.	p. 59
Ilustração 11 - Sistema de fortificação da Praça do Recife 1648.	p. 61
Ilustração 12 - <i>Recife e Olinda</i> . 1648.	p. 65
Ilustração 13 - <i>CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve</i> . 1644.	p. 111
Ilustração 14 - <i>Recife 1648</i> .	p. 112
Ilustração 15 - [Planta do bairro do Recife]. 1733.	p. 113
Ilustração 16 - [Planta do bairro do Recife]. 1733.	p. 113
Ilustração 17 - <i>Recife 1733</i> .	p. 114
Ilustração 18 - “ <i>Planta do Projecto de Fortificação da Villa do Recife de Pernambuco</i> ”. 1739.	p. 115
Ilustração 19 - “ <i>Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antonio</i> ”. 1739.	p. 116
Quadro 1 - Engenheiros militares atuantes no Brasil e no Norte (1521-1777).	p. 122
Gráfico 1 - Engenheiros militares atuantes no Brasil e no Norte (1521-1777).	p. 123
Lista 1 - Governantes de Portugal e do Império Português, entre 1640 e 1777.	p. 144
Lista 2 - Vice-Reis e Governadores do Brasil, entre 1640 e 1702.	p. 144
Lista 3 - Governadores e Capitães-Generais de Pernambuco, entre 1654 e 1707.	p. 145
Lista 4 - Engenheiros militares atuantes no Brasil (1549-1777).	p. 145

Sumário

Agradecimentos	p. 4
Resumo	p. 5
Abstract	p. 6
Lista de ilustrações (figuras, quadros, listas e gráficos)	p. 7
Introdução	p. 9
Capítulo 1 – Quadro geral pós-Restauração (1640 e 1654): aspectos militares	p. 17
1.1 – Meios para a guerra	p. 28
1.2 – O medo ronda Pernambuco: ameaças estrangeiras no <i>post bellum</i>	p. 32
Capítulo 2 – A estratégia das fortificações na guerra do século XVII	p. 38
2.1 – O sistema de defesa do Recife (1630-1654)	p. 48
2.2 – Os derradeiros anos dos neerlandeses na Praça do Recife	p. 62
Capítulo 3 – Para a defesa da capitania de Pernambuco	p. 77
3.1 – Reformas militares na Capitania	p. 78
3.1.1 – O primeiro momento (1654-1669)	p. 81
3.1.1.1 – Redução dos terços	p. 96
3.1.2 – O segundo momento (1669-1701)	p. 100
3.1.2.1 – Aulas de fortificação do Recife	p. 117
Considerações Finais	p. 127
Bibliografia	p. 130
Fontes	p. 139
Anexos	p. 144

Introdução

Além da luta pela conquista da liberdade frente ao domínio espanhol, a dinastia dos Bragança – Dom João IV (1640-1656), Dom Afonso VI (1656-1667) e Dom Pedro II (1667-1706) – tinha uma missão ainda mais difícil: reconstruir o antigo Império Marítimo Português, que se estendia da Índia ao Atlântico Sul. Em verdade, a incumbência do novo monarca proclamado em 1640 era mais de preservar o que ‘sobrou’ daquele império do que reconquistar aquilo que Portugal construiu ao longo do século XVI.

Aquele foi um momento no qual a conjuntura européia era desfavorável para Portugal, que se combalia no confronto contra a Espanha e era sucessivamente ameaçado pelos Países Baixos. Este quadro adverso levou a feitura de alianças desfavoráveis com os ingleses (1661), que passavam a angariar privilégios comerciais no Ocidente e no Oriente, vantagens estas que, até então, eram de usufruto dos comerciantes de Portugal, e que terminaram por servir de sustentação ao Império Britânico do porvir ¹.

Com os domínios portugueses sob contínuos assaltos de ingleses e neerlandeses ², a salvaguarda de Portugal e de suas colônias dependia cada vez mais do incremento da política de defesa das suas possessões (base do combalido império luso). Essa incumbência resultou em uma reorganização dos quadros militares da Coroa. Ao encarar a colônia como uma extensão jurídico-institucional da Metrópole – salvo as particularidades – podemos supor certas vinculações das mudanças na organização militar de Portugal com o novo delineamento do aparato bélico da colônia. A intenção deste trabalho é elucidar quais foram os impactos dessa reforma no Brasil. Especificamente trataremos da questão das fortificações, empregadas como parte da estratégia de defesa para a Capitania de Pernambuco, nas primeiras décadas após a guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie – WIC) ³.

¹ SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680 – 1720: O império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 12-3.

² O adjetivo neerlandês será utilizado neste trabalho para designar os naturais dos Países Baixos. Utilizaremos também os termos holandês, flamengo e batavo para denominar habitantes do mesmo lugar. NEERLANDÊS. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM. Produzido por FL GAMA DESIGN Ltda.

³ Por vinte e quatro anos, no século XVII, a Companhia das Índias Ocidentais dominou parte do Norte do Brasil. Antigos parceiros comerciais de Portugal, os neerlandeses atacaram a maior das suas colônias, entre outras razões, porque travavam com a Espanha – que anexara o Império Português com a União Dinástica de 1580 – a guerra por sua independência. Invadir o Brasil era uma maneira de aliviar a frente de batalha européia e de tentar garantir o domínio do lucrativo comércio do açúcar. A tomada da zona produtora da cana-de-açúcar do Brasil foi um plano articulado pela WIC, fundada em junho de 1621, nos moldes de sua congênere, a Companhia das Índias Orientais (1602), empresa de capital privado que obteve do governo neerlandês o monopólio do comércio com a América e a África. A invasão de Salvador, sede do Governo Geral no Brasil, em 1624, durou apenas um

Para o entendimento deste questionamento vamos seguir três vias, que serão os capítulos deste trabalho:

A primeira delas procura compreender as motivações que levaram Portugal a tomar novos direcionamentos em sua postura militar. É dentro deste contexto maior que a nossa temática está situada, sendo os recursos utilizados na tentativa de resolver as carências defensivas o foco central de nossa ótica nesse extrato, sabendo também que as soluções metropolitanas para suas deficiências terminaram por atingir a política colonial. Dos meios aplicados tomamos a diplomacia e a criação de organismos burocráticos de competências exclusivamente militares para explicar os rumos empreendidos nos desígnios de proteção de Portugal e de suas colônias. Aproveitamos também para explicar como a Coroa financiava parte de sua ‘máquina militar’ e de como as ameaças oriundas do momento de conflito possivelmente fomentaram as atividades de resguardo na colônia.

A segunda parte desta obra considera aspectos relativos à guerra do século XVII, como o combate de sítio e a estratégia das fortificações no contexto dos confrontos europeus e americanos. Não era de se estranhar que a escolha pela utilização de fortificações fosse feita no século XVII. Afinal, dentro do espaço temporal abordado neste trabalho, a fortificação atingiu seu ápice tecnológico, e ao contrário do que afirmava Nicolau Maquiavel – que via no ato de se defender no interior de uma fortaleza uma covardia – fortificar não significava apenas resguarda-se de um inimigo ⁴. Dos séculos XV a XVIII as fortificações também passaram a ser usadas como eficientes armas de ataque, desde que bem situadas e coordenadas a outras estratégias defensivas – nunca sozinhas. Esperamos nesse capítulo suscitar uma ligação desse tipo de guerra tipicamente européia com as estratégias de defesa adotadas na colônia no período posterior a guerra contra os neerlandeses.

Por fim, o terceiro caminho tomado no entendimento de nosso objetivo considerou as reverberações do contexto contencioso na colônia, ou seja, como se processou a reorganização da defesa da Capitania de Pernambuco. Explanamos sobre uma série de planos – de reestruturação defensiva da Capitania – fomentados por representantes da Coroa e importantes figuras políticas locais, assim como discorremos como estes planos e propostas para a defesa de Pernambuco esbarraram em disputas políticas e jurisdicionais que nem sempre estiveram associadas às questões militares.

ano e deu prejuízo a WIC. Mas, em março de 1630, os neerlandeses invadiram Olinda, capital da Capitania de Pernambuco e o porto da dita Vila, Recife, onde permaneceram até a sua expulsão, em janeiro de 1654.

⁴ Sobre a opinião de Nicolau Maquiavel a respeito das fortificações ler: MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos políticos e A Arte da guerra**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002 e MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

Para desenvolver estes capítulos recorreremos a variadas fontes. O conjunto de fontes manuscritas, que compõe parte do mundo burocrático colonial dos séculos XVII e XVIII, constituiu a base principal da hipótese formulada. Foram constantes nas Cartas, Consultas Mistas e Cartas Régias do Conselho Ultramarino os relatos do estado em que se encontravam as estruturas de resguardo e as medidas cabíveis as autoridades da época. A constância desta temática na documentação analisada podia exprimir o vívido interesse da Coroa portuguesa em preservar e manter o conjunto defensivo de Pernambuco em meados do século XVII. Possivelmente também traduzia o temor e a apreensão com que foram tratadas as questões de ordem militar no período, bem como as disputas e conflitos jurisdicionais ocasionados durante esse período de reformas. Todo este conjunto de fontes manuscritas trabalhadas foi oriundo do LAPEH-UFPE (Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco), que contém o acervo do projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia, composto de documentos de ação do estado português.

Mas para tratar sobre o tema das fortificações e da tecnologia de guerra daquele período, foi necessário pesquisar sobre os tratados de arquitetura militar empregados pelos engenheiros militares do século XVII. Estas obras foram importantes fontes de estudo a respeito das estruturas fortificadas e dos conteúdos das aulas de fortificação organizadas no Recife (1701). Possivelmente estes mesmos tratados serviram de material didático das lições no Brasil. Utilizamos o ‘Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares’ (1680), de Luís Serrão Pimentel ⁵, principal tratado português de ensino da ‘arte de fortificar’, e o tratado do Marechal francês Sebastién Le Preste Vauban ⁶, ‘Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban’ ⁷, de grande influência no mundo da engenharia militar. Um trabalho posterior ao período estudado, mas de grande importância para a compreensão dos métodos e práticas de fortificação, foi ‘O Engenheiro Português’ ⁸, de

⁵ PIMENTEL, Luis Serrão. **Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares**. Lisboa: Edição Fac-Similada Impressa nas Gráficas da Imprensa Nacional, Direcção da Arma de Engenharia, 1993. O Tenente General da Artilharia Luís Serrão Pimentel (1613-1679) era Engenheiro-mor (1671) e Cosmógrafo-mor (1641) de Portugal. Foi responsável direto pela criação da Academia Real de Fortificação e Engenharia Militar de Lisboa (1647), tendo escrito um dos mais importantes tratados de fortificação do século XVII, o ‘Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares’, publicado no ano seguinte ao de sua morte, 1680; Os termos regular e irregular empregados no título do manual de Serrão Pimentel designam, respectivamente, uma fortificação de formato poligonal que possuía ângulos e lados iguais e uma fortificação que não tem ângulos e lados iguais. In: FORTES, Manoel de Azevedo. **O Engenheiro Português**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 8.

⁶ O Marechal Sebastién Le Preste Vauban (1633-1707) foi o principal engenheiro militar do Rei francês Luís XIV.

⁷ VAUBAN, Sebastién Le Preste. Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban. In: GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosperí, Influência em Espanha y América. Ediciones Tuero, 1991, p. 161-231.

⁸ FORTES, Manoel de Azevedo. Op. Cit.

Manoel de Azevedo Fortes, de 1729. Destas obras também retiramos alguns dos conceitos utilizados neste trabalho.

Também procuramos discorrer sobre a guerra de assédio, tipicamente europeia, mas que também foi praticada – com certas adaptações – no mundo colonial. Esse tipo de conflito estava baseado no domínio de posições fortificadas e foi amplamente aplicado durante boa parte do século XVII nas colônias portuguesas. Para apreender a execução desta ‘guerra de fortificações’ na Europa e no Novo Mundo, lançamos mãos de duas obras de Christopher Duffy, ‘Fire and Stone’ e ‘The Military Experience in the Age of Reason’⁹. Esses dois trabalhos nos possibilitaram compreender: os propósitos estratégicos da construção de recintos fortificados; como se processava a guerra de assédio, do planejamento do ataque ao arremate final; os custos de uma obra e como a escolha de um local para fortificar poderia servir para o controle de determinada região. Para consolidar o conhecimento sobre este assunto investigamos relatos portugueses referentes ao cerco do Recife (1653-1654) para exemplificar como se processava aquele tipo de ataque na colônia e fazer correlações com as práticas de guerra de sítio do período. Consultamos: a ‘Relação de Francisco Brito Freyre’, a ‘Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife’, do Mestre-de-Campo e General do Estado do Brasil Francisco Barreto de Menezes, a ‘Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil’ e a ‘Epanáfora Triunfante’ de Francisco Manuel de Melo¹⁰.

Antes de tratar do sítio do Recife foi necessário reconstruir o que convencionamos chamar de Praça do Recife¹¹, com seu sistema defensivo. Para isso empregamos algumas plantas do Recife produzidas por neerlandeses e portugueses, a saber: A ‘Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente do porto de Pernambuco’ (1631), a ‘Planta do Recife de 1637’, a ‘Planta do Porto de Pernambuco’ (1639), a ‘Carta do Porto de Pernambuco’

⁹ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone: The Science of Fortress Warfare, 1660-1860**. London: Greenhill Books, 1996; DUFFY, Christopher. **The Military Experience in the Age of Reason**. London: Wordsworth Military Library, 1998.

¹⁰ Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979, p. 101-108; Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Ilha de Fernando de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil & Governador de Pernambuco. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso II. In: Ibid., p. 111-120; Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco & mais praças que os Holandeses ocuparam naquele Estado. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso III. In: Ibid., p. 123-131; MELO, Francisco Manuel de. Epanáfora Triunfante. 1659. In: FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.

¹¹ Para caracterizar um núcleo urbano (todo o tipo de aglomerado urbano, seja cidade, vila ou povoação) como praça-forte parece ser fundamental que ele pudesse ser flanqueado (defendido por arte), cercado e que abrigasse sob suas muralhas – em caso de necessidade – toda a população em caso de ataque. In: SANTOS, Paulo. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 83; FORTES, Manoel de Azevedo. Op. Cit., p. 8.

(1644), a ‘Planta da cidade do Recife e Maurícia’ (1648), as ‘Plantas do Recife’ (1733) e as ‘Plantas do projeto de Fortificação do Recife e de Santo Antônio’ (1739)¹².

Servimos-nos também do inventário das fortificações edificadas pelos holandeses no Recife e das análises das plantas neerlandesas do Recife feitas por José Antonio Gonsalves de Mello e José Luiz Mota Menezes, para descrever o sistema de defesa da Praça do Recife após a rendição¹³. A análise dos registros iconográficos nos permitiu fazer importantes observações sobre o sistema de defesa da Praça do Recife. Neste conjunto iconográfico, composto de plantas dos projetos de fortificação e imagens dos núcleos urbanos, foram identificadas obras de fortificação construídas por portugueses e neerlandeses no decorrer do século XVII-XVIII.

Quanto à historiografia do período trabalhado, não encontramos uma obra que trate das mudanças na política de defesa de Portugal e de como estas transformações se manifestaram em relação a sua colônia brasileira. Esse é o nosso intento, ainda que nossa visão esteja centrada no aspecto de como esta modificação estava correlacionada a utilização da estratégia das fortificações no Norte do Brasil¹⁴.

Destacamos, todavia, alguns trabalhos que abordam o período pós-guerra e os outros subterfúgios defensivos da Coroa na colônia, como as obras de Kalina Vanderlei Paiva da Silva, ‘O Miserável Soldo’, que, além de nos trazer aspectos referentes à defesa na Capitania de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII, nos remeteu a uma ótica social da soldadesca

¹² Andreas Drewish Bongesaltensis. *Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente do porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais com fortificações, redutos e outras obras*. 1631. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976; Autor desconhecido. *Insula Antonij Vaazij. Área Insulae cum venisset in Brasiliam Mauritius Anno 1637*. [Ilha de Antônio Vaz. Área da ilha quando da vinda de Maurício ao Brasil no ano de 1637]. In: Ibid.; Autor desconhecido. *Planta do porto de Pernambuco, com a cidade Maurícia, a aldeia do Recife e os fortes circunvizinhos e todas as particularidades deles*. 1639. In: Ibid.; Johan Vingboons [do original Cornelis Bastiaensz Golijath]. “CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo ende bijleggende forten met alle gelegenthe den van dien”. 1644. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002; João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. *Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]*. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: Ibid.; Manuel Almeida da Fortuna. *Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]*. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: Ibid.; Cornelis Bastiaensz Golijath. *Recife e Olinda*. 1648. In: Ibid.; Diogo da Silveira Velloso. “PLANTA DO PROJECTO DE FORTEFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO”. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: Ibid.; Diogo da Silveira Velloso. “PLANTA DO PROJECTO de Fortificação do Bairro de S. Antonio, em Pernambuco”. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: Ibid.

¹³ **Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654**. Recife: Imprensa oficial, 1940; MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit.; MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: URB/Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

¹⁴ No decorrer do trabalho utilizaremos para a designação da atual região Nordeste os termos: Norte, Norte açucareiro e Capitânicas do Norte, que compreendiam, no período estudado, o Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco.

colonial. O contexto da narrativa de Kalina Vanderlei também foi o Pernambuco pós-guerra, recém saído do conflito contra os neerlandeses e reincorporado a jurisdição portuguesa ¹⁵.

A situação militar da Coroa descrita no ‘Miserável Soldo’, em meados do século XVII, compreende um Portugal pós-restauração ¹⁶, despreparado militarmente e que necessitava de mudanças estruturais em seu aparelho militar. Esta reorganização esbarrou em problemas econômicos advindos das guerras contra a Espanha e dos conflitos no mundo colonial. A tese de doutorado dessa autora também se constituiu em subsídios para este trabalho, pois trata de alguns dos expedientes adotados por Portugal para controle, manutenção e expansão na colônia, bem como das estratégias militares montadas a partir de alianças com grupos indígenas – utilizados como mão-de-obra bélica – e do arrematamento de elementos “marginalizados” dos núcleos urbanos açucareiros ¹⁷.

Dando seqüência às obras que embasaram a nossa pesquisa, citamos os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello: ‘Olinda restaurada’ ¹⁸, que retrata os anos de dominação neerlandesa em parte do Norte brasileiro (1630-54), assim como as duas guerras vividas neste espaço de tempo, a de Resistência e a de Restauração. Dentro dessa obra, destacamos os ‘temas do mundo militar’ do século XVII, bem como as questões referentes ao abastecimento das tropas, confrontos, táticas e dificuldades enfrentadas pelos soldados no meio nordestino.

Também foi relevante o segundo trabalho do autor intitulado ‘O Negócio do Brasil’ ¹⁹, que expõe a continuação do conflito entre portugueses e neerlandeses no campo diplomático, tendo como ápice a assinatura dos tratados de paz de 1661 e 1669, no qual os Países Baixos reconheceram a soberania portuguesa no Norte do Brasil em troca de concessões financeiras e comerciais. Estas pendências diplomáticas realçaram o processo de reorganização da defesa no Reino e no Brasil. Nesse sentido, é pertinente observarmos que se Evaldo Cabral nos trouxe informações sobre as questões diplomáticas, Charles Boxer nos

¹⁵ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

¹⁶ Ao longo deste texto vamos nos referir a duas restaurações. A primeira, de 1640, é a Restauração portuguesa. Referente à independência de Portugal frente à Espanha. A segunda, de 1654, é a Restauração pernambucana, na qual houve a recuperação de parte do Norte do Brasil das mãos dos holandeses.

¹⁷ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’** – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2003.

¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

¹⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil** – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 - 1669. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

forneceu alguns detalhes sobre essa guerra global colonial em que Portugal estava inserido e que levou o Império Luso a reconsiderar suas estratégias²⁰.

Outra obra que está na base interpretativa desta investigação é ‘A Fronda dos Mazombos’²¹, que trata dos confrontos pós-restauração (1654) entre Metrópole e Colônia traduzidas nas pelepas travadas entre a nobreza da terra e os mercadores recifenses, que despontaram na Guerra dos Mascates (1715). Destacamos, também, na ‘Frona’, a tentativa de afirmação do poder metropolitano na colônia e as resistências dos colonos, que resultaram, por vezes, em conflitos jurisdicionais.

No mote dessas pelepas jurisdicionais travadas no período pós-restauração encontravam-se questões atinentes à reforma do sistema de defesa do Recife e de Olinda. Esse assunto estava inserido como pano de fundo no confronto jurisdicional entre o Governador da Capitania de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, e o Governador do Brasil, Francisco Barreto de Menezes. ‘Jurisdição e Conflitos’²², de Vera Lúcia Acioli, gira em torno destas altercações. Tais disputas em torno da melhor maneira de proceder na defesa de Recife/Olinda ou de outros assuntos atinentes ao resguardo da Capitania de Pernambuco foram intensas, mesmo que as medidas eficazes ao resguardo da Capitania só fossem processadas no período posterior a 1669.

A reforma e reorganização do resguardo da capitania viriam ocorrer em um período posterior, a lentos passos, sob a supervisão de João Fernandes Vieira encarregado, em 1674, da Superintendência das Fortificações do Norte, cargo unicamente exercido por ele e extinto com sua morte em 1681, voltando a ser encargo do governador da capitania. O trabalho ‘João Fernandes Vieira’²³, de José Antonio Gonsalves de Mello, nos traz esclarecimentos sobre as atividades exercidas por Vieira, além da sua justa com o Governador Francisco Barreto de Menezes²⁴, que em parte era a respeito da melhor maneira de proceder no aparelho militar de Pernambuco. Desse mesmo autor recorreremos ao livro ‘A Rendição dos Holandeses no Recife’²⁵, que descreve o cerco à Praça do Recife e as negociações feitas na capitulação desta Praça.

²⁰ BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715**. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

²² ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito: aspectos da administração colonial**. Recife: Universitária UFPE/UFAL, 1997.

²³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. 2 vols. Recife: 1979.

²⁴ O Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes (1616-1688) exerceu o cargo de Capitão-General de Pernambuco (1654-57).

²⁵ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit.

Completamos o quadro bibliográfico – posto em destaque – com o livro ‘História de Portugal – O Antigo Regime’²⁶, que nos trouxe uma miríade de interpretações sobre o período estudado. Deste trabalho salientamos as temáticas referentes aos rumos políticos de Portugal entre o pós-restauração (1640) e o fim do século XVII. Alguns dos textos dessa obra nos serviram de esteio para delinear as mudanças militares empreendidas pela Coroa e as dificuldades enfrentadas em tal empreitada. De maneira geral versam sobre a criação de novos órgãos e cargos da administração central, dos quais 40% correspondiam a responsabilidades militares, e dos custos fazendários com o aparato bélico naquele período.

A apreensão deste mundo militar do Império Português está longe de ser inteiramente obtida. Poucos foram os trabalhos que nos deram o entendimento sobre as tropas, formações e estratégias militares adotadas no Brasil colonial e de como elas estavam vinculadas à sociedade e a política. O intento deste trabalho foi o de ajudar a preencher este vazio, buscando uma explanação que nos leve a chamada nova história militar. O foco desta não está restrito ao estudo das batalhas, táticas e principais figuras militares, uma vez que o fenômeno militar não está isolado da sociedade, da economia e da política²⁷. A questão militar que tratamos esteve no bojo do impulso legislativo e diplomático do chamado segundo período português²⁸. As reverberações desta reforma no Brasil, especificamente na região Norte, foram conhecidas através do estudo pormenorizado de um dos vários movimentos de intencionalidade defensiva da Coroa.

²⁶ MÁTTOSO, José (Dir.). **História de Portugal** – O Antigo regime (1620-1807). Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁷ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11-42.

²⁸ O segundo período português, segundo a definição de Kalina Vanderlei, abrange do momento de reinserção de Pernambuco e capitânicas do Norte – após a restauração de 1654 – a órbita governamental da Coroa portuguesa ao processo de independência e fim do controle do Estado português no Brasil. In: SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**’. Op. Cit., p. 41.

Capítulo 1 – Quadro geral pós-restauração (1640 e 1654): aspectos militares

Terminado o confronto de vinte e quatro anos com a Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie - WIC), a Capitania de Pernambuco encontrava-se abalada. Engenhos destruídos, núcleos urbanos arruinados e caos social compunham parte do ambiente pós-guerra em que o Norte açucareiro vivia em meados do século XVII.

O quadro metropolitano não era distinto da colônia. Portugal, desde a aclamação de Dom João IV, em 1640, lutava para manter a independência perante à Espanha, numa série de contendas na fronteira lusa que custariam vinte e oito anos de conflito. Nesse ínterim empreendeu-se uma negociação a respeito da capitulação das tropas neerlandesas no Norte brasileiro, que tinha como agravante o fato do Reino ter perdido boa parte de suas rendas no mercado oriental e de estar novamente ameaçado no atlântico pelos Países Baixos.

Fora a peleja no front europeu, Portugal enfrentava dificuldades que alvoroçavam ainda mais seus problemas militares, como a carência de meios para manter as guerras em que estava envolvido e a urgência na defesa de suas colônias, cenário da maior parte desses confrontos e fonte mantenedora para o embate.

Estes conflitos tiveram uma grande parcela de responsabilidade nos impulsos legislativos e estruturais portugueses entre os anos de 1640 e 1807. Dentro desse período os enfrentamentos mais pesados e arriscados que Portugal travou foram as guerras de Restauração (1640-1668) e a da Sucessão de Espanha (1704-1711).

As principais mudanças no aparato bélico português ocorreram principalmente após os confrontos ou sob sua iminência. Portanto, as reformas no sistema militar não foram uniformes e eram determinadas, em parte, no decorrer de circunstâncias ameaçadoras.

A experiência de sentir-se ameaçado era um dado fundamental na política dos Estados Modernos, no que toca a dinâmica da relação colonial. Este medo, sentido na Metrópole e na colônia, foi um dos mecanismos sobre o qual se estruturam a política e a prática colonizadora²⁹.

O Conselho de Guerra, fundado em 1640, era o primeiro órgão de administração e gestão logístico-militar, sendo responsável, dentre várias atribuições, pela reorganização do ensino de engenharia militar, conservação das fortalezas e arsenais, abastecimento de postos

²⁹ BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 18.

militares e negócios referentes ao envio de soldados para as frentes de combate. Sua criação foi o primeiro indicativo da postura de mudança de Portugal no trato de assuntos pertinentes à guerra.

Este estado permanente de conflito terminou por impor à Coroa portuguesa exigências militares, diplomáticas e financeiras. Houve também a necessidade de ser instaurada uma estrutura administrativa capaz de assegurar meios financeiros suficientes para a manutenção desta força.

Devemos mencionar que o exército e a administração concorreram para a “promoção da supremacia e centralização do poder como realidade de comando durante os séculos XVI e XVII”³⁰. O surto bélico da década de 40 demandava uma eficiente coordenação do fisco com o objetivo de satisfazer as contínuas exigências da guerra de múltiplos campos de batalha. Dessa forma foi estabelecida a Junta dos Três Estados, em 1643, com o propósito exclusivo de administrar a cobrança de impostos de guerra e gerir os arsenais militares, ou seja, controlar as despesas com munições, fardas, ordenados, hospitais e manutenção das fortificações do Reino³¹.

Nas colônias os assuntos de governo correram pelo Conselho Ultramarino, criado por Dom João IV, em 1642, e reedição do Conselho das Índias das Conquistas Ultramarinas. Esse órgão excedia o Conselho da Fazenda e tratava de todas as matérias, qualquer que fosse a sua natureza, relativas ao ultramar, como: provimento dos bispados, ofícios da justiça, guerra e fazenda; despachos de parte oriundos do ultramar; mercês de serviços do ultramar. No Brasil, a maior parte das matérias militares foi tratada por esse órgão, mas a Junta dos Três Estados e o Conselho da Guerra eram consultados em alguns pareceres³².

Vale salientar que estas reformas se fizeram necessárias em face da situação de completo despreparo militar que Portugal vivia naquele momento de desagregação do império espanhol. Deficiências que levaram a Coroa a utilizar soldados veteranos da guerra contra os neerlandeses – no Norte do Brasil – nas frentes de batalhas lusitanas, em prática comum para suprir as contínuas deficiências nos seus contingentes³³.

³⁰ VIVES, J. Vicens. A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI XVII. In: HESPANHA, Antonio Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 213.

³¹ SUBTIL, José. A arquitetura dos poderes. In: MÁTTOSO, José (Dir.). **História de Portugal – O Antigo regime (1620-1807)**. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 154.

³² SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979, p. 192; HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político, Portugal – Séc. XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 255-6.

³³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 321-2.

As modificações decorrentes das reformas na administração atingiram desde o aparelhamento dos corpos da tropa a formação de profissionais com competências militares. A nova estrutura militar portuguesa, delineada a partir das necessidades da guerra de restauração, passou a ser dividida em tropas de 1ª e 2ª linhas. As primeiras eram profissionais, pagas e regulares e as segundas formadas pelos cidadãos, gratuitas e temporárias. As unidades táticas passaram a ser organizadas em terços, que por sua vez eram divididos em companhias, semelhantes à organização espanhola. Cada terço era composto por dez companhias de cem homens, com um capitão no comando de cada companhia ³⁴.

Nesta reorganização cada província passa a ser dividida em comarcas, cada uma comandada por governador (o equivalente a general), com sargento-mor e dois capitães como ajudantes. As comarcas, por sua vez, se dividem em companhias de 300 soldados cada, sob o comando, cada uma, de um capitão, secundado por alferes e sargento ³⁵.

Com a separação dos Reinos Ibéricos, Portugal passou a ter como objetivo reaver no ultramar as colônias americanas, asiáticas e africanas perdidas para as Companhias de Comércio Neerlandesas. As bases do império marítimo do Reino estavam debilitadas visto a destituição de seus engenhos de açúcar na América, o esbulho de seus mercados de escravos na África e a espoliação do seu comércio de especiarias na Ásia.

O Brasil, que se constituía na principal fonte de receita do Atlântico Sul em meados do século XVII, tornou-se o eixo econômico de Portugal. Defendê-lo, junto com as ilhas do Atlântico e outras praças africanas em detrimento do Oriente, no período posterior a Restauração pernambucana, refletia o importante papel econômico que essa região representava para Portugal. Mas para fazer isso seria necessário contar com um aparato militar do qual o Reino não dispunha. A Coroa, como dito anteriormente, estava despreparada militarmente para tal empreitada. Era nítido o desequilíbrio de efetivos militares entre lusos e espanhóis, que até então, figuravam como ameaçadores vizinhos dos portugueses.

No Brasil as mudanças na organização militar de Portugal repercutiram em um novo delineamento do aparelho administrativo da colônia que visava melhorar o aparato bélico local. A colônia, enquanto extensão da ordem jurídico-institucional metropolitana estava

³⁴ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 49-50.

³⁵ Ibid., p. 53.

atrelada aos padrões administrativos típicos do Estado Absolutista, salvo as peculiaridades do espaço colonial ³⁶.

O aumento do interesse metropolitano no Brasil foi expresso nas medidas de ordem político-administrativas que objetivavam um maior controle da colônia ³⁷. A defesa, que sempre foi objeto de extrema importância nas deliberações da Coroa na colônia – ao exemplo do trabalho do Sargento Mor do Estado do Brasil Diogo Campo Moreno, em 1609, que continha uma detalhada inspeção das praças costeiras do Brasil e enumerava as medidas cabíveis a defesa desta “conquista” ³⁸ –, passou entre os anos de 1640 e 1750 por significativos incrementos. Tomamos como exemplo a proposta de reforma feita por Brito Freyre e as providências de caráter militar do Regimento de 1677.

O plano de Brito Freyre, intitulado “Sobre a Defesa do Brasil”, constituiu-se no “primeiro estudo estatal em tempo de paz sobre a organização das tropas institucionais”, e intentava reordenar territorialmente as tropas auxiliares (milícia e ordenanças) ³⁹. Também era intenção de Freyre instituir uma tropa volante para acudir locais vulneráveis do Norte brasileiro; organizar grupos de cavalaria para os primeiros enfrentamentos contra os inimigos e dar apoio de artilharia para o grupo de defesa móvel, bem como reformar algumas fortificações na costa ⁴⁰.

No Regimento de 1667 foram ampliadas as recomendações para um maior cuidado com as capitanias, o que incluiu a fiscalização do estado das fortificações, maior atenção para a defesa dos portos e a repetição da obrigação dos colonos em possuírem armas para tomar parte no resguardo da terra.

As reiteradas observações no sentido de aparelhar as forças militares coloniais sugerem, no quadro da política portuguesa, a imperativa necessidade de resguardar de maneira exclusiva a única parte de seu império colonial que ainda contava de forma decisiva na realização dos propósitos mercantilistas de Portugal ⁴¹.

³⁶ SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, p. 16.

³⁷ *Ibid.*, p. 58.

³⁸ MORENO, Diogo de Campos. Relação das Praças Fortes do Brasil (1609). In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Vol. LVII, 1984, p. 185-246.

³⁹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo**. Op. Cit., p. 81. Para saber mais sobre o plano de Brito Freyre ver: FREYRE, Francisco de Brito. **Sobre a defesa do Brasil**. Manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Microfilme do Acervo do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH), UFPE. Referência: B. A., Cód. 51 – V – 10, folhas 247/250v.

⁴⁰ Posteriormente veremos com mais detalhes o plano de Brito Freyre, que exerceu o cargo de governador de Pernambuco entre os anos de 1664 e de 1667.

⁴¹ SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 60.

Neste regimento podemos observar a importância dada às questões militares no projeto colonizador português na sua nova fase (1640). Etapa esta que se inclinou para um caráter centralizador e de maior intensidade do poder metropolitano ⁴².

Por outro lado, através da diplomacia Portugal procurou amenizar as tensões e probabilidades de confrontos. Alianças e acordos foram organizados para atenuar as debilidades da Coroa em setores como a defesa naval, que em fins do século XVII foi repassada para os britânicos e para a Companhia Geral do Comércio do Brasil.

A Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649, no molde das companhias inglesas e holandesas, reservava para um pequeno número de comerciantes o direito ao comércio externo da colônia. Empresa de grande vulto foi uma opção a mais, visto os acordos com os ingleses, que Portugal tinha para manter suas rotas comerciais oceânicas. Sua formação intentava também auxiliar a resistência pernambucana durante a guerra de restauração, ao proteger, por meio de escolta, os navios mercantes que faziam a rota do Brasil, que forneciam escravos e mantimentos, além do transporte do açúcar, velho financiador da guerra ⁴³.

A política externa de Portugal procurou estar direcionada para o entendimento com os neerlandeses na maior brevidade possível, mas esta trégua poderia ter um elevado custo; preço esse que poderia significar o corte do ‘cordão umbilical’ mantenedor da guerra metropolitana. Fato que resultou em promessas de compensação financeira para as Províncias Unidas até a assinatura em definitivo do tratado de paz de 1669. A demora certamente visava poupar tempo para conseguir alianças militares contra os espanhóis. Nesse ínterim, Portugal foi expulso de boa parte de seus domínios orientais.

Desde meados do século XVI até a década de 1630 o Império Português na Ásia foi marcado por uma relativa estabilidade. Lentamente passou a haver concorrência, que minava os estabelecimentos portugueses na Ásia. A década de 40 do XVII marcaria a decadência lusa

⁴² SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 60-1.

⁴³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito**: aspectos da administração colonial. Recife: Universitária UFPE/UFAL, 1997, p. 30; Em fase posterior a Companhia de 1649, foi formada a Companhia do Comércio do Maranhão (1682), a Cia. do Comércio Geral do Grão-Pará e do Maranhão (1755) e a Cia. do Comércio Geral de Pernambuco (1759). Essas companhias reforçaram as atividades extrativistas e agro-exportadoras do Norte do Brasil. Detiveram vantagens como o monopólio de compra e venda de mercadorias em suas áreas de atuação, autonomia para a organização do transporte marítimo e determinação de preços e condições de financiamento e pagamento. As companhias de comércio representaram uma tentativa do Estado de dar maior eficiência à política mercantilista, orientando os investimentos para determinadas áreas e estimulando-os pela concessão de privilégios a comerciantes e acionistas. In: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**: 1624 – 1654. Recife: CEPE, 2004, p. 286-299.

nesta região. A propagação dos ataques e a carência ou mesmo a falta de reforços oriundos de Portugal explicam, em parte, boa parte dos reveses sofridos ⁴⁴.

A luta luso-holandesa [no ultramar], que começou com as investidas a São Tomé e Príncipe, em 1598-9, terminou com a captura das colônias portuguesas na costa de Malabar, em 1663, apesar de os termos da paz terem sido estabelecidos somente seis anos mais tarde em Lisboa e em Haia. Até a restauração da independência portuguesa com a proclamação do duque de Bragança como rei dom João IV, em 1º de dezembro de 1640, os portugueses tiveram que lutar contra os espanhóis em território ibérico e contra os holandeses no ultramar ⁴⁵.

Até o ano de 1663, os neerlandeses – através da Companhia das Índias Orientais – haviam arrancado dos portugueses a primazia do comércio e transporte nos mares da Ásia entre o Japão e a Arábia. Os tratos lusitanos entre Lisboa e Índia restringiram-se a menos de um terço desde 1580. “Especiarias asiáticas, ouro africano e muitos produtos chegavam agora à Europa também a bordo dos navios de concorrentes ingleses e neerlandeses” ⁴⁶. O monopólio do comércio europeu com o Japão foi tomado pelos holandeses, depois dos portugueses terem sido expulsos da ilha. Os portugueses foram expelidos de Malaca, conquistada em 1641, do Ceilão em 1644, do Coulaão em 1658 e do Negapatão em 1660. Conseguiram se manter em Macau, costa sul da China, e nas ilhas mais afastadas de Sunda Menor (Timor, Solor e Flores), na Indonésia ⁴⁷.

As razões para a vitória dos holandeses na Ásia podem se resumir a três pontos fundamentais: recursos econômicos superiores, número superior de homens, poder marítimo superior. As Províncias Unidas da Holanda Livre eram uma metrópole mais rica do que o empobrecido Reino de Portugal. A população dos dois países devia ser mais ou menos idêntica (de 1,25 milhão a 1,5 milhão de habitantes cada um), porém, enquanto Portugal teve que fornecer carne de canhão a serviço da Espanha, até 1640, e contra ela a partir daí, os holandeses podiam se servir, e se serviram amplamente, em seus exércitos e frotas, do potencial humano fornecido pelos seus vizinhos alemães e escandinavos. A disparidade do efetivo humano no mar era ainda mais impressionante ⁴⁸.

⁴⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal** – Do renascimento às revoluções liberais. Vol. II. 10ª Edição. Lisboa: Palas Editores, 1984, p. 193.

⁴⁵ BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 123-4.

⁴⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 170.

⁴⁷ BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. Op. Cit., p. 125.

⁴⁸ Ibid., p. 127-8.

Estas conquistas neerlandesas se constituíram em duros golpes nos negócios lusitanos no leste. No Atlântico, a Coroa buscava manter o centro de seu poder colonial, o Brasil, além de reaver importantes núcleos de distribuição de escravos ⁴⁹.

O acordo anglo-português de 1654, no qual Portugal podia utilizar na guarda de suas vias embarcações britânicas, ratificava a insuficiência do Reino, que era incapaz de defender seus principais portos e rotas do comércio atlântico. Antes mesmo do tratado mencionado, o emprego de navios ingleses entre os trajetos que ligavam a Metrópole ao Brasil constituía-se numa prova cabal do problema militar/naval que afligia a Coroa.

Provavelmente contribuiu para a derrocada naval lusitana no século XVII o insucesso de Dom Manuel de Mascarenhas em 1627, quando vários navios da frota mercante que navegava para o Brasil foram destruídos. Fato que Eduardo D'Oliveira França chama de o 'Alcácer Quibir da marinha'. Somado a este malogro temos o desastre do Conde da Torre, em 1640 – que perdeu cerca de oitenta e sete navios no Norte do Brasil (incluía-se nesta contagem navios mercantes) – e a batalha de Dunas, que foram duros golpes nas forças navais ibéricas ⁵⁰.

Estes três eventos puseram de lado os argumentos que indicavam ter a crise naval portuguesa origem na catástrofe da Invencível Armada ⁵¹. Não devemos esquecer também que ao se desatar da Espanha, Portugal perdeu a precária proteção que Madri podia oferecer as suas colônias ⁵².

Em 1649, o padre Antonio Vieira calculava que os neerlandeses possuíam uma frota que reunia catorze mil embarcações, que poderiam ser utilizadas como vasos de guerra. Do outro lado, os portugueses contabilizavam, infimamente, cerca de treze navios. Na contabilidade dos marinheiros os resultados eram ainda mais dispares. A marinha neerlandesa contava com um quarto de milhão de marinheiros e os portugueses, a muito custo, não conseguiam reunir sequer quatro mil marujos.

⁴⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 178.

⁵⁰ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997, p. 383; Evaldo Cabral discorre que a armada do Conde da Torre – composta de 87 embarcações e de 6000 homens – foi perseguida por uma esquadra holandesa e prejudicada pelos ventos, ficou a deriva ao longo do litoral de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande e sustentou uma série de combates indecisos. Após conseguir desembarcar 1200 soldados em território inimigo, o corpo da armada se desfez e singrou para o Caribe e para a Península Ibérica. In: MELLO, Evaldo Cabral de. Os Holandeses no Brasil. In: HERKENHOFF, Pedro (Org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes. 1999, p. 26-7.

⁵¹ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Op. Cit., p. 383.

⁵² MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 – 1669**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Vieira exagerava, mas não muito. Um censo realizado em Lisboa, em 1620, que pretendia identificar o número de marinheiros disponíveis para tripular a frota registrou apenas 6260 homens em todo o país. Numa reunião do conselho consultivo do vice-rei em Goa, em novembro de 1643, afirmou-se que não havia em Lisboa número suficiente de pilotos habilitados para conduzir qualquer embarcação para a Índia, uma vez que todos os que possuíam as devidas credenciais – menos de dez indivíduos – encontravam-se nos três navios que faziam a Carreira da Índia, detidos pelo bloqueio holandês em Goa⁵³.

Portugal possuía um império distinto da tradição clássica européia. Era incapaz de dominar grandes extensões continentais e de se prevalecer de recursos tradicionais de administração (diga-se controle terrestre direto). Posto dessa forma, Portugal não se constituía de um império terrestre, mas um império oceânico, onde o mar não seria o limite de suas ações, mas a ligação para a união de esparsos pontos em terra firme, que constituiriam seu “corpo”.

A arquitetura deste império fundava-se mais no domínio e segurança das rotas marítimas (para o Atlântico, Índico e Pacífico), do que no controle, mais “familiar” e direto, do espaço terrestre. Isto justificaria a estratégia de defesa baseada na formação de armadas de socorro e no desenvolvimento das técnicas de defesa e combate navais adotadas no início da colonização do Brasil⁵⁴.

Neste contexto os neerlandeses se constituíram em entrave aos ‘caminhos’ marítimos que, como já dito, ligavam o ‘Império’. As dificuldades impostas a via Atlântica significavam prejuízos contínuos aos rendimentos de Portugal que não dispunha de poder marítimo equiparável aos Países Baixos⁵⁵. A simples presença dos holandeses nos mares era danosa porque obrigava os mercadores obedecerem às leis de navegação em comboio.

Impotentes para repelir os batavos dos seus caminhos marítimos, os lusos tiveram que recorrer ao uso de embarcações particulares para seu amparo e transporte⁵⁶. Nem a Companhia Geral do Comércio do Brasil escapou das dificuldades postas à navegação portuguesa. Em consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, Francisco Domingues Negrão e Bento Machado, Mestres de duas naus fretadas pela Companhia para abastecer a Capitania de Pernambuco, em 1653, pediram licença para levar em suas naus seis

⁵³ BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. Op. Cit., p. 128.

⁵⁴ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MÁTTOSO, José (Dir.). Op. Cit., p. 351; MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**, Op. Cit., p. 25.

⁵⁵ BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. Op. Cit., p. 127-8.

⁵⁶ A utilização de barcos estrangeiros foi anterior a guerra luso-holandesa. Ironicamente, em fins do século XVI, os próprios neerlandeses – que cobravam os fretes mais baratos – singraram na costa brasileira transportando açúcar. In: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**. Op. Cit., p. 290.

condestáveis franceses ⁵⁷. O motivo alegado era a já mencionada falta destes militares no Reino. Um ano depois, os mesmos pedidos continuaram a ser feitos ao Conselho Ultramarino. As licenças eram dadas a condestáveis, calafetadores, carpinteiros e marinheiros estrangeiros nos serviços de abastecimento da capitania de Pernambuco ⁵⁸.

Devido à enorme carência de pessoal qualificado nos serviços de guerra e de faina, Portugal teve que apelar constantemente para mão-de-obra de outras nações. Contratá-los para as atividades militares foi prática comum, a exemplo do Marechal-de-Campo Armand Friedrich von Schomberg, empregado em funções de comando no exército restaurador português. Contratado pelo Conde de Soure, embaixador português na França, para tomar parte na guerra da Restauração, Schomberg foi para Portugal em 1660 com cerca de 600 militares, a maior parte composta de oficiais de cavalaria, artilharia e engenharia. O Marechal-de-Campo foi nomeado para o posto de Mestre-de-Campo General da província do Alentejo onde participou de operações militares de pouca envergadura, mas que foram marcadas pelos esforços que fez para o exército português adotar a prática de marchas de costado, comumente utilizadas na Europa, mas não empregada em Portugal, apesar de conhecida através do manual de Luís Mendes de Vasconcelos, 'Arte Militar', de 1614. A sua intenção era introduzir disciplina na formação das tropas e melhoramentos que facilitassem a vitória no campo de batalha. Essas novidades foram mal aceitas, e custaram muito para serem seguidas ⁵⁹.

Outro ponto interessante das respostas às constantes solicitações indica que além da necessidade do serviço de práticos nas naus, os portugueses aproveitavam as oportunidades de contato com os estrangeiros para aprender com eles ⁶⁰.

Com a eclosão da guerra luso-holandesa (1657-1661) a Coroa precisou recorrer novamente aos corsários para sua defesa na Europa, devido as frequentes investidas neerlandesas na barra do Tejo. Fora as exigências do convênio firmado com Cromwell (em 1654), novas negociações entre portugueses e ingleses foram empreendidas entre os anos de 1600 e 1662. Nestas Portugal garantiu tropas, fretamento de navios e a compra de materiais bélicos à Inglaterra sob pesados custos. Garantida a paz com a Espanha (1668), restava assegurar a cessação das hostilidades com os Países Baixos, conseguida em 1669, em ajuste

⁵⁷ Em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, o posto militar de condestável correspondia à graduação de Cabo, que cuidava e dirigia a artilharia da milícia. No Brasil colônia, designava o chefe dos artilheiros nas fortificações e praças de guerra. CONDESTÁVEL. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM. Produzido por FL GAMA DESIGN Ltda.

⁵⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Caixa 6, doc. 456, 14/10/1653.

⁵⁹ Disponível em: < <http://www.arqnet.pt/dicionario/schomberg.html> >. Acesso em: 28 de julho de 2005.

⁶⁰ AHU, Caixa 5, doc. 439, 28/09/1652.

de grande importância para Portugal, que considerava os riscos existentes no caso de retaliação neerlandesa pela perda do Norte brasileiro.

Mas esta foi uma estratégia montada para a segurança das rotas marítimas. Em terra, na colônia, a política interna de defesa e expansão do território se sobressaiu a partir de alianças com grupos indígenas, que foram amplamente utilizados como mão-de-obra bélica, e na utilização do excedente das tropas da guerra contra a WIC (1630-1654) – no Norte –, constituída de elementos extraídos de grupos livres e marginalizados – pobres e vadios – dos núcleos urbanos açucareiros ⁶¹.

A feitura destas alianças foi possível pela “própria atividade bélica das tribos continentais, vistos que elas foram a principal força militar da Coroa na conquista do continente”. A Coroa dobrou a resistência das tribos continentais por sua “capacidade de organização e mobilização de recursos humanos que prevaleceu sobre o arranjo político dos indígenas” ⁶². Portugal não era militarmente superior aos seus inimigos internos, mas detinha uma grande capacidade de arregimentação de recursos, humanos e materiais, o que seria decisivo na guerra de conquista do interior. No episódio chamado de Guerra dos Bárbaros ⁶³ foram empregados, como força militar contra os índios, tropas compostas de indígenas tupis aldeados, do litoral, ou mesmo, tribos de tapuias aldeados, do interior ⁶⁴.

A estrutura militar que resguardava a zona do açúcar estava organizada em tropas institucionais, ou de primeira linha (regular), que compreendia o exército profissional e burocrático português, as milícias, formada pelo conjunto de tropas auxiliares de reserva, gratuitas e de serviço voluntário e as ordenanças, agrupamento dos homens restantes em idade militar – entre dezoito e sessenta anos – de cada freguesia. Essa estrutura militar humana, nos séculos XVII e XVIII, estaria concentrada nos grandes núcleos urbanos ⁶⁵.

As tropas de linha ficavam estacionadas nos núcleos urbanos de maior influência, como Recife e Olinda, enquanto que no sertão predominavam as ordenanças. As milícias estavam concentradas nas mais importantes povoações da zona do açúcar e, posteriormente,

⁶¹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**’ – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2003, p. 43. No período estudado ocorreu uma expansão territorial feita pelos colonos do Norte, que resultou em uma série de conflitos e obstáculos gerados por tais movimentos. A repressão ao quilombo dos Palmares e a conquista de terras indígenas no sertão também se inseriram nesse contexto, e foram feitas com a participação de tropas da zona do açúcar.

⁶² Ibid., p. 238.

⁶³ O termo Guerra dos Bárbaros é arbitrário e abarca vários movimentos indígenas distintos contra a expansão portuguesa no sertão, entre as décadas de 1650 e 1670 na Bahia (Guerra do Recôncavo) e entre os anos de 1650 e 1710 em Pernambuco, Rio Grande, Paraíba, Piauí e Ceará (Guerra do Açú). In: Ibid., p. 232.

⁶⁴ Ibid., p. 239.

⁶⁵ Ibid., p. 142-3.

nas vilas do sertão. Eram os maiores representantes do poder militar e administrativo da Coroa, uma vez que as tropas burocráticas restringiam-se aos maiores núcleos urbanos. Em caso de necessidade, as tropas de linha eram as primeiras a serem deslocadas para as regiões de contenda. Se o conflito fosse intenso, as milícias também podiam ser mobilizadas. Estes deslocamentos se constituíram em uma prática comum no período colonial.

A Capitania de Pernambuco se destacou como ponto de difusão de tropas institucionais para outras áreas do açúcar (Rio Grande, Paraíba) e até mesmo para regiões externas da zona da cana, como o Rio de Janeiro, o Maranhão, Sacramento ⁶⁶ e Angola ⁶⁷. Pequenos contingentes de tropas burocráticas podiam ser encontrados no serviço de fortificações de núcleos urbanos de menor influência ⁶⁸. Nas guarnições dos grandes núcleos, a tropa burocrática era complementada por colonos ⁶⁹.

Com a expansão para o sertão e os confrontos em Palmares houve um incremento no número de tropas de linhas de Pernambuco. Foram institucionalizados terços paulistas e indígenas que tinham lutado em Palmares. O terço dos Henriques, milícia de negros formada em 1633, também foi institucionalizado com o fim da guerra em 1654. No caso dos Henriques, esta manutenção poderia estar vinculada à ameaça de retaliação dos Países Baixos, iminente até o tratado de 1669. Mas estar preparado para uma represália não foi a única intenção desta institucionalização. Podemos considerar que além da crença nas habilidades militares dos negros havia o interesse de ter uma tropa barata em mãos, que também era útil como “instrumento de controle social sobre os forros, concedendo-lhes determinada cota de prestígio” ⁷⁰.

⁶⁶ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**’. Op. Cit., 2003, p. 143-4.

⁶⁷ João Fernandes Vieira – governador de Angola (1658-1661) –, com licença da Coroa, levou cem soldados oriundos da Capitania de Pernambuco. In: AHU, Caixa 7, doc. 576, 22/11/1656.

⁶⁸ Pequenas guarnições ao estilo das companhias de presídio, que eram formadas por soldados pagos e permanentes que serviam nas fortificações.

⁶⁹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**’. Op. Cit., p. 154.

⁷⁰ Ibid., p. 166.

1.1 Meios para a guerra

Os recursos com os quais Portugal manteve a guerra no Brasil e na metrópole foram provenientes de seu próprio império colonial, mais precisamente do império colonial atlântico, como quer Eduardo D'Oliveira, ao afirmar que escravos e açúcar se constituíram nos pilares de sustentação dos conflitos que a Coroa travou.

O Brasil tornou-se o centro do mundo português, em torno do qual giravam as demais colônias do Atlântico, Angola, Cabo Verde, S. Tomé, as feitorias da Mina, cuja principal produção eram os escravos; e, vedado o abastecimento das Índias espanholas, e ao Brasil o grande consumidor. Os escravos pelo seu trabalho se tornavam açúcar, e o açúcar (e mais outros produtos do Brasil) era o que dava vida aos portos portugueses. Sem Brasil não havia economia portuguesa ⁷¹.

Isso talvez explique o porquê Dom João IV relutou em entregar o Norte do Brasil aos neerlandeses, uma vez que o comércio do açúcar compensava os gastos nas guerras lusitanas. A importância desse trato fez com que o monarca enfrentasse o risco de abrir duas frentes de batalha, como de fato aconteceu ⁷².

Mas Portugal constituía, nesse período, um Império em crise financeira “esmagado por compromissos que os arbítrios não logravam cobrir” ⁷³ e que não tinha outro remédio senão tributar excessivamente.

O esgotamento da Fazenda Real, em dificuldades pelo peso das guerras de Restauração, ao mesmo tempo em que aconteciam as batalhas contra os neerlandeses no Brasil, fez com que a população das praças atlânticas se desdobrasse para custear a manutenção do aturdido Império. Era de sua responsabilidade administrar, via câmara municipal, impostos perpétuos e provisórios difundidos por Portugal, arrendar contratos, incutir taxas e recolher donativos ⁷⁴. Com o fim da guerra em Pernambuco (1654), foram comuns os pedidos para que os sobejos das folhas eclesiásticas e seculares fossem aplicados na aquisição de munições e de armamentos e de que também fosse lançado um subsídio de

⁷¹ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Op. Cit., p. 398.

⁷² Ibid., p. 399. Também devemos considerar o risco constante que a colônia viveria com a presença de neerlandeses em seu território.

⁷³ Ibid., p. 287.

⁷⁴ BICALHO, Maria Fernanda. Op. Cit., p. 305.

quatro vinténs por caixa de açúcar embarcada ao Reino, para o financiamento da reconstrução das fortificações da Capitania ⁷⁵.

Mesmo com a maior presença da Coroa na administração colonial, no período pós-restauração, reincidia sobre o rendimento dos fundos públicos (câmaras municipais) o fardamento, o sustento e o pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção ou reparo de fortificações, o equipamento de embarcações destinadas a defesa das águas costeiras e a manutenção de armadas em situações especiais e em ocasiões de ameaças reais ⁷⁶.

Esse custo de defesa recaía sobre os colonos, que pagavam pelo seu próprio resguardo e o da metrópole, e se constituía em uma prática comum desde o *ante-bellum* ⁷⁷. Com a instituição do regime de capitânicas hereditárias, em 1534, começou a ser implantado um sistema de defesa na colônia. Sistema este que não incluía um corpo de tropa vinculado ao exercício de resguardo. As obrigações eram ligadas ao cargo de capitão-mor, responsabilidade associada aos primeiros donatários, e que lhe conferia o papel de representante do rei. Administrador da região doada pelo monarca, o donatário podia transferir partes da terra recebida em sesmarias e cobrar dos sesmeiros em contraparte o resguardo da terra cedida ⁷⁸.

Com a criação do cargo de Capitão-donatário puderam ser estabelecidas as primeiras normas em termos de jurisdição de comando, de limites e de autoridade, que foram as bases para o estabelecimento de um sistema mais regular de defesa. Competia ao Capitão-donatário a defesa e o comando militar da capitania. Neste modelo de sistema implantado, não era de exclusiva envergadura da Coroa a defesa da colônia, que devia ser feita pelos colonos, sob direção do Capitão-donatário ⁷⁹.

Mas os custos de implantação do sistema produtivo, da fixação no território ocupado e da organização de uma nova sociedade foram elevados. A Coroa, de modo a facilitar a vida dos colonos, pôs em execução uma série de vantagens para a propagação e defesa da colônia, tais como a isenção de impostos para as importações de armas e munições ⁸⁰.

O Capitão-donatário estava incumbido de aprovisionar a capitania de armas, munições e artilharia. Porém, o custo desse equipamento não era apenas imputado ao

⁷⁵ AHU, Códice 256, folha 3v, 1673; AHU, Códice 256, folha 9v, 1674; AHU, Caixa 6, pp. 203-204; AHU, Caixa 6, pp. 208-213.

⁷⁶ BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos** – A Dinâmica Imperial Portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 199.

⁷⁷ O termo *ante bellum* é uma expressão utilizada por Evaldo Cabral de Mello para se referir a Pernambuco e parte do Norte do Brasil antes da invasão da Companhia das Índias Ocidentais (1630).

⁷⁸ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997, p. 60.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 98.

donatário. Os colonos eram obrigados a dispor de armas e de saber utilizá-las. Neste sistema, sem corpo de tropa permanente, cada colono (sesmeiro, povoador e morador) representava parte da tropa de defesa, e servia em tempo de guerra sob a chefia do Capitão-donatário ⁸¹.

Todos estavam obrigados a possuir armas. [...] Aos moradores era cobrada esta obrigação: ‘todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos besta, espingardas, espadas, lança ou chuço. [...] Todas essas armas não seriam efetivamente vinculadas a uma instituição governamental. Seriam armas de particulares, com as quais se visava a defesa da comunidade ⁸².

Era também de alçada do Capitão-donatário a designação para o cargo de Alcaide-mor da capitania. Este era um oficial militar que tinha por competência o resguardo e a ordem da capitania, além de cuidar da conservação das fortificações e da manutenção da disciplina da cadeia local ⁸³.

Com o estabelecimento do Governo Geral, em 1548, passava a existir uma administração mais centralizada no Brasil. A sua criação tinha por objetivo coordenar a colonização. A presença deste aparelho do Estado português na colônia terminou por fazer com que a Coroa assumisse, em parte, o ônus da defesa. O Governador-Geral – caracterizado como funcionário militar – era a autoridade máxima na defesa da colônia, tanto em questões internas, quanto aos assuntos referentes às ameaças externas ⁸⁴.

Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral, tinha funções definidas em um extenso e detalhado regimento que serviu de base aos administradores coloniais até o século seguinte ⁸⁵. Em tese, era de sua competência a ajuda militar as outras capitanias, tarefa esta que esbarrava na falta de recursos. O regime mencionado estabeleceu normas de recrutamento e do serviço militar, que se organizava por meio da distribuição de encargos e missões. Continuava em vigor, neste conjunto de normas impostas, o tipo e a quantidade de armamento a ser mantido pelos capitães mores e senhores de engenho, que seriam inspecionados pelo Provedor-mor, encarregado de punir aqueles que não cumprissem a determinação ⁸⁶.

⁸¹ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Op. Cit., p. 61-2.

⁸² Ibid., p. 63-4.

⁸³ SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 143.

⁸⁴ Ibid., p. 54.

⁸⁵ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 70.

⁸⁶ SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 99. Era concedido o prazo de um ano para a aquisição de armamentos por parte dos moradores. Terminado o período era estipulada uma punição.

No intuito de ampliar as determinações de 1548, o regimento geral das Ordenanças, de 1570, instituiu a criação de corpos de ordenanças nas capitanias, que engajava, por obrigação, todos os colonos com idade entre dezoito e sessenta anos, afora nobres e membros do clero.

O regimento do Governador-Geral Francisco Giraldes, de 1588, renovava as recomendações de caráter militar presente nos regimentos anteriores. Além das já mencionadas fiscalizações sobre a posse de armamentos, incluiu-se a obrigatoriedade de serem construídas embarcações para a defesa da costa, cuja equipagem seria alimentada pelos senhores de engenho ⁸⁷.

Essas determinações de obrigatoriedade na posse de armas permaneceram em regimentos posteriores. Somados a isso, os moradores passavam a fazer parte do conjunto de tropas arregimentadas para a guerra (as milícias e as ordenanças) e custeavam a defesa da colônia com seus próprios recursos. Grosseiramente, a defesa do domínio da Coroa dependia, em homens e em armas, dos próprios colonos. Se as observações e esforços em questões de segurança foram incrementados após as Restaurações (1640-1654), o ônus foi pago, em sua maior parte, pela fazenda dos colonos ⁸⁸.

⁸⁷ SALGADO, Graça (Coord.). Op. Cit., p. 101-2.

⁸⁸ O esforço dos colonos pela manutenção da colônia não ficou restrito ao Brasil. Em 1648, colonos do Rio de Janeiro foram responsáveis pelo financiamento e envio de tropas e embarcações para Angola ocupada pelos neerlandeses. Com dinheiro 'brasileiro' foi feita a reconquista e reintegração de Angola aos domínios da Coroa portuguesa. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes** – Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247-325.

1.2 O medo ronda Pernambuco: ameaças estrangeiras no *post bellum* ⁸⁹

Precauções geralmente podiam prenunciar um clima de insegurança. Em julho de 1666 uma esquadra francesa despontou diante do Recife. Seu comandante, o Marquês de Mondvergue, pediu para fundear no porto por se encontrar com grande parte de sua tripulação doente, serem escassos os víveres para continuar a sua viagem e ter urgência para fazer reparos impreteríveis. A reação do governador da Capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, foi cautelosa, uma vez que era a primeira vez que uma volumosa força naval estrangeira arribava na costa pernambucana desde a armada de invasão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), conduzida, em 1630, pelo General de Mar Hendrik Cornelissen Lonck.

Antes de permitir que as embarcações fossem concertadas, uma a uma, no ancoradouro e que os mantimentos fossem enviados para os franceses, o governador, com presteza, reforçou as fortalezas, pôs as companhias de guarda e convocou as Câmaras de Recife e Olinda, tropas de milícia e os principais da capitania no intuito de intimidá-los ⁹⁰. Como no ano anterior, quando o Capitão Romão Fanquet, do patacho da Companhia Francesa das Índias Orientais, pediu para fundear no porto do Recife por se encontrar com provisões insuficientes e com homens que padeciam do mal de Luanda ⁹¹, Mendonça Furtado publicou um bando que proibia os locais de comprar qualquer produto dos franceses ou de vender mantimentos além do imprescindível. Mandou também que o provedor da Fazenda Real inventariasse os bens da embarcação de modo a controlar suas saídas e aquisições ⁹².

Naquele tempo eram explícitas as ordens da Coroa para não dar guarida – nos portos brasileiros – a qualquer navio estrangeiro, de modo a evitar transações comerciais e os “maléficos” contatos com forasteiros. A exceção era dada aos britânicos, com os quais os portugueses tinham firmado tratados comerciais em 1654 e às embarcações que tivessem

⁸⁹ O termo *post-bellum* é uma expressão utilizada, em vários trabalhos, por Evaldo Cabral de Mello quando quer se referir a Pernambuco e parte do Norte do Brasil recém saídos da guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais e novamente postos sob jurisdição portuguesa (1654).

⁹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 52.

⁹¹ Os tripulantes das embarcações que singravam os oceanos durante os séculos XVI, XVII e XVIII eram ameaçados constantemente por doenças decorrentes de alimentos estragados ou insuficientes. A falta de vitamina C causava o escorbuto, cujos sintomas mais comuns eram: cansaço, dor muscular e nas articulações e hemorragias espontâneas nas gengivas e na pele que demoravam a cicatrizar. Os portugueses a chamavam de “mal de Luanda”. In: MAURO, Frédéric. **Embarcações Portuguesas de longo curso do século XVI**. In: MAURO, Frédéric. **Portugal, o Brasil e o Atlântico**: 1570-1670. Vol. 1. Lisboa: Estampa, 1989, p. 59-123.

⁹² AHU, Caixa 8, doc. 782, 21/11/1665.

problemas na travessia do Atlântico. Por isso existiam as chamadas leis de hospitalidade, “estabelecidas pelos tratados de paz e de amizade entre os países da Europa”⁹³. Em complemento à proibição régia, a experiência da invasão de 1630 tinha deixado a capitania de Pernambuco particularmente sensível a qualquer pavilhão não português que tremulasse no litoral.

Do mar vinha o perigo. Ele era o caminho que ligava a colônia à metrópole, mas também era rota que permitia que os inimigos de Portugal buscassem as riquezas da terra. E não havia como impedir a circulação desses inimigos, fato agravado, como vimos anteriormente, pelo desmantelamento da marinha portuguesa no decorrer do século XVII.

Diante da possibilidade de danos externos, a cautela tornou-se uma regra que regeu a governança durante o período colonial. Ao menos, prudência e segurança constituíram boa parte dos temas das comunicações entre a metrópole e a capitania e dos regimentos passados aos governadores. Com a guerra contra os Países Baixos estendida para o campo diplomático, o risco por qual passava a capitania e boa parte do Brasil em meados do século XVII demandava cuidados no resguardo. Reforçamos tal idéia quando temos um cenário político europeu em constante mudança, com aliados convertidos em inimigos ou estes transformados naqueles. Para os colonos e governantes locais, de certa maneira alheios às minúcias da vida diplomática de Portugal, qualquer nação estrangeira poderia representar uma ameaça.

Rumores também aumentavam a apreensão. Muito antes das embarcações gálicas riscarem no litoral pernambucano notícias deram conta, entre os anos de 1654 e 1655, de que esquadras neerlandesas eram aparelhadas para acometer o Brasil e Angola⁹⁴. Esta última, segundo a consulta, era a que mais inspirava cuidados, por ser a mais

apetecida de todos os inimigos da Coroa, e que se (o que Deus não permita) tomassem a seu poder, se pode duvidar se as forças do Reino são bastantes para tornar a conquistar [...] e quem [a tomar] por consequência o virá a ser também [senhor] do Brasil por se não poder sustentar sem os escravos que lhe vão de Angola⁹⁵.

⁹³ SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680 – 1720: O império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 42.

⁹⁴ AHU, Caixa 6, doc. 497, 12/09/1654.

⁹⁵ Idem.

Verdadeiras ou não estas notícias eram geradas “sobre um fundo prévio de inquietações acumuladas” e terminava “por resultar” em uma “preparação mental criada pela convergência de várias ameaças ou de diversos infortúnios que somavam seus efeitos”⁹⁶.

Quando o engenheiro Cristóvão Álvares deu seu parecer a respeito da reorganização da defesa da Capitania de Pernambuco em 1655, ele advertiu que não havia posição que os neerlandeses não tivessem tomado minuciosa nota. Escrevia Álvares:

O inimigo que [...] ocupou [esta região] tem o desenho dela tão miudamente tirado, que seu bom governo não permite menos. E sabemos, também, como experimentou a bondade daquele clima, que avaliou pelo melhor do mundo, alegando que todo haviam corrido e aquele davam a palma. E juntamente quão afeiçãoado está às drogas daquela terra e a pouca fé que costuma guardar, em havendo interesse de permissão; tudo são motivos que nos estimulam a que consideremos a pouca firmeza desta gente e que com cuidado se trate da prevenção para o tempo futuro⁹⁷.

A preocupação era validada pelo fato de que na medida em que a WIC ocupou as terras brasileiras ela enviou cartógrafos, cosmógrafos, pintores e desenhistas para esquadrihar a conquista. O objetivo era obter conhecimentos sobre as rotas, condições de navegação no litoral, barras, portos, enseadas, cidades, fortificações, igrejas, habitantes, economia, administração e até a flora e fauna.

A cartografia se constituía no melhor meio para obter este tipo de informação, que era reunida em cartas com os locais dos assentamentos urbanos e rurais: “Era um ver do alto, de cima, e mais preciso”⁹⁸.

Os colonos da capitania de Pernambuco vivenciaram um quarto de século de guerra e sofreram, com maior ou menor intensidade, os impactos deste conflito. Seria presumível que, após a expulsão, os neerlandeses ficassem alertas quanto a possibilidade de retaliação, que de acordo com a consulta do Conselho Ultramarino a Dom João IV,

depois de vinte e quatro anos de usurpação e de tanta desconsolação e afronta [...] eles [...] como gente que sempre viveu do alheio, [estavam agora mais] estimulados com sua expulsão, [e] tratarão da vingança por todas as vias que puderem⁹⁹.

⁹⁶ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 182.

⁹⁷ AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655.

⁹⁸ MENEZES, José Luiz Mota. Palmo a palmo. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**. Recife: Instituto Cultural Bandeira, 2003, p. 13.

⁹⁹ AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo).

A situação se agravava com a possibilidade do fim das hostilidades entre neerlandeses e ingleses, em 1654, pois muitas naus e soldados ficariam livres para serem empregados onde lhes parecesse necessário, de forma que os mercadores holandeses procurariam o ressarcimento das perdas e danos sofridos no Brasil ¹⁰⁰.

A partir daí foram enviadas advertências a Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Luanda para que se preparassem para fazer oposição as possíveis investidas. Apesar da possibilidade de invasão de suas possessões, Portugal se achava incapacitado de lhes enviar tropas, visto a necessidade que tinha destas na guerra que enfrentava na fronteira, contra os espanhóis, desde a restauração em 1640. Decorreu daí a tática de retardar a saída da infantaria que a Companhia Geral do Comércio do Brasil tinha na Frota do Brasil, estacionada na Bahia e no Rio de Janeiro, enquanto

se apurava a certeza da paz entre Inglaterra e Holanda, porque não sendo certa, com um aviso que vai em menos de dois meses; se pode mandar vir a frota sem perigo considerável e em caso que a paz seja certa; será mais seguro, ter aquele poder na Bahia e Rio de Janeiro, e suspender a vinda da frota, até se saberem os intentos dos Holandeses, que poderá ser dentro de um mês ¹⁰¹.

Exagerado, mas não infundado, o alarmismo das autoridades e dos colonos, perante o risco representado pela presença de estrangeiros nos mares e núcleos urbanos do Brasil, seria responsável por boa parte das ações públicas do governo local que intentava melhorar o sistema de defesa da capitania de Pernambuco nas primeiras décadas do *post bellum* ¹⁰².

Essas ameaças marítimas eram motores da organização defensiva, ou seja, as guerras travadas entre espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses fomentaram a necessidade de fortificar os domínios e centros produtores coloniais. Estes ataques ou iminências de agressão “faziam com que a vida na colônia estivesse diretamente relacionada à capacidade de defesa de suas unidades. Defesa que incluía homens, armas, estruturas de defesa e suporte alimentar” ¹⁰³.

Segundo Jean Delumeau “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo” ¹⁰⁴, ou seja, as preocupações com os possíveis danos à capitania poderiam não ser

¹⁰⁰ AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo): Estes procurariam, então, “desquitar-se das perdas e danos, da guerra que tiveram com os Vassallos de Vossa Majestade, e agora com os Ingleses”.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Op. Cit., p. 42-3.

¹⁰³ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Op. Cit., p. 44

¹⁰⁴ DELUMEAU, Jean. Op. Cit., p. 12.

únicos e exclusivos do governador de Pernambuco e da Coroa (isto é, do monarca e seus mandatários), mas também dos colonos.

Ao imaginar que a coletividade, isto é, os colonos, se sentiam ameaçados, incorremos na dificuldade de passar da análise de um sentimento individual para o de grupo. De acordo com Delumeau “o medo é [...] o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)”¹⁰⁵. Dada esta idéia vamos supor que os comportamentos dos indivíduos e dos grupos são semelhantes, ou seja, o medo pode ser componente da experiência de todos. “No sentido estrito do termo, o medo [...] é uma emoção [...] provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”¹⁰⁶. Além deste risco eminente representado pela possibilidade de incursões estrangeiras, que decorriam das oscilações das relações político/diplomáticas de Portugal com outras nações, podemos sugerir outros catalisadores que poderiam agravar este anseio.

No litoral, o medo desses adversários ocasionais, representados pelas investidas estrangeiras na colônia, também poderia ser pressentido no ‘interior’, onde eram encontrados os inimigos de primeira hora, o autóctone, expulso do litoral para o sertão. Além dessas ameaças, existiam outras ‘muralhas do medo’, a exemplo da relação senhor-escravo, no espaço doméstico ou na formação dos quilombos, das doenças, como a epidemia de bexiga que grassou a capitania em 1661 e do acúmulo de tropas das guerras enfrentadas na colônia¹⁰⁷. Este amplo número de soldados desmobilizados na capitania após o confronto de vinte e quatro anos, além de representar um custo elevado de manutenção, não era uma garantia de segurança. Antes disso podiam representar um risco para o próprio governo, ao causar problemas sociais, a exemplo da série de delitos no período pós-guerra¹⁰⁸. Havia uma boa chance de que soldados desmobilizados formassem bandos de delinquentes que pilhavam para subsistir.

Estas foram apenas algumas pistas que poderiam sugerir o sentimento de “medo” na capitania. Demos destaque apenas àquelas provenientes da ameaça de outras nações, proclamada nas missivas governamentais, e associamos com o impulso na defesa de Pernambuco. Estas mudanças também podem ser encaradas como um aprofundamento da política de centralização administrativa da Metrópole em seu domínio. Quando a ameaça

¹⁰⁵ DELUMEAU, Jean. Op. Cit., p. 24.

¹⁰⁶ Ibid., p. 23.

¹⁰⁷ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

¹⁰⁸ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Op. Cit., p. 85. Adiante retomaremos a discussão sobre este acúmulo de tropas desmobilizadas.

externa foi arrefecida no último quartel do século XVII a estrutura militar voltou-se para a própria colônia, ou seja, a meta do Estado português no período de apaziguamento foi deter um maior controle sobre os colonos.

Capítulo 2 – A estratégia das fortificações na guerra do século XVII

O instinto fundamental das criaturas vivas sempre foi o de por uma barreira entre elas mesmas e um invasor. A violência feita por um agressor desencadeava uma reação contrária que se traduzia em um novo ato de violência ou no estímulo a defesa. Nesse viés, a necessidade de resguardo existia se houvesse uma ameaça de ataque ¹⁰⁹.

Ao longo de vários anos os homens construíram fortificações para preservar suas propriedades do roubo e devastação de seus inimigos. Mas estas construções nem sempre foram simples locais de resguardo contra agressores. Muitas delas se tornaram sítios de “defesa ativa”, pontos de convergência onde os defensores estariam “protegidos da surpresa ou superioridade numérica e bases das quais podiam fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre determinada área” ¹¹⁰.

As formas das fortificações erguidas variaram com o tempo, pois a força e a tecnologia dos atacantes tenderam a estimular uma capacidade de resposta equivalente dos defensores ¹¹¹. Por volta do século XV, o desenvolvimento da artilharia pirobalística ¹¹² alterou as técnicas de combate e, por conseguinte, determinou mudanças na arte de fortificar. Esta nova artilharia tornou ilusória a capacidade defensiva das antigas muralhas verticalizadas, que se tornaram incapazes de resistir aos canhões, que dispostos contra as muralhas poderiam abrir

rapidamente um canal na pedra, cujo efeito cumulativo era usar a física do muro contra ele mesmo: quanto mais alto, mais rapidamente ficava instável e mais larga a brecha que deixava quando tombava. Ao cair, enchia automaticamente o fosso com entulho, proporcionando passagem para um grupo de assalto, e provavelmente trazia abaixo consigo uma torre (essa seria a intenção dos artilheiros, privando assim os defensores de uma posição dominante de onde poderiam atirar sobre os atacantes), ou seja, a abertura de uma brecha equivalia à queda da fortaleza ¹¹³.

¹⁰⁹ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone: The Science of Fortress Warfare, 1660-1860**. London: Greenhill Books, 1996, p. 9; KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 155.

¹¹⁰ KEEGAN, John. Op. Cit., p. 156; Entendemos por defesa passiva os locais de resguardo que não tinham a capacidade de controle militar da área de entorno.

¹¹¹ CARITA, Rui. **A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII**. Volume I. Lisboa: Funchal, 1998, p. 53.

¹¹² Por pirobalística entendemos o processo de disparo que utiliza como força propulsora de projéteis os gases resultantes da explosão da pólvora. Quanto ao processo de disparo que tinha por força propulsora a força elástica da flexão ou torção de cabos e cordas chamamos de neurobalística. In: PEREIRA, Mário. **Da torre ao baluarte. A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa**. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 35-6.

¹¹³ KEEGAN, John. Op. Cit., p. 332-333.

Os castelos com seus altos muros precisaram ser substituídos “por grandes fortificações meio enterradas, alargadas de forma que reduzissem os efeitos do canhoneio”¹¹⁴. Em fins do século XV, engenheiros italianos introduziram na Europa este novo tipo de fortificação. As altas muralhas dos castelos e cidades ‘abriram caminho’ para uma defesa de perímetro feita por bancos de areia e madeira rebaixados, engenhosamente postos de maneira que as aproximações poderiam ser impedidas pelo fogo defensivo¹¹⁵. As muralhas de defesa adotaram o chamado ‘perfil moderno’, para que pudessem resistir de maneira eficaz aos projéteis das armas de fogo, que afundavam nos grossos muros de terra sem alcançar seu objetivo¹¹⁶. Estas mudanças estruturais nas fortificações foram complementadas com a adoção, entre os séculos XVI-XVII, do baluarte¹¹⁷. A estrutura abaluartada permitia o flanqueamento das posições e o cruzamento dos fogos, o que possibilitava os defensores de atingir qualquer um que tentasse assaltar as muralhas de uma fortificação¹¹⁸.

O princípio fundamental dos recintos fortificados era o da capacidade de uma pequena força defender sua posição contra um amplo conjunto de tropas ou até mesmo de embarcações. Um forte bem posicionado, ou um grupo de fortificações que agissem de maneira complementar, compondo um sistema fortificado, eram capazes de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor poderoso¹¹⁹. A localização de uma fortificação agrupada a obstáculos naturais maximizava sua força. Nos rios ou estreitos, uma fortificação poderia negar a travessia de um inimigo e forçar que suas tropas tivessem suas linhas de suprimento deslocadas para locais mais distantes e de acessibilidade menor. Uma fortificação também poderia dar um poderoso suporte a uma ação ofensiva. Bem suprida poderia encurtar as linhas de comunicação e servir de trampolim para um ataque, além de funcionarem como base de operações e local onde poderia ficar estacionada a tropa de reserva. Um sistema fortificado poderia aumentar o esforço defensivo de muitas maneiras, uma vez que sua disposição permitia cobrir grande parte do terreno defendido. A maior parte

¹¹⁴ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII**. As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 456.

¹¹⁵ DUFFY, Christopher. **The Military Experience in the Age of Reason**. London: Wordsworth Military Library, 1998, p. 289.

¹¹⁶ BRAUDEL, Fernand. Op. Cit., p. 456.

¹¹⁷ Baluarte ou bastião é estrutura de fortificação avançada com dois flancos e duas faces. Normalmente tem a forma de um pentágono irregular ligado a base de uma construção principal. A face é cada um dos lados externos que formam o ângulo saliente de um baluarte. O flanco é o lado que se estende da face ao muro de fechamento (cortina). Sua função é a de flanqueamento.

¹¹⁸ PARKER, Geoffrey. **Empire, War and Faith in Early Modern Europe**. London: Allen Lane/The Penguin Press, 2002, p. 192.

¹¹⁹ Entendemos por sistema de defesa fortificado um grupo de fortificações que se apoiavam mutuamente para o resguardo de determinada posição. O funcionamento do sistema se dava pelo cruzamento recíproco de fogos, possibilitado pela utilização da estrutura abaluartada. Esses sistemas de defesas eram compostos de diferentes tipos de recintos fortificados, tais como fortalezas, fortes, fortins, redutos, baterias, hornaveques, etc.

das fortificações podia oferecer a um exército derrotado refúgio, descanso e reforços. Devemos considerar também a possibilidade de que se um inimigo fosse vitorioso em um território sem fortificações, ele aumentaria suas chances de domínio sobre este território. Já um exército inferior poderia se beneficiar das propriedades de uma fortificação ¹²⁰.

Como posto acima, fortificações bem situadas podiam servir para uma grande variedade de fins estratégicos. Por isso tornaram-se, entre os séculos XVII e XVIII, importantes instrumentos de guerra. Em um período no qual estradas eram terríveis e em que as tropas, ainda que pequenas, tinham dificuldades de mobilidade, fortificações construídas para o bloqueio de determinadas rotas poderiam ditar o curso de uma campanha inteira ¹²¹.

Dadas as vantagens dos recintos fortificados, atacá-los, durante boa parte do século XVII, era uma tarefa de grande risco. Durante este período o ataque rumo à fortificação era uma confusão de aproches e baterias ¹²², com extremo perigo para os que cavavam e faziam assaltos. A artilharia de assédio não tinha feito progresso desde 1490 e ninguém sabia ao certo qual era o melhor local a atingir com a artilharia. O morteiro fazia sua estréia somente em 1540, quando se tornou uma importante arma de assédio. Seria o engenheiro chefe de Luís XIV, Sébastien le Prestre de Vauban (1633-1707), sob a influência de Blaise François de Pagan (1604-1665), que desenvolveria uma importante técnica de ataque e defesa de fortificações que mudaria os rumos da guerra de assédio ¹²³.

Vauban foi o maior construtor de fortificações de seu tempo. Para ele a construção de fortificações estava integrada no plano de defesa de um Estado. Contraditoriamente, Vauban criou um eficiente método “científico” no qual fortificações podiam ser capturadas. Este método consistia no cuidadoso posicionamento de baterias artilhadas (Ilustrações 1: (3) e 4) associadas com um sistemático ataque de trincheiras (Ilustração 2), baseado em sucessivas trincheiras de aproximação em ziguezague e paralelas (Ilustração 1: (1) e (2)) ¹²⁴.

¹²⁰ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 19-22.

¹²¹ Ibid., p. 14. Duffy refere-se ao velho continente. No continente americano a situação das estradas era ainda pior. Sobre as dificuldades de viação ver: MELLO, Evaldo Cabral de. Guerra de Flandres e guerra do Brasil. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 318-380; BRAUDEL, Fernand. Revoluções e atrasos técnicos. A lentidão dos transportes. In: BRAUDEL, Fernand. Op. Cit., p. 379-392.

¹²² Os aproches eram trincheiras construídas para fazer uma aproximação protegida dos tiros de uma fortificação inimiga. In: FORTES, Manoel de Azevedo. **O Engenheiro Português**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 17-8; Baterias eram obras ofensivas onde eram dispostas peças de artilharia para atingir o inimigo ou uma praça sitiada. In: PIMENTEL, Luis Serrão. **Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares**. Lisboa: Edição Fac-Similada Imprensa nas Gráficas da Imprensa Nacional, Direcção da Arma de Engenharia, 1993, p. 17.

¹²³ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 11. Guerra de assédio ou de sítio era uma operação militar que estabelecia um cerco a alguma posição com a finalidade de exercer o domínio.

¹²⁴ DUFFY, Christopher. **The Military Experience in the Age of Reason**. Op. Cit., p. 289; Paralela era uma ampla e profunda trincheira de assédio, construída na extensão de uma fortificação. Ziguezague era um tipo de

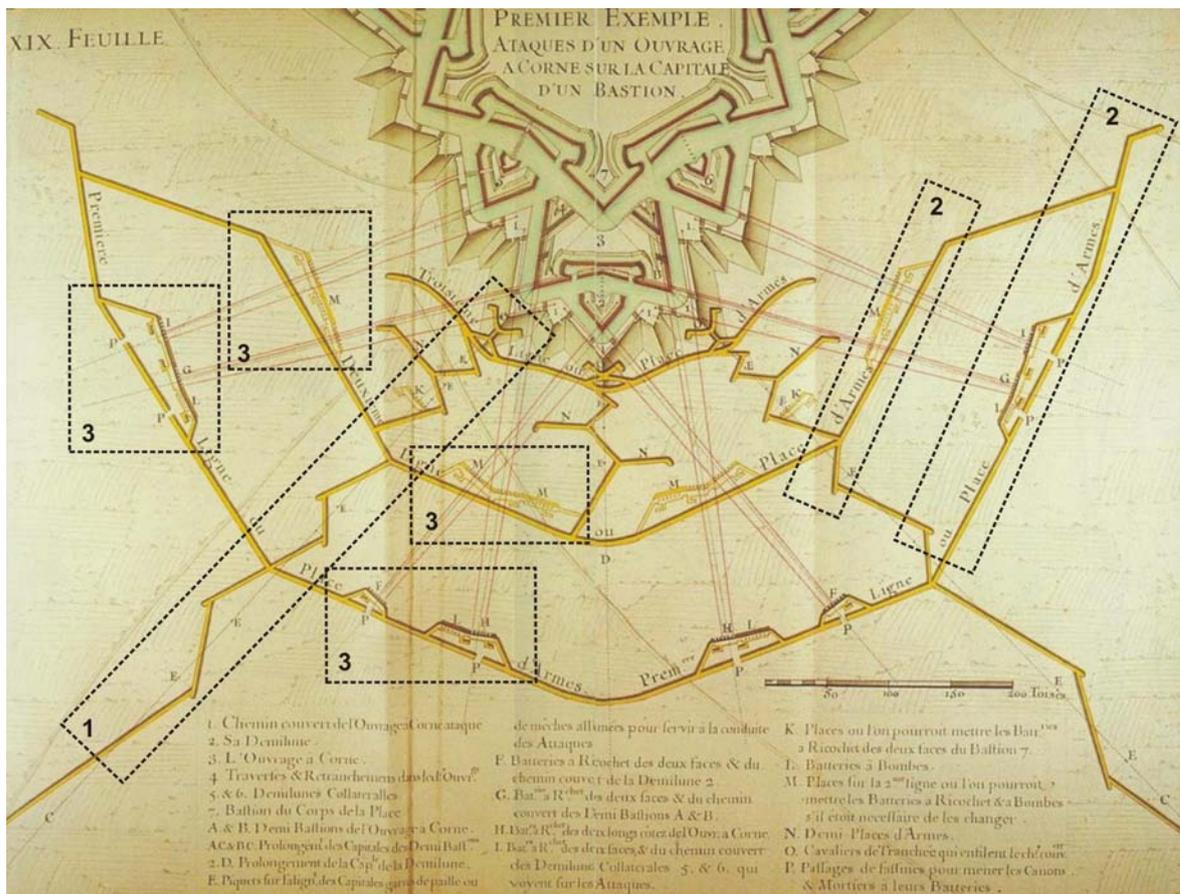


Ilustração 1 - Sebastián Le Prestre Vauban. *Premier Exemple, XIX Feuil.* [Primeiro exemplo. Folha XIX]. 1704. Disponível em Columbia University, Department of Art History and Archaeology. Visua Media Center: < http://www.mcah.columbia.edu/dbcourses/ballon/large/baroque_w3_vauban_11.jpg >. Acesso em: 15/12/2005; Progressão de um ataque contra uma fortificação a partir do uso de entrenchamentos em ziguezague (1) e paralelos (2). Nos paralelos eram montadas baterias (3) para bombardear a posição fortificada, enquanto que as trincheiras em ziguezague avançavam em direção ao forte, até que chegassem a um ponto em que uma nova série de paralelas seria cavada e outras baterias assentadas. Na medida em que as trincheiras paralelas e ziguezague se aproximavam da fortificação, melhor ficava a precisão dos canhões das baterias montadas. Segundo o método de ataque de Vauban seriam necessárias – no máximo – três paralelas para destruir uma fortificação e dar oportunidade para um assalto.

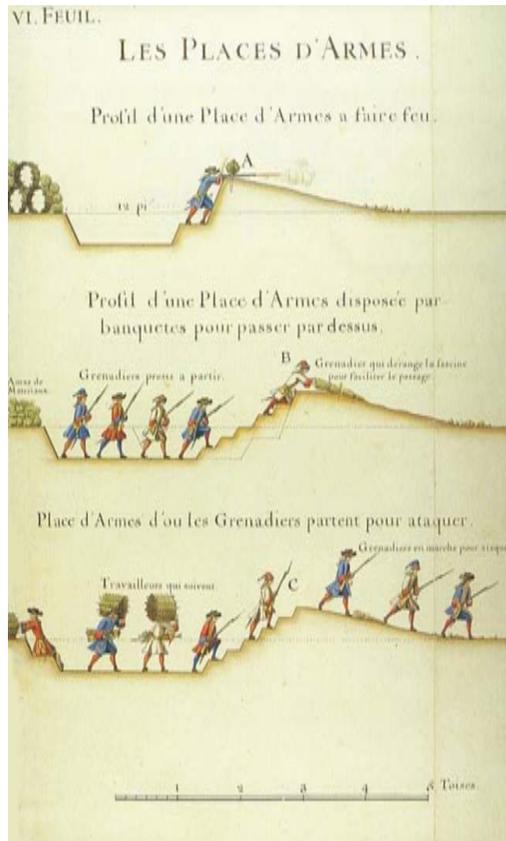


Ilustração 2 - Sebastián Le Prestre Vauban. *Les Places D'Armes*. VI Feuil. [A Praça de Armas. Folha VI]. 1704. Disponível em Columbia University, Department of Art History and Archaeology. Visua Media Center: < http://www.mcah.columbia.edu/dbcourses/bal lon/large/baroque_w3_vauban_9.jpg >. Acesso em: 15/12/2005; Soldados saindo de um entrenchamento e partindo para um ataque.

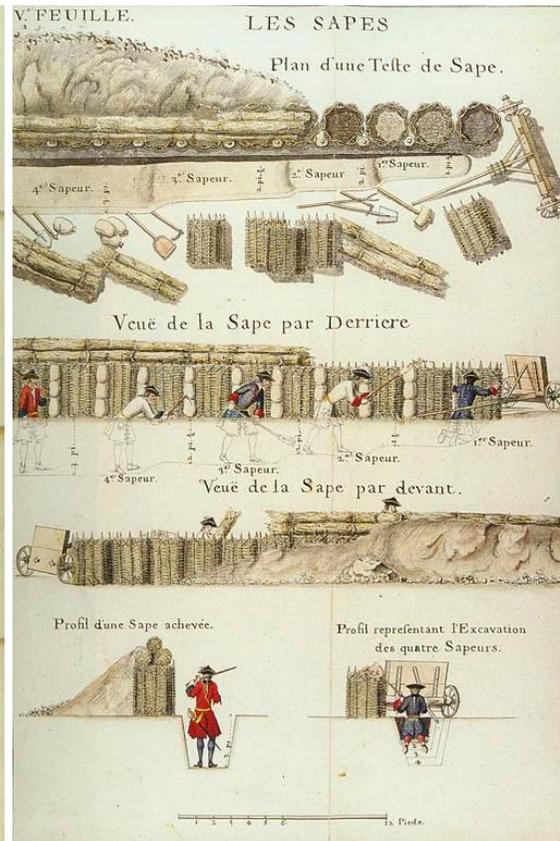


Ilustração 3 - Sebastián Le Prestre Vauban. *Les Sapes*. V Feuil. [As Sapas. Folha V]. 1704. In: DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 158-9; Soldados trabalhando para o avanço da trincheira e instrumentos para a guerra de assédio: Cestões (Gabiões), faxinas, sacos de terra, instrumentos de sapa (pá, picareta, pilão, etc), mantelete (grande escudo de madeira que se deslocava sobre rodas ou cilindros, garantindo proteção aos soldados que avançavam para atacar uma fortaleza).

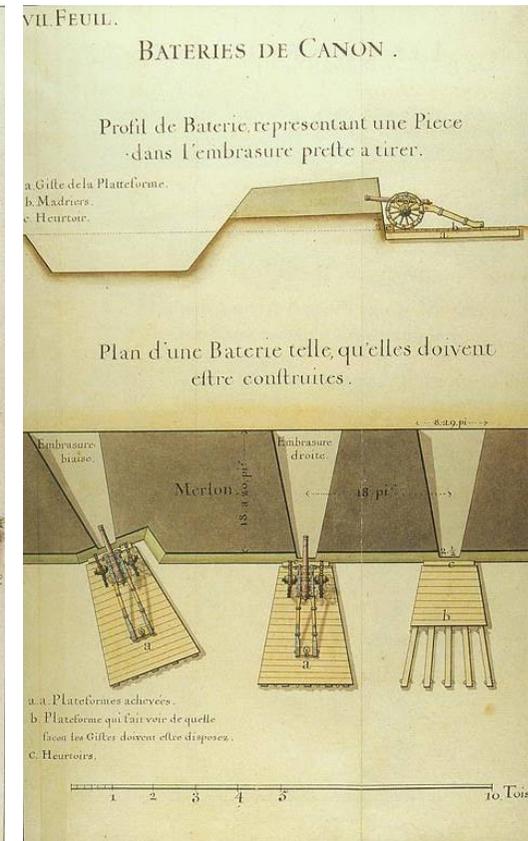


Ilustração 4 - Sebastián Le Prestre Vauban. *Bateries de Canon*. VII Feuil. [Baterias de canhão. Folha VII]. 1704. In: DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 146.

A eficácia do método de ataque de Vauban nos sítios e o progresso de seus sistemas de avanço de trincheiras mudaram a psicologia do militar que deixou de considerar desonroso pegar uma pá e cavar trincheiras e galerias subterrâneas, no lugar de atacar sem o amparo de estruturas defensivas. Assim foi desenvolvido o desenho de trincheiras de aproximação ziguezague (autônomas entre si) que permitiam acender as cortinas. Os defensores não assistiram estes ataques inertes e prontamente começaram a engendrar estratégias para impedir o assalto contra as fortificações. O problema desses novos subterfúgios era que eles implicavam em novas construções defensivas e, conseqüentemente, na duplicação dos custos das obras ¹²⁵. O preço de uma fortificação era profundamente influenciado por fatores locais como a qualidade do material de construção, viabilidade dos transportes destes materiais e da mão-de-obra. Bons trabalhos de alvenaria custavam caro ao contrário dos trabalhos de terra (as fortificações construídas com esse material necessitavam de contínuos reparos para que pudessem ser mantidas em boas condições). Quando não revestidas de pedra ou tijolo, as obras feitas de terra duravam pouco. Estimasse que chegassem a durar de quatro (sem manutenção) a dez anos. Mas estes não eram os únicos motivos que restringiam a construção de grandes sistemas fortificados: A grande quantidade de tropas para fazer a guarnição do sistema e os custos decorrentes da manutenção desta tropa significava uma maior taxação sobre a população da cidade defendida ¹²⁶.

A construção de fortificações não se constituía apenas de vantagens. Além dos elevados custos supracitados, a utilização desses recintos só se mostrou eficaz quando não eram empregados como a única estratégia de guerra. Caso se seguisse esse caminho, corria-se o sério risco de tornar as tropas imóveis, e, por conseguinte, causar um impasse militar que só seria quebrado com um golpe decisivo de alguma das partes envolvidas na contenda. Outro problema era que uma única fortificação só servia para a proteção de um limitado espaço e ainda assim não resistia muito tempo a um grande exército se fosse totalmente cercada. Por isso eram construídas várias fortificações – na composição de um sistema – para ampliar os esforços de resguardo, o que implicava em novos custos ¹²⁷.

Vauban instaurou uma modalidade de sítio controlado, onde a paciência significava uma efetiva proteção de vidas humanas e onde o esforço concentrava-se na realização dos trabalhos apropriados para o ataque final. Era inaugurada uma era na qual a estratégia de sítio e defesa de praças passou a significar grandes obras de engenharia, movimentos de terra,

¹²⁵ GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Proserpi, Influência em España y América. Ediciones Tuero, 1991, p. 14-5.

¹²⁶ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 29; PARKER, Geoffrey. Op. Cit., p. 197.

¹²⁷ PARKER, Geoffrey. Op. Cit., p. 207.

escavações de aproximação e elevações de obstáculos (Ilustração 3). O manejo de tropas no território e a esforçada tarefa de engenharia, que organizava o ataque com uma linha de contravalação ¹²⁸, tornaram-se ações comuns nas guerras do último terço dos séculos XVII e XVIII ¹²⁹.

Toda operação de sítio tinha que esperar que os comandantes e seus engenheiros determinassem os lados e posições da fortificação que seriam atacadas. A escolha levava em consideração o ponto mais fraco ou de maior importância estratégica. Havia uma grande dificuldade de se fazer o reconhecimento das estruturas de uma fortificação inimiga no campo de batalha e de associá-las aos desenhos de um mapa. De longe, a maioria das fortificações parecia com montes de terra, ou mesmo de pedra, e o que as diferenciava era a coloração acinzentada da última ou amarronzada da primeira. Alguns poucos vestígios poderiam ‘indicar’ as posições dos portões e das guaritas, como a sombra que essas estruturas faziam sob o pôr do sol. O mais importante e difícil de fazer era distinguir onde estavam os bastiões, ou seja, estabelecer as zonas de morte do recinto fortificado. Telescópios já eram vendidos em 1609, mas quando se olhava através do tubo se obtinha uma imagem pequena e de pouca definição. Não havia alternativa a não ser avançar em direção as defesas inimigas para fazer a observação direta. Mas esse ‘exame’ deveria ser feito por pessoas com conhecimentos sobre fortificações, ou seja, engenheiros e militares de alta patente. Aos defensores cabia impedir que os ‘bisbilhoteiros’ se aproximassem o suficiente para colher informações sobre o estado e posição das defesas. Se atingissem algum dos que faziam o reconhecimento, os defensores seriam recompensados por retirar de combate alguém experimentado ¹³⁰.

Escolhido o ponto de ataque, os artilheiros e engenheiros deveriam determinar o local no qual iriam preparar armas, plataformas, depósitos, faxinas ¹³¹ e outros instrumentos de assédio. O acampamento deveria estar situado na proximidade de estradas. As peças de artilharia deveriam ficar protegidas pelas estruturas construídas. O armazém de pólvora deveria estar distante do alcance das peças inimigas. Quanto maior o número e o calibre das armas utilizadas, mais rapidamente se abriria brechas nas muralhas, o que possibilitaria o

¹²⁸ As linhas de contravalação eram fossos feitos pelos sitiados para evitar a saída dos sitiados. Para impedir a entrada de reforços e proteger sua retaguarda, os sitiadores costumavam construir mais fossos, chamados de linhas de circunvalação. CONTRAVALAÇÃO; CIRCUNVALAÇÃO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM. Produzido por FL GAMA DESIGN Ltda.

¹²⁹ GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. Op. Cit., p. 15.

¹³⁰ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 127.

¹³¹ Faxina era a designação para um feixe de ramos, ou de paus, que nas campanhas militares servia para entulhar fossos, cobrir parapetos de bateria e fixar as construções de terra batida. FAXINA. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

assalto. Enquanto isso, os artilheiros da fortificação sitiada utilizavam suas peças para tentar neutralizar as baterias sitiadoras ¹³².

Para que uma operação de cerco pudesse ser iniciada, o exército sitiador deveria tomar importantes medidas, tais como: a posse de boa quantidade de artilharia de assédio; pontos de abastecimentos próximos das baterias construídas e grande número de tropas para levantar o cerco, uma vez que parte desse contingente ficaria encarregada de cavar trincheiras, transportar e servir as armas, retirar os feridos da linha de fogo e impedir a entrada de reforços ou a saída da tropa sitiada ¹³³.

Pequenos times de soldados trabalhavam em trincheiras de aproximação ziguezague – estes atraíam o grosso da artilharia inimiga –, enquanto que nas paralelas o trabalho era de grupos maiores. Para a infantaria, essas operações eram as mais perigosas. Por isso eles trabalhavam a noite, às escondidas. Eles deveriam cavar o suficiente para sua proteção e antes que a luz do dia revelasse suas posições. Durante esse período, toda atenção era necessária para evitar possíveis contra-ataques. Vigilância era a melhor proteção contra o fogo das fortificações inimigas e sentinelas eram postas para avisar os homens do início de um bombardeio. A maior parte dos disparos das bombas de morteiro poderia ser facilmente detectada, apesar de que lançamentos à curta distância tornassem o tempo de reação para a busca de um abrigo mais curto ¹³⁴.

No ataque ou na defesa a tarefa dos engenheiros militares foi essencialmente de guiar e dirigir o trabalho dos outros. Artilheiros serviam as baterias de assédio e as armas das fortificações, enquanto que a infantaria executava o trabalho duro nas trincheiras, fazia assaltos (ou os impedia) e enfileiravam-se aos parapeitos das fortificações e baterias de assédio ¹³⁵.

O grosso das tropas defensoras era responsável por três serviços: nas muralhas (parapeitos); de prontidão ou descansando (quando fatigadas). As tropas engajadas em combates nas muralhas deveriam ser substituídas a cada uma ou duas horas. O restante da guarnição fazia serviço nas armas, transportava munição, fazia reparos ou cuidava dos feridos ¹³⁶.

¹³² DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 131; JOBÉ, Joseph. From the Treaty of Westphalia to the Siege of Gibraltar – 1648-1783. In: EGG, Erich; JOBÉ, Joseph; LACHOUQUE, Henry; CLEATOR, Philip E.; REICHEL, Daniel. **Guns: an Illustrated History of Artillery**. New York: Crescent Books, 1971, p. 91-2.

¹³³ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 109-111.

¹³⁴ DUFFY, Christopher. **The Military Experience in the Age of Reason**. Op. Cit., p. 290-1.

¹³⁵ Ibid., p. 290; O parapeito era a parte superior de uma trincheira ou fortificação erguida a altura do peito e que protegia seus defensores, mas não os impedia de atirar sobre ela. PARAPEITO. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

¹³⁶ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 108.

Depois que as peças de artilharia de uma fortificação estivessem desmanteladas pelas peças sitiadoras e as trincheiras tivessem alcançado o fosso da fortificação atacada era organizado um pesado bombardeio em massa contra o ponto escolhido e ocorria um assalto a fortificação. Nesse estágio do combate, o governador da fortificação geralmente capitulava¹³⁷. Porém devemos adicionar mais um componente – além da artilharia e das minas – que comumente forçava a rendição dos habitantes de uma praça-forte: a fome. Tentar matar de fome a guarnição/população de uma praça sitiada poderia acelerar o fim de um sítio. Um governador sábio, por essa razão, compelia a população a ceder o estoque de provisões, para iniciar um racionamento de comida e tentava controlar possíveis motins. Geralmente uma cidade negociava a capitulação antes que o ‘quadro clínico’ de inanição fosse ‘diagnosticado’¹³⁸.

Na guerra de assédio deste período, os moradores da praça fortificada foram usualmente poupados da experiência penosa de ver sua ‘cidade’ em chamas ou saqueada pelos sitiadores. Este foi o período da engenharia militar científica, e se os atacantes faziam uma ofensiva bem sucedida a uma fortificação, ao invés de simplesmente despejar bombas aleatoriamente, o progresso do assédio poderia ser previsto com razoável acerto. E o mais importante, ao ser efetuada uma abertura na muralha, os sitiadores tinham a chance de atacar com toda a força uma fortificação. No entanto, ninguém estava disposto a chegar a este ponto do combate, e, o princípio da troca dominava os embates. Cada lado tinha algo a oferecer: os atacantes poderiam dar aos defensores suas vidas ou liberdade, enquanto a guarnição poderia poupar o sitiador de baixas pesadas e a quebra da disciplina que freqüentemente acompanhava os assaltos. O resultado era a capitulação negociada, que entregava a praça ou fortificação ao atacante com termos mais ou menos honráveis. O mais tolerante tipo de capitulação foi aquele que continha salvaguardas para a população da cidade e permita aos defensores uma evacuação livre com honras de guerra¹³⁹.

Após expor as noções básicas do que consistia uma posição fortificada e de como funcionava uma operação de assédio, vamos exemplificar como se processava uma ação dessa envergadura. Trataremos do sítio da Praça do Recife – defendida por tropas da WIC – feito

¹³⁷ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 12.

¹³⁸ Existiam duas modalidades de sítio: O sítio passivo era aquele em que apenas as linhas de abastecimento da fortificação ou praça eram bloqueadas, sem haver uma arremetida contra a fortificação e o sítio ativo, que era aquele que além do bloqueio intentava assaltos às posições defendidas. In: DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 125-6; MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit., p. 339.

¹³⁹ DUFFY, Christopher. **The Military Experience in the Age of Reason**. Op. Cit., p. 293. “Já era uma convenção da guerra de assédio que a recusa de se render depois de aberta uma brecha eximia os atacantes da obrigação de oferecer mercê ou de se abster de saquear. Na era da artilharia, essa convenção tornou-se absoluta”. In: KEEGAN, John. Op. Cit., p. 333.

por tropas luso-brasileiras entre dezembro de 1653 e janeiro de 1654. Convém, antes, apresentar essa Praça ¹⁴⁰.

¹⁴⁰ A chamada Praça do Recife era constituída de duas partes, o Recife e a ilha de Antônio Vaz. Entre 1637 e 1639, com o início da implantação de um plano de intervenção urbana na ilha, a Praça passou a ser a chamada pelos neerlandeses de Stadt Mauritia (Cidade Maurícia). A ilha ficava dividida em Velha Maurícia, ao norte, área de ocupação primitiva e a Nova Maurícia (Nieuwe Mauritia), ao sul. O conjunto era completado pelo Recife. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. Recife: Topbooks, 2001, p. 91.

2.1 O sistema de defesa do Recife (1630-1654)

Construído pelos soldados da WIC nos primeiros anos de invasão a Capitania de Pernambuco, o sistema de defesa da Praça do Recife constituía-se no principal posto neerlandês de afirmação, posse e defesa no litoral norte do Brasil. Desta base partiram as ofensivas contra outras capitanias e contra os centros de abastecimento de escravos na costa africana, além de serem embarcados açúcares produzidos nos engenhos, gêneros tropicais e as pilhagens provenientes da guerra.

Assentado numa estreita faixa de terra fixada ao continente (que formava um istmo) e entre uma extensa linha de arrecifes e os rios Capibaribe e Beberibe, o Recife oferecia as melhores condições para o estabelecimento de um porto: águas tranquilas para o reparo de embarcações (protegidas pelos arrecifes) e a ligação fluvial, dos rios supracitados, com as várzeas produtoras dos engenhos de cana-de-açúcar. Tais qualidades não passaram despercebidas dos portugueses instalados em Olinda, que logo utilizaram este sítio como fundeadouro desde as primeiras décadas de colonização de Pernambuco. Tornou-se o principal porto desta Capitania e nele circulou mercadorias que atenderam a Vila de Olinda, sede do governo de Pernambuco ¹⁴¹.

Essas qualidades também atraíram os neerlandeses para aquele ancoradouro. Nos momentos iniciais da invasão outros fatores determinaram à ocupação daquele istmo: A distância da Vila de Olinda para o porto do Recife e, por conseguinte, para o acesso das grandes embarcações ao mar; o tempo perdido no transporte de mercadorias do porto para aquela Vila; a insegurança no trajeto entre os dois locais e o fato de o Recife estar mais ajustado às soluções de defesa adotadas pelos neerlandeses, que tradicionalmente construíam seus núcleos urbanos em sítios planos e alagadiços ¹⁴².

No tempo da conquista da WIC, o porto do Recife contava apenas com duas fortificações que cruzavam seus fogos em defesa da barra: O Forte São Jorge (Ilustração 7, número 1), construído em 1590, que era constituído de quadro cubelos (torreão em forma de cubo) e que também tinha por função o resguardo do istmo de terra, no caminho de permeio entre Olinda e seu porto e o Forte de São Francisco (Forte do Mar; Forte da Lage), iniciado

¹⁴¹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O Sistema de Defesa da Barra e Porto do Recife no Século XVII. In: **CLIO Arqueológica**. Nº 16. Vol. 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 92.

¹⁴² SANTOS, Paulo. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 110. Outras questões foram determinantes para a escolha da Capitania de Pernambuco, e especificamente do porto do Recife. Trataremos apenas daquelas que influenciaram as questões de ordem militar.

em 1606, e que estava assentado na extremidade norte dos arrecifes, defronte ao acesso principal do porto. Concluído por volta de 1612, sob a supervisão técnica do engenheiro Francisco Frias de Mesquita, apresentava um formato de hexágono irregular e fora projetado por Tiburcio Spanochi. Estas duas fortificações de altas muralhas, influenciadas pela arquitetura de defesa do século XVI – fase de transição entre a arquitetura militar medieval e a fase moderna –, eram ainda auxiliadas por uma paliçada de madeira que envolvia o povoado e uma base para artilharia na entrada do “Povo” (outra denominação do Recife) ¹⁴³.

Para a defesa contra a invasão, o Governador da Capitania de Pernambuco Matias de Albuquerque também providenciou que fossem assentadas baterias no istmo e no arrecife (barreta dos Afogados), além de dispor navios contra a formação neerlandesa. No ano anterior, no istmo, tinha sido iniciada a construção do Forte Diogo Paes, próximo ao Forte São Jorge e quase defronte ao Forte do Mar, com o intuito de fortalecer a proteção da barra e do porto. Em 15 de fevereiro de 1630, o novo forte ainda estava a “alguns pés acima do solo” quando uma poderosa armada da Companhia das Índias Ocidentais, sob o comando do General de Mar Hendrik Cornelissen Lonck, surtiu sobre a costa pernambucana ¹⁴⁴.

Após tentar adentrar no porto, onde encontraram a oposição das duas fortificações, o comando neerlandês deslocou uma força de cerca de 3000 homens, liderada pelo Coronel Waerdenburgh, para desembarcar na barra do rio de Pau Amarelo, situado mais ao norte, de onde seguiriam para Olinda sob a cobertura de lanchas artilhadas. No dia 16, enquanto o grupamento de Lonck forçava a entrada na barra, tropas da WIC, em terra, faziam sua progressão rumo a Olinda. Três regimentos neerlandeses avançaram continuamente para a Vila. No caminho sofreram pequenas escaramuças até topar com uma efêmera resistência no Rio Doce, que foi rapidamente desmantelada. Deste ponto para Olinda o caminho ficou livre para a investida ¹⁴⁵. A vanguarda do Tenente-Coronel Adolph Van der Elst atacou pela direita, na direção do convento dos jesuítas, que estava fortificado e defendido, mas que cedeu após sofrer algumas baixas. O corpo de batalha do Tenente-Coronel Hartman Godfrid Van Steyn

¹⁴³ As fortificações do período de transição ainda possuíam características típicas da tradição medieval de fortificar, como as altas muralhas e as torres de defesa concebidas para o enfrentamento de inimigos que detivessem armamentos de curto alcance e de pequeno impacto destrutivo (como o arco-e-flecha, a besta e a catapulta). Elas ainda não tinham seus traçados plenamente adaptados para suportar o impacto de projéteis de canhões, embora dispusessem de plataformas artilhadas para o revide e de bastiões redondos, o que permitia o cruzamento de fogos.

¹⁴⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias Diárias da Guerra do Brasil. In: FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM, p. 15-20.

¹⁴⁵ RICHOSFFER, Ambrósio. Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, 1629-1632. In: FREIRE, Francisco Brito. Op. Cit., p. 39; GERRITSZ, Hessel. Descrição da Conquista de Pernambuco por H. C. Lonck, 1630. Traduzida e anotada por B.N. Teensma e Lodewijk Hulsmann. In: GALINDO, Marcos (Org.) **Viver e Morrer no Brasil Holandês**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005, p. 225-241.

Callenfels acometeu o centro e após algumas tentativas de dobrar a resistência naquela posição progrediu para a Sé. A retaguarda, do Major Houcx Fouques, marchou para assaltar um fortim ao pé do outeiro, enquanto que da Sé a tropa de Van Callenfels, em vantagem pela posição, desalojou com disparos os defensores do fortim, ocupado pela retaguarda sem luta ¹⁴⁶. Ao passo que Olinda era tomada pelos regimentos de Waerdenburgh, uma nova tropa era posta em terra, ao sul de Olinda, para reforçar o ataque a Vila. A resistência desmoronou. Matias de Albuquerque e o restante da tropa retiraram-se para o Recife, de onde procuraram prosseguir com a resistência. No Povo, os armazéns com mercadorias foram incendiados para evitar que o inimigo se apoderasse do butim e na barra foram afundadas embarcações para dificultar a arremetida dos barcos da WIC ¹⁴⁷.

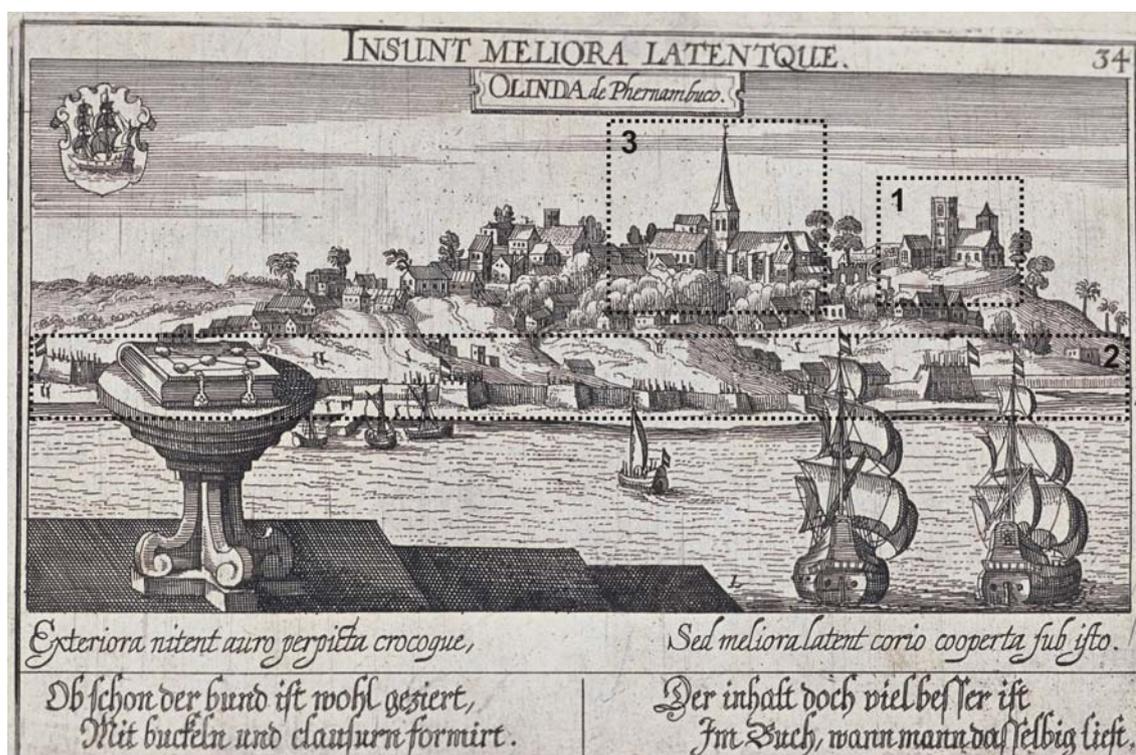


Ilustração 5 - Autor desconhecido. *Olinda de Pernambuco*. Água forte. Séc XVII. Col. Giuseppe Baccaro; In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra**: Atlas Vingboons. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2003, p. 12; Posições atacadas no dia 16 de janeiro de 1630: 1. No canto direito, no cume do outeiro, o convento dos jesuítas; 2. Embaixio do convento, a linha de paliçadas e o fortim; 3. Igreja da Sé, na parte mais central.

¹⁴⁶ **História do Exército Brasileiro** – Perfil militar de um povo. Volume I. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1972, p. 121-3; COELHO, Duarte de Albuquerque. Op. Cit., p. 30-1.

¹⁴⁷ RICHOSFFER, Ambrósio. Op. Cit., p. 40-41.

Em Olinda, no dia 17, as tropas neerlandesas se aquartelaram e montaram guarda. Nos dois dias seguintes embarcações continuaram a bombardear as fortificações e a tentar entrar na barra. Na noite do dia 20, pequenos times de soldados, sob o comando de Van Callenfels, tentaram assaltar, sem sucesso, o Forte São Jorge. Entre os dias 21 e 25 a Vila foi reforçada em vários pontos e soldados prepararam cestões e faxinas para impedir qualquer contra-ataque. Por sua vez, as tropas do Recife receberam pequenos reforços de soldados provenientes da Paraíba e de freguesias vizinhas. No dia 26, soldados, sob as ordens do Tenente-Coronel Van Elst, iniciaram, à noite, aproches para tomar o São Jorge. Concomitantemente a estas atividades uma bateria começou a ser montada para bater esta mesma posição. Dos dias 28 de fevereiro a 2 de março o São Jorge foi violentamente bombardeado e após grande dano aos defensores capitulou. Pouco depois o Forte do Mar também se rendeu ¹⁴⁸.

Não vamos entrar em mais detalhes sobre estes episódios. Nossa intenção é ilustrar como duas fortificações litorâneas puderam ajudar os defensores a estorvar o acesso ao Recife por vários dias, o que possibilitou o recebimento de reforços e de uma maior resistência aos ataques. Também seria a custa de estruturas defensivas que as tropas da WIC esperavam conseguir se sustentar no território recém ocupado.

Após a tomada de Olinda e Recife, contínuas emboscadas foram feitas pelas tropas luso-brasileiras com intuito de limitar as tropas da WIC a Olinda, Antonio Vaz e istmo do Recife. Impossibilitados de expulsar os neerlandeses do território, dada à inexistência de poder naval equiparável a frota da WIC estacionada no porto, os luso-brasileiros passaram a basear a defesa da terra em uma guerra de usura com o intuito de confinar os holandeses a Praça-forte do Recife ¹⁴⁹.

Neste período inicial do conflito, que se convencionou chamar de ‘guerra lenta’, os neerlandeses foram limitados no Recife por um dispositivo militar montado pelas tropas de resistência. Este dispositivo concentrava em uma praça fortificada a Oeste do Recife (o Arraial do Bom Jesus) o grosso do exército regular local, que era auxiliado por uma linha de postos avançados – as estâncias – ao redor do Recife, que “formavam um arco tático a meio caminho entre a cidade ocupada e o Arraial”. Deslocavam-se entre estas estâncias e as localidades do Bom Jesus, Afogados e Praça do Recife cerca de vinte e dois grupos pequenos

¹⁴⁸ RICHOSFFER, Ambrósio. Op. Cit., p. 41-44; COELHO, Duarte de Albuquerque. Op. Cit., p. 42-3.

¹⁴⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit., p. 33.

de tropas volantes, compostos de doze homens cada, que estorvavam qualquer movimento neerlandês para o interior ¹⁵⁰.

Cercadas pelo lado da terra, – situação que perduraria até 1635, quando a mudança estratégica da WIC permitiu desbaratar o cerco e a resistência local – as tropas neerlandesas trataram de garantir sua posição à custa de estruturas defensivas ¹⁵¹.

Após ponderar as vantagens e desvantagens de se estabelecer em Olinda ou no Recife, o Comando Militar da WIC no Brasil passou a solicitar ao Conselho dos XIX a permissão para destruir a Vila e concentrar tropas e fortificações no Recife, sítio que considerava adequado para a construção de uma praça-forte. Mas o príncipe de Orange, chefe-geral das forças armadas neerlandesas, não deu parecer favorável ao abandono. Deu ordens para que Olinda, caso houvessem meios, fosse fortificada. Mesmo antes de uma decisão favorável do príncipe ao pedido do Comando em Pernambuco, o General Waerdenburgh tinha iniciado a construção de fortificações no istmo e em Antonio Vaz (Eylandt Antoni Vaaz). Em 1631 Waerdenburgh pediu uma decisão sobre o assunto ao Conselho dos XIX, uma vez que havia uma possibilidade de desembarque de tropas de reforço luso-brasileiras. Provavelmente o General considerava sua posição no Recife ainda muito vulnerável para resistir e impedir um ataque das tropas de resistência. Após uma reunião entre Conselho dos XIX e príncipe, o governo de Pernambuco recebeu a autorização para, na eventualidade de um ataque, abandonar Olinda e destruí-la. Com o desembarque, em novembro de 1631, de 1000 homens da frota de dom Antônio de Oquendo, Waerdenburgh evacuou e incendiou Olinda ¹⁵².

De 1630 a 1637, Recife e Antônio Vaz haviam sido transformados em grandes canteiros de obras para a constituição de uma praça-forte capaz de alojar e defender os soldados da Companhia. A segurança do porto e do istmo foi reforçada com a construção, ainda em 1630, do Schans de Bruyn (Forte do Brum), projetado pelo engenheiro da WIC Tobias Commersteijn, sob as bases da obra do Forte Diogo Paes. Acrescentou-se à defesa do Bruyn um hornaveque, obra de fortificação avançada e complementar, concluída em 1631. Este engenheiro foi responsável pelas primeiras observações a respeito da fortificação do Recife, que considerava um local capaz de se tornar inexpugnável. Com problemas de saúde ele retornou para os Países Baixos e outro engenheiro foi contratado para proceder aos trabalhos de fortificação do Recife. Seu nome era Pieter van Bueren, que junto a Andreas

¹⁵⁰ MELLO, Frederico Pernambucano de. Tambores de Marte em Guararapes. In: MELLO, Frederico Pernambucano de. **GUARARAPES: uma visita às origens da Pátria**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, p. 34-5; MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit., p. 34.

¹⁵¹ Sobre as estratégias utilizadas por neerlandeses e luso-brasileiros nos primeiros anos da guerra no Brasil ler: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Op. Cit.

¹⁵² MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Op. Cit., p. 50-3;

Drewisch, também engenheiro da WIC, executaram os planos de Commersteijn, o que resultou na constituição do primeiro sistema de defesa neerlandês no Recife, que ficou pronto em 1637. Ergueu-se também no istmo, projetado por Drewisch, em direção ao norte, em junho de 1631, o Schans Juffrouw de Bruyne (Forte do Buraco), de forma a garantir a passagem na lingüeta de terra para Olinda e cruzar os tiros de seus canhões com o Bruyn em defesa da barra ¹⁵³.

¹⁵³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976, p. 9-12.

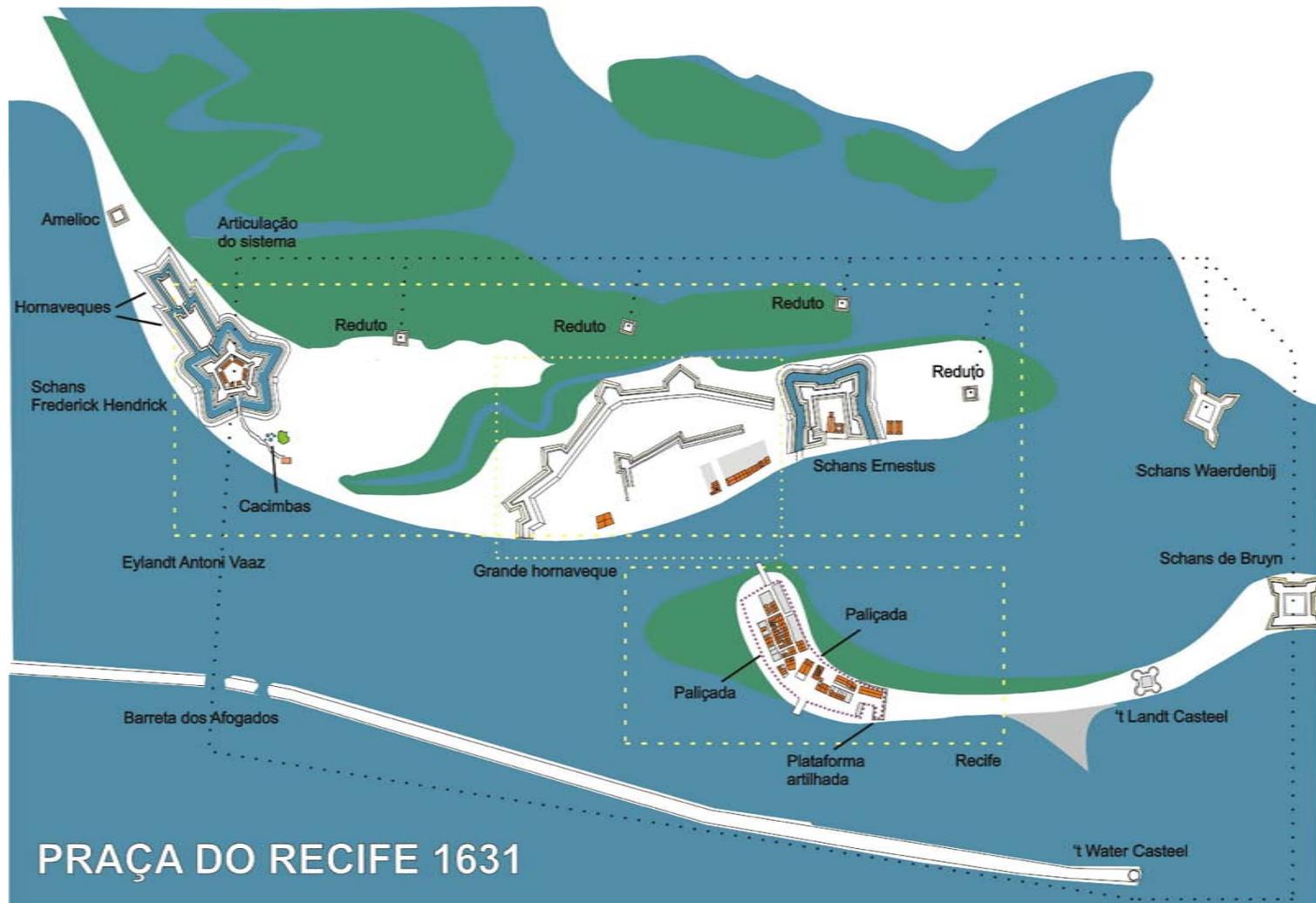


Ilustração 6 - Sistema de fortificação da Praça do Recife (1631). A partir da representação gráfica – baseada na planta de Andréas Drewisch de 1631 – produzida por José Luiz Mota Menezes.



Ilustração 7 - Gillis Peeters. *Vista do Recife*. Óleo s/ tela, 1637. Coleção particular. São Paulo. In: MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O Sistema de Defesa da Barra e Porto do Recife no Século XVII. In: **CLIO Arqueológica**. Nº 16. Vol. 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 99; Indicações das fortificações do sistema de defesa do Recife: 1. Landt Casteel (Forte São Jorge); 2. Bruyn (Forte do Brum) e seu hornaveque; 3. Juffrouw de Bruyne (Forte do Buraco); 4. Waerdenbij (Forte Waerdenburgh ou Forte das Três Pontas); 5. Reduto; 6. Reduto; 7. Ernestus (Forte Ernesto); 8. Grande hornaveque; 9. Reduto; 10. Frederick Hendrick e seus hornaveques (Forte Frederico Henrique, Vijfhoek ou Forte das Cinco Pontas); 11. Amelioc.

No ano de 1630 foram dadas várias instruções para a construção de diversas fortificações que ficaram prontas até 1637.

Em abril de 1630 o Comando Militar deu especificações para que fosse edificada, no norte da ilha de Antonio Vaz, uma fortificação que circundasse o Convento Franciscano de Santo Antônio. O Schans Ernestus (Forte Ernesto) – obra em questão – seria constituído de fosso e muralha de faxina e terra que circundariam o Convento. Da posição do forte – segundo determinações de Waerdenburgh de maio de 1630 – deveriam partir dois hornaveques em direção a porção sul da ilha, um denominado de Grande Hornaveque, próximo a um braço de rio que passava pela ilha e outro, menor e mais recuado da camboa ¹⁵⁴.

¹⁵⁴ “Na Ilha de Antônio Vaz (...) apresenta-se o <<grande hornaveque>>, ao sul do Forte Ernesto, consideravelmente modificado em relação ao traçado com que o representa a planta de Drewisch, de 1631. Está desde então estabelecida a área que veio a ser denominada de groot kwartier [grande alojamento], defendida por

Para o sul de Antonio Vaz Commersteijn projetou uma grande fortificação, cujas obras foram iniciadas em outubro de 1630, sob a direção de Pieter van Bueren. A construção do Schans Frederick Hendrick (Forte Frederico Henrique/Vijfhoek ou Forte das Cinco Pontas) tinha por objetivo proteger a entrada sul da ilha, as cacimbas de água potável que abasteciam o Recife e a Barreta dos Afogados. A defesa desta área ainda era complementada por dois hornaveques – na direção sul – anexos ao Frederick Hendrick e pelo forte chamado Amelioc (Amália; Amélia). A ilha de Antonio Vaz ainda seria guarnecida por quatro redutos na direção oeste. Em fevereiro de 1631, na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe (ao Norte de Antonio Vaz), foi iniciada a construção do Schans Waerdenbij (Forte Waerdenburgh ou Forte das Três Pontas). Fortificação de três baluartes voltados para o continente (direção noroeste), reforçava a posição da ilha e das fortificações construídas no istmo (Bruyn e Juffrouw de Bruyne)¹⁵⁵.

Quanto às duas fortificações portuguesas do istmo, uma foi incorporada ao sistema de defesa, o Water Casteel (Forte do Mar), e a outra, Landt Casteel (Forte São Jorge), deixou de exercer função militar para ser utilizada como hospital de campanha¹⁵⁶.

Voltado para o ‘interior’ havia mais uma fortificação, o Fort Prins Wilhelm (Forte Príncipe Guilherme), construído, por volta de 1633, em um posto de fundamental importância para o acesso ao vale do Capibaribe, área que contava com vários engenhos. Este local foi tomado das tropas luso-brasileiras, que procuravam obstar as investidas das tropas da WIC para o interior e controlar um ponto chave para a entrada sul da capitania.

Daquele posto os neerlandeses puderam flanquear as estâncias da resistência e atacar o Arraial do Bom Jesus, além de poder dar mais segurança para o sul de Antônio Vaz. Por isso dois redutos foram construídos para defender o caminho para o Prins Wilhelm (o Kijk in de Pot, próximo ao Prins Wilhelm e o Kat, próximo ao Frederick Hendrick)¹⁵⁷.

Quanto à paliçada de madeira em torno do Recife, construída por ordens de Matias de Albuquerque na preparação para a invasão, foi desfeita e outra de maior dimensão foi projetada. Em 1638 foi promovida a construção de uma nova paliçada. Durante a campanha de Restauração Pernambucana paliçadas seriam construídas, em agosto de 1645, em torno de

um fosso largo, a meio do qual havia um passadiço, que fazia de um só fosso dois”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit., p. 17-8.

¹⁵⁵ Ibid., p. 12-4.

¹⁵⁶ Relatório sobre a conquista do Brasil por H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas (1646). Documento 5. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Conquista. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 281-2.

¹⁵⁷ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999, p. 95; MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 356.

Maurícia e do Bruyn e outra em Recife, em 1653, no lugar da feita em 1638, possivelmente estragada ¹⁵⁸.

O acesso ao “povo” neste tempo, era efetivado a partir de três portas existentes nesta paliçada: a Landpoort (Porta de Terra), ladeada por dois baluartes, sendo o baluarte leste feito de pedra e o posicionado a oeste uma construção de terra; a Pontpoort (Porta da Balsa) e a Waterpoort (Porta do Mar). Além das portas de acesso e dos dois baluartes que envolviam a Landpoort, o Recife contava com duas baterias de madeira em direção ao desembarcadouro, e em direção a Antônio Vaz, na direção oeste, existiam outras duas baterias. Completando a defesa, na direção noroeste, estavam assentadas mais duas baterias. A entrada na Velha Maurícia também era limitada pela Zuidpoort (Porta Sul/Porte de Santo Antônio) ¹⁵⁹.

Todo este conjunto defensivo montado em Antônio Vaz estava articulado. Os fortes Amelioc e Frederick Hendrick, ao sul, uniam-se aos redutos a oeste da ilha e estes ao Ernestus, no norte. Aquela posição tinha junção com o Waerdenbij e dele o ‘circuito’ continuava até as fortificações Juffrouw de Bruyne e Bruyn. O sistema ainda era completado por hornaveques e suas baterias a oeste da ilha, fossos d’água circundantes e paliçadas. Cobriam com artilharia um amplo perímetro – sul, sudoeste, oeste, noroeste e norte – que em tese impossibilitaria a aproximação de qualquer inimigo vindo do continente. Era um arco tático de oposição a linha de estâncias montada pelas tropas luso-brasileiras.

Uma vantagem do solo escolhido para construir a base da WIC era o fato dele ser alagadiço. Uma das virtudes essenciais de fortificações construídas nesses locais era que o terreno podia ser atacado em poucos pontos, apesar de seus limites estarem cercados. Este benefício se convertia em desvantagem uma vez que os acessos limitados poderiam ser bloqueados ¹⁶⁰. A entrada desta Praça estava limitada a três pontos primordiais: Pelo istmo que ligava Recife a Olinda, defendido pelas fortificações Juffrouw de Bruyne, Bruyn, Waerdenbij e Portas do Recife (Ilustração 8); o oeste de Antônio Vaz, guarnecido pelo Ernestus, hornaveque, fosso e baterias de Maurícia (Ilustração 9) e pelo sul da ilha, posição guarnecida pelo forte Frederick Hendrick (Ilustração 10). O acesso também poderia ser feito pelo rio Beberibe, na maré baixa, em direção ao istmo. Mas esse não era um deslocamento apropriado para um assalto.

¹⁵⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Op. Cit., p. 114-5.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 33-4.



Ilustração 8 - Frans Post (atribuído). *Vista do Recife, da Cidade Maurícia e do palácio de Friburgo a partir do istmo*. Óleo s/ tela, 144 x 200 cm, 1650. Acervo Stiftung Preußische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg. In: MENEZES, José Luiz Mota. *O Recife espelho de Maurício*. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. **Eu, Maurício**. Os espelhos de Nassau. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77; 1. Landpoort; 2. Recife; 3. Cidade Maurícia; 4. Schans Waerdenbij.



Ilustração 9 - Frans Post (atribuído). *Vista da Cidade Maurícia a partir da terra*. Óleo s/ tela, 144 x 200 cm, 1650. Acervo Stiftung Preußische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg. In: MENEZES, José Luiz Mota. *O Recife espelho de Maurício*. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. Op. Cit., p. 77; A área pontilhada de preto corresponde a Cidade Maurícia e a área pontilhada de branco indica o fosso que circundava a Cidade.



Ilustração 10 - Frans Post. *Forte Frederick Hendrik*. Óleo sobre tela, 60 x 88 cm, 1640. In: HERKENHOFF, Pedro (Org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 256-7; Área que compreendia a Campina do Taborda, sítio onde foi iniciada a negociação para a capitulação da Praça do Recife. 1. Forte Frederick Hendrik; 2. Amelioc.

Uma variedade de soluções ficava a disposição dos engenheiros da WIC, que construíram suas fortificações nas proximidades Rio Beberibe. A água podia ser conduzida ao redor do perímetro da cidade por canais para os fossos das fortificações. No caso de Antonio Vaz um “braço de rio” que partia detrás do Ernestus e atingia a área entre o grande hornaveque e o Frederick Hendrick ‘fornecia’ a água para os fossos ¹⁶¹.

Esse sistema defensivo montado pela WIC tinha por embasamento as diretivas da chamada Escola Neerlandesa de Fortificação. Oriunda da Escola Italiana de Fortificação – responsável pela introdução do baluarte poligonal e pelo rebaixamento e alargamento das muralhas – ela caracterizava-se, no século XVII, pela utilização de fossos circundantes cheios d’água e por escolher locais planos facilmente inundáveis. Como os italianos, empregavam na construção de suas fortificações a terra batida e a taipa ¹⁶². Tais edificações tinham um baixo custo, além de poderem ser levantadas rapidamente. A qualidade especial do emprego da taipa e da terra, nestas fortificações, era a absorção do impacto dos projéteis artilhados. Em

¹⁶¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit., p. 18.

¹⁶² DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 227.

contrapartida, sua manutenção era onerosa, pelo clima e pela localização junto à água, que literalmente fazia com que a fortificação escorresse pela taipa.

Em 1639, com o território ocupado relativamente consolidado e com o grande número de colonos estabelecidos no Recife, o novo Governador da conquista da WIC no Brasil, Johan Maurits van Nassau-Siegen, encomendou um plano de ocupação racional da ilha de Antônio Vaz. A nova cidade projetada seria instalada do espaço existente na área de ocupação mais antiga da ilha – ao norte – para o sul, com limite no Frederick Hendrick. A ilha foi dividida em duas partes, sendo a primeira, ao norte, denominada de Velha Maurícia e a segunda, ao sul, a Nova Maurícia (Nieuwe Mauritia). Essas duas Maurícias, circunscritas por estacadas e fossos, compunham, com o Recife, a Stadt Mauritia (Cidade Maurícia)¹⁶³. Notamos ainda que nesse segundo sistema de defesa projetado, a disposição das ruas das duas Maurícias estava em harmonia com as estruturas de defesa das partes leste e oeste da ilha, de modo que não obstruíssem/atrapalhassem o deslocamento de tropas aos bastiões e fortalezas do sistema. Tal distribuição, ‘facilitadora’ das atividades militares, nos indica que o plano de ocupação de Antônio Vaz também levou em consideração na sua elaboração questões defensivas.

Depois da execução do plano de 1639 podem ser percebidas algumas alterações na defesa de Antônio Vaz: o forte Amelioc foi demolido; três redutos a oeste da ilha foram destruídos e casas foram construídas na Nieuw Mauritsstad, o que terminou por obstruir a linha de tiro do Frederick Hendrick. A articulação do conjunto fortificado não sofreu uma grande alteração. Até o ano da rendição o sistema de defesa ganharia mais duas fortificações, o Soutpan (Casa do Rêgo; Forte das Salinas) e Altená (Forte de Santo Antônio Novo; Casa da Asseca), ambas voltadas para o continente. O local da primeira fortificação, Santo Amaro das Salinas, a noroeste do Recife, tinha sido sítio da chamada Casa do Rêgo, posto de observação fortificado das tropas luso-brasileiras de onde partiram várias emboscadas contra as posições neerlandesas no istmo¹⁶⁴. A fortificação de Altená, a oeste de Antonio Vaz, foi inicialmente construída pelos luso-brasileiros para pressionar e bater as tropas da WIC da Praça do Recife. Posteriormente foi atacada e ocupada pelos neerlandeses¹⁶⁵.

¹⁶³ MENEZES, José Luiz Mota. O Recife espelho de Maurício. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. Op. Cit., p. 78-9; MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Op. Cit., p. 90-1.

¹⁶⁴ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. Op. Cit., p. 39-40.

¹⁶⁵ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit., p. 31.

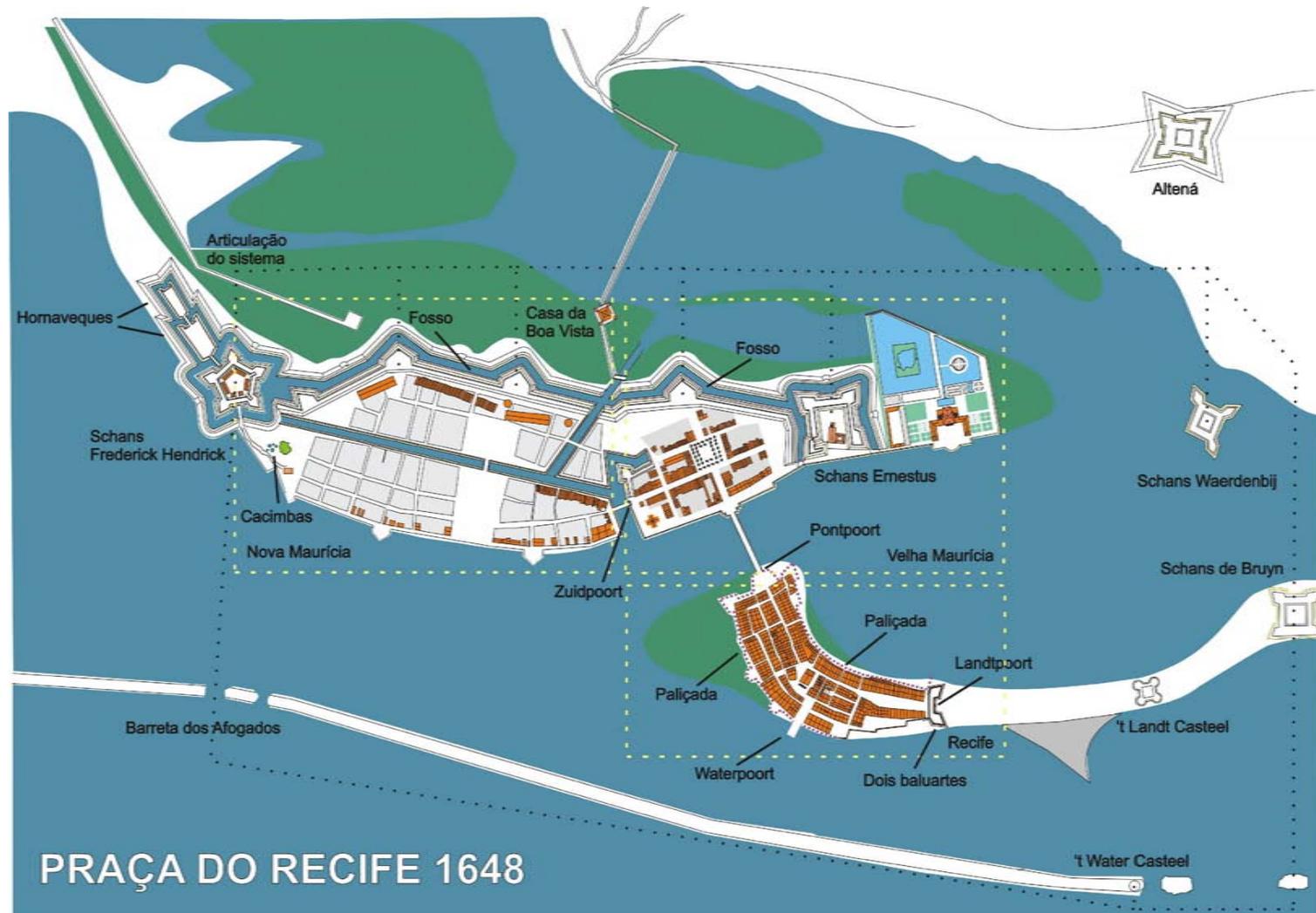


Ilustração 11 - Sistema de fortificação da Praça do Recife (1648). A partir da representação gráfica – baseada na planta de Cornelis Bastiaensz Golijath de 1648 – produzida por José Luiz Mota Menezes.

2.2 Os derradeiros anos dos neerlandeses na Praça do Recife

Confinados na Praça do Recife com a insurreição Pernambucana (1645), os neerlandeses tiveram suas saídas para o interior impedidas por um bloqueio terrestre imposto pelas tropas luso-brasileiras. As Batalhas dos Guararapes (1648; 1649) representaram as últimas tentativas de desalojar as tropas rebeldes que se avizinhavam ao Recife. A notícia da queda da Fortaleza do Pontal do Cabo de Santo Agostinho era o indicativo de que os ‘rebeldes’ se aproximavam da capital da Nova Holanda pelo sul. A tomada do Pontal também representava, para os insurrectos, a recuperação de uma via de abastecimento cortada no início da guerra contra os holandeses.

Os neerlandeses foram confinados ao Recife pelo mesmo dispositivo militar adotado pelas tropas luso-brasileiras nos primeiros anos de invasão, as estâncias. Todas as Praças que a Companhia das Índias Ocidentais detinha do Recife ao Sul da Capitania de Pernambuco, até o Rio São Francisco, estava nas mãos dos luso-brasileiros. A Companhia ficou encerrada na Praça do Recife e nas praças-fortes do Norte, que eram as de Orange (em Itamaracá), Castrum Dussen (Cabedelo, na Paraíba), Ceulen (Reis Magos, no Rio Grande) e Schonenborch (Ceará). Sem apoio naval para fechar o cerco, a situação redundava em um impasse para neerlandeses e luso-brasileiros. Essa ajuda era a esperança dos luso-brasileiros estacionados nas ‘portas das fortalezas’. Apesar de serem senhores da campanha, deveriam esperar que “Vossa Majestade acudisse seus vassallos com suficiente armada para que os neerlandeses cercados pela parte do mar, fossem compelidos a entregar as fortalezas que ainda ocupavam”

¹⁶⁶

Em fevereiro de 1650, com o agravamento do estado dos neerlandeses no Recife, o Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes, comentava que aquele seria um bom momento para o desfecho da guerra. O chefe das operações no Recife apelava para o golpe decisivo no inimigo acuado:

Há muitos dias que represento a Vossa Majestade que para se acabar de vez com os holandeses em Pernambuco convinha tomar-lhes a entrada dos abastecimentos com trinta navios de guerra, por que de outra maneira não é possível render o Recife por maior que seja o poder por terra [...] Esta é a boa ocasião de Vossa Majestade se aproveitar da oportunidade que o tempo oferece e dar remédio aos males que padece este enfermo há tantos anos: pois tem Vossa Majestade desta parte poder bastante com que fazer, e ainda

¹⁶⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Caixa 4, doc. 327, 15/10/1645.

que A Armada demore oito ou dez meses sobre o Recife (o que não é possível estando ela presente nesse estado) sempre fora menos despesa do que a dei importar o que se lhes prometer servirem a conveniências, e quando estas o sejam para o serviço de Vossa Majestade também se farão mais a seu contento e com maior brevidade sendo o Recife oprimido com A Armada: por que por guerra lenta nunca se veio conseguir coisa boa [...] antes por causa dela se perderam algumas monarquias; senhorear Pernambuco é o que importa a Vossa Majestade para aumento de sua Real Coroa não reparando em razões de estado que podem fazer perder um estado sem razão ¹⁶⁷.

De pouco adiantou o pedido de Francisco Barreto. O auxílio naval só foi dado no final de 1653. Durante este tempo a estratégia de ataque ao Recife ficou limitada a pequenas surtidas. Era uma corrida contra o tempo, uma vez que a ausência de embarcações para o bloqueio dava aos flamengos a chance de receber socorro e a oportunidade de tentar romper o cerco terrestre. A ajuda, em soldados, para os neerlandeses não demorou, o que resultou nos mencionados embates de 1648 e 1649.

Os comandantes das tropas locais alegaram durante boa parte dos anos entre 1645 e 1654, que a falta de munições, de artilheiros e de peças de artilharia impediram uma ofensiva de longa extensão contra o Recife. Mesmo depois de terem instalado uma bateria defronte o Recife, pouco conseguiram, dada à insuficiência de pólvora e de peças de grosso calibre ¹⁶⁸. Foram variados os pedidos de munição de grosso calibre para “bater o casario”, isto é, a Praça do Recife e suas estruturas defensivas. Empreender um cerco ao amplo sistema de defesa montado pelos neerlandeses, demandaria das tropas luso-brasileiras enormes quantidades de peças de artilharia e munições: “porque [...] as muitas fortalezas que cercam o Recife nos hão de tirar muitas balas” ¹⁶⁹.

Vale lembrar que o sistema de defesa construído pelos neerlandeses no resguardo da Cidade Maurícia consumia rapidamente as poucas reservas dos sitiados, sem causar danos sérios. Por isso foram feitos, pelos luso-brasileiros, incessantes pedidos de abastecimento de material bélico, para que pudessem pressionar os sitiados ¹⁷⁰. Um bombardeio lograva êxito quando se possuía uma ampla reserva de munição e quando esta podia ser mantida continuamente ¹⁷¹, o que não foi o caso dos luso-brasileiros estacionados nas cercanias do Recife.

¹⁶⁷ AHU, Caixa 5, doc. 394, 28/02/1650.

¹⁶⁸ AHU, Caixa 5, doc. 364, 28/10/1647; AHU, Caixa. 5, doc. 368, 31/01/1648.

¹⁶⁹ AHU, Caixa 5, doc. 364, 28/10/1647.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 125.

A carência de meios na campanha final contra os neerlandeses – além das questões de ordem diplomática – foi fundamental para o estabelecimento de um impasse militar entre os anos de 1645 e 1653. Faltavam ferramentas de sapa e engenheiros. As primeiras seriam utilizadas na preparação do sítio e os outros seriam os coordenadores do ataque ¹⁷².

Nos últimos dias antes do assalto a Recife, Francisco Barreto tomou a medida radical de fazer apertadas diligências por todos os navios da Armada de Pedro Jacques Magalhães para saber se por “acaso ia algum capitão ou soldado que entendesse de fortificações, por quanto, o não tinha no exército, nem se poderia intentar a facção [de atacar o Recife], sem pessoas que soubessem assentar uma bateria”. Na frota, que não levava engenheiro para servir naquela campanha, foi encontrado um engenheiro francês que estava a caminho de São Paulo, chamado Pedro Garcim, que prontamente atendeu a solicitação de Barreto para atuar no cerco ao Recife ¹⁷³.

A Armada da Companhia Geral de Comércio apareceu no horizonte pernambucano em 22 de dezembro de 1653. Pedro Jacques Magalhães, General da expedição, em conselho com o Francisco Barreto e outros Mestres-de-Campos presentes resolveram que seria conveniente para a tomada daquela Praça que parte da frota fosse retida algum tempo na barra do porto do Recife para impedir o inimigo de receber reforços e mantimentos. Aquela era uma situação conveniente para a investida, uma vez que a chegada da Armada possibilitava um cerco completo a Praça do Recife ¹⁷⁴.

Entre as dificuldades para o ataque a Praça do Recife encontravam-se: a própria dimensão do sistema de defesa montado pela WIC, que, segundo Brito Freyre, contava com várias fortificações guarnecidas de muita artilharia e que eram obradas com perfeição nos postos mais convenientes da Praça. O Recife estava repleto de trincheiras, diques e plataformas ao moderno, ou seja, dentro do que havia de mais inovador em matéria de fortificação do período ¹⁷⁵; o número insuficiente de pessoal habilitado para assédios, o que “afligia e desconfiava aos nossos (exercitados em diferente milícia), [e que não sabiam] abrir trincheiras para caminharem aproches contra as fortificações”. Possivelmente isso acarretaria grande perda de gente, de tempo e de trabalho ¹⁷⁶. Por último, a escassez de mantimentos, dinheiro, ferramentas, munições e armas de grosso calibre, como já exposto.

¹⁷² AHU, Caixa 5, doc. 427, 13/10/1651.

¹⁷³ AHU, Caixa 6, doc. 476, 09/05/1654.

¹⁷⁴ AHU, Caixa 6, doc. 511, 05/12/1654.

¹⁷⁵ Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: MELLO, José Antonio Gonalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979, p. 102.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 103.



Ilustração 12 - Cornelis Bastiaensz Golijath. *Recife e Olinda*. 1648. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM; Posições fortificadas pelos neerlandeses e pontos de ataque das tropas luso-brasileiras entre 15/12/1653 e 23/01/1654. Legenda: 1. Recife; 2. Nova e Velha Maurícia; 3. Olinda; 4. Water Casteel; 5. Landt Casteel; 6. Bruyn e seu hornaveque; 7. Juffrouw de Bruyne; 8. Soutpan; 9. Waerdenbij; 10. Altená; 11. Ernestus; 12. Frederick Hendrick; 13. Reduto/“Amelioc”; 14. Reduto; 15. Kat; 16. Kijk in de Pot; 17. Prins Wilhelm; X1. Primeira posição atacada pelas tropas luso-brasileiras; X2. Segunda posição atacada pelas tropas luso-brasileiras; X3. Terceira posição atacada pelas tropas luso-brasileiras.

Independentemente desses estorvos, após o bloqueio da barra do Recife, feito por 17 embarcações da Companhia de Comércio do Brasil, no dia 26 de dezembro de 1653, deu-se início aos preparativos para o assalto. O papel da Armada da Companhia foi além da obstrução das entradas do porto, feita pelas naus de guerra, pois duas companhias dela passaram a patrulhar as praias do sul e do norte, “a fim de impedir qualquer movimento de entrada ou saída” dos contrários ¹⁷⁷. Foram aparelhadas peças de artilharia, feitos cestos para serem preenchidos com terra – o que serviria de proteção aos atacantes – e organizados outros petrechos. O primeiro ataque foi dirigido contra o Soutpan (Forte das Salinas), a noroeste do Recife, por três razões: aquela era uma posição frágil fora do núcleo da praça; vencida aquela força poderiam fustigar o hornaveque do Bruyn, do outro lado do rio Capibaribe, e cortar as comunicações entre o Juffrouw de Bruyne (Forte do Buraco) e o Bruyn (Forte do Brum), uma vez que aquele hornaveque ficava em um ponto de permeio entre as duas fortificações; e por último, para treinar e exercitar as tropas em ataques contra posições fortificadas em um forte “mais fácil de render” ¹⁷⁸.

Nos primeiros dias de janeiro de 1654, o terço do Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros fez a aproximação do posto das Salinas, onde se reuniu a 300 braças (660 metros) ¹⁷⁹ da fortificação a ser assediada. A esta mesma distância, os terços de João Fernandes Vieira e de Henrique Dias se avizinharam do forte Altená, protegidos pela vegetação. A partir do dia 6 foram enviados petrechos de guerra e artilharia para as tropas posicionadas contra o Soutpan. Ao todo elas contavam com nove peças de calibres variados. Possivelmente os neerlandeses não tinham a certeza de que seriam atacados, uma vez que a Armada da Companhia, estacionada na barra do Recife, “não podia dilatar-se muitos dias nesta costa em razão das monções que se iam acabando para passarem a Bahia e Rio de Janeiro”. Por essa mesma razão o Almirante Francisco de Brito Freyre enviou todos os navios mercantes para os locais mencionados, e manteve apenas algumas embarcações para o bloqueio ¹⁸⁰.

¹⁷⁷ MELO, Francisco Manuel de. Epanáfora Triunfante. 1659. In: FREIRE, Francisco Brito. Op. Cit., p. 28.

¹⁷⁸ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Ilha de Fernando de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil & Governador de Pernambuco. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso II. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 111.

¹⁷⁹ “A braça é uma antiga medida (ainda em uso no Brasil), com variações de país para país, equivalente à extensão que vai de um punho ao outro, ou da extremidade de uma mão aberta à outra, ou da ponta de um polegar em abdução ao outro, num adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados (em Portugal e no Brasil, correspondem a 2,2 m lineares)”. BRAÇA. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

¹⁸⁰ “Em onze do dito mês pelo meio dia foi o Mestre de Campo General Francisco Barreto acompanhado dos três Mestres de Campo [André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e João Fernandes Vieira], do Capitão Engenheiro Pedro Garcim e de outros oficiais da milícia a reconhecer o Forte do Rego [Soutpan/Forte das Salinas] para resolver por que parte haviam de bater e aprochar”. In: Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 111.

No dia 11 o Mestre-de-Campo General Francisco Barreto acompanhado por Vidal, Vieira, Henrique Dias e do Engenheiro Pedro Garcim fizeram o reconhecimento para escolher a posição a ser “batida” pela artilharia e a área onde seriam feitos entrancheiramentos de aproximação (aproches) para o assalto ao forte. Caso não conseguissem abrir brechas na muralha do forte, os aproches serviriam para plantar uma carga de explosivos na base da muralha.

Dos dias 13 a 14 foram reunidos 2500 homens nas proximidades do local a ser atacado, enquanto que quase mil foram enviados para guarnecer postos no Prins Wilhelm (Forte dos Afogados), na Barreta, no Arraial Novo, na Vila de Olinda e em Pau Amarelo. Com a manobra, parte da força foi espalhada ao “redor” do Recife para apertar o cerco. Enquanto isso, os soldados trabalharam durante toda a noite para assentar uma bateria de cinco peças, coberta por cestões de 10 pés (3,048 metros) ¹⁸¹ de comprimento, distante 800 pés (243,84 metros) do forte. Prepararam também entrancheiramentos: um no flanco da bateria construída, onde ficaram alojados 100 homens, para se prevenir de possíveis contra-ataques desferidos de outras posições neerlandesas nas proximidades; Outra cava ligava a bateria a outro entrancheiramento, onde se alojou o grosso da tropa; a noroeste do Soutpan foi construída uma trincheira guardada por 200 homens, próxima o suficiente para desferir tiros de mosquete (cerca de 240 metros ¹⁸²) contra os parapeitos do forte e impedir socorros a serem feitos pelo Juffrouw de Bruyne. Pelo lado sul em direção ao forte, instruídos por Garcim, 300 homens brancos e pretos às ordens do Sargento Mor Antonio Jacome Bezerra e de dois capitães de infantaria, iniciaram um aproche. A obra visava impedir a entrada de algum socorro do Recife para o forte, pois o entrancheiramento estava defronte a porta da fortificação. Era por meio deste aproche, estrategicamente situado em frente ao ponto mais frágil do reduto, que se esperava tomar o Soutpan ¹⁸³.

A primeira salva contra o Soutpan foi feita na manhã do dia 15 e o aproche sul avançou continuamente, apesar de estar sob fogo de várias fortificações do sistema de defesa do Recife. Depois de frustrar, à tarde, a tentativa neerlandesa de socorro ao forte, os aproches dos soldados romperam o fosso da fortificação. A esta altura a bateria lusa tinha “desbaratado quase todos os parapeitos [do forte]”. Estilhaços e lascas das explosões de suas cargas

¹⁸¹ Para pés estamos nos baseando na “unidade de comprimento do sistema anglo-saxão, correspondente a 12 polegadas e equivalente, no sistema métrico decimal, a aproximadamente 30,48 cm”. PÉS. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

¹⁸² O alcance do tiro de mosquete está baseado no manual de Vauban, ‘Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban’, que estabelece a medida de 120 toesas (cada toesa equivale a cerca de seis pés ou mais ou menos 2 metros). In: VAUBAN, Sebastián Le Preste. Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban. In: GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**. Op. Cit., p. 230.

¹⁸³ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 112.

ofendiam repetidamente os defensores. Muitas baixas e a proximidade do assalto luso-brasileiro forçaram a guarnição do forte a capitular ¹⁸⁴. Francisco Barreto permitiu que soldados e oficiais do forte saíssem com armas e bagagem, e lhes prometeu passagem para Portugal, de onde embarcariam para suas casas. Depois de passarem pelas tropas, entregaram bandeiras e armas e foram remetidos para a Armada da Companhia, onde receberam ração de 30 dias para a viagem. O tratamento “digno” servia de exemplo. Assim ele mostrava aos soldados das outras fortificações que procederia da mesma maneira com os que se rendessem ¹⁸⁵. Após dar guarida aos do Soutpan, Barreto manteve duas companhias na fortificação, que tentaram se passar pela guarnição neerlandesa rendida no intuito de capturar soldados da WIC que intentassem prestar auxílio aos do forte, mas a tentativa de logro não surtiu efeito ¹⁸⁶.

No dia 16 a tropa marchou para o próximo objetivo, o Forte de Altená, a noroeste de Maurícia. Sob a orientação do Mestre-de-Campo General Barreto de Menezes, dos Mestres-de-Campo Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros e do Engenheiro Pedro Garcim, os soldados trabalharam durante toda a noite para se entrincheirar e estabelecer posição capaz de atingir os parapeitos da fortificação inimiga com tiros de mosquete. Como na preparação do assalto ao Soutpan fizeram suas trincheiras sob a proteção da noite, para dificultar qualquer tentativa de estorvo de seu trabalho. A cava que principiaram ia do norte ao sul da posição do forte e tinha por objetivos dar cobertura para os que lavrariam os aproches e impedir o Altená de receber reforços, o que poderia abreviar a rendição dos soldados do forte. A 17 de janeiro “nuvens de balas de artilharia e mosquetaria” do forte choveram sobre os sitiados, cuja posição foi revelada com a luz do dia. O Altená ainda teve sua posição defendida por algumas das fortificações de Maurícia e do Recife e recebeu reforços de tropas e munições – a despeito das obras sitiadas que os apertavam – o que permitiu um período maior de resistência. A porta deste forte estava protegida por duas estacadas pela parte do sul e do norte. Na noite do dia mencionado foi assentada uma bateria a 400 pés (121,92 metros) ao sul da posição do forte com o firme intuito de arrefecer a resistência da guarnição neerlandesa.

No dia 18 o bombardeio contínuo abriu brechas nos parapeitos da fortificação. Em contrapartida os defensores do forte, “para perturbar a pontaria de nossos artilheiros”, passaram a concentrar seus disparos contra a bateria dos sitiados, no que conseguiram ferir alguns soldados e avariar as proteções (cestões e sacaria de terra). Nesse ínterim, outra parte da guarnição tentava reparar os danos recebidos pelas peças da bateria com terra e madeira

¹⁸⁴ MELO, Francisco Manuel de. Op. Cit., p. 31.

¹⁸⁵ Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 103.

¹⁸⁶ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 111-2; Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 103-4.

proveniente dos aquartelamentos do forte, que foram “desmadeirados” para suprir a ausência de material construtivo. Por seu lado, os luso-brasileiros também dirigiram seus disparos contra aquela posição que “os ofendia”, além de iniciarem, com o cair da noite, os reparos na bateria e aproches pela parte sul e norte, com a intenção de tomar a porta do forte e “desembocar” o fosso seco

para com o primeiro lhe impedir de todo a entrada dos socorros e com o segundo [...] assaltar pelas brechas, que lhe fazia a nossa artilharia ou não estando capazes, empregar a mina para o mesmo intento, que prometeu por infalível (depois de o ter bem conhecido) Dumom Francês Capitão de Mineiros [...] [por] ser o Forte de areia por dentro¹⁸⁷

Recuperada a bateria dos danos infligidos no dia anterior, o bombardeio continuou a fazer estragos, que destruíram parte das estacadas e abriram duas brechas no forte – uma na face do meio baluarte e outra na muralha –, o que dava aos atacantes condições suficientes para um assalto sob a proteção dos entrincheiramentos de aproximação. Antes dessa arremetida final, soldados amotinaram-se contra seus oficiais e os obrigaram a uma rendição. Segundo Brito Freyre, “correram os soldados [do forte atacado] a pegar as armas e voltá-las contra seus próprios oficiais”. Clamavam que queriam se entregar e ameaçavam seus comandantes de morte caso estes não capitulassem. Estes procuraram persuadir suas tropas a defender a fortificação, que receberia reforços à tarde, e obtiveram como resposta “choro, automutilação e esperneio”¹⁸⁸. Apesar do exagero do relato de Freyre, não descartamos o motim da tropa para que fosse efetivada a rendição. Afinal, o comportamento de soldados – mercenários ou não – diante de pressão inimiga era instável. As tropas da WIC não foram exceções. Tomamos por exemplos o suborno recebido pela guarnição do Coronel Diederik van Hooghstraten, em 1645, para entregar o Forte do Pontal, no Cabo de Santo Agostinho, ao exército rebelde e o abandono do oficial Nicolaes Claes do comando do Frederick Hendrick, alguns dias depois do episódio de Altená¹⁸⁹. Aliás, o próprio Claes foi um dos oficiais

¹⁸⁷ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 113.

¹⁸⁸ Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 104; Francisco Manuel de Melo menciona que circulou entre os soldados da guarnição do forte um boato de que os sitiadores tinham minado a fortificação, que “voaria brevemente” com a explosão. Com esta possibilidade de rendição, os índios que serviam neste forte fugiram para o Recife durante a noite. O restante da tropa, com os efetivos diminuídos, se amotinou. In: MELO, Francisco Manuel de. Op. Cit., p. 34; Ao que parece, a fuga destes indígenas estaria relacionada ao medo de não receber quartel dos luso-brasileiros, como em episódios anteriores – Sirinhaém (6 de Agosto de 1645) e Casa Forte (17 de agosto de 1645) –, quando vários indígenas rendidos foram ‘justiçados’. De fato, a colaboração de ameríndios com os neerlandeses fez com que os luso-brasileiros os tomassem por traidores da Cora portuguesa. Matavam todos os indígenas que fossem pegos com armas na mão. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 85.

¹⁸⁹ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654**. Recife: CEPE, 2004, p. 342.

envolvidos no episódio do Cabo e que retornara, junto com 55 soldados, para as fileiras da WIC ¹⁹⁰. Este problema não era isolado, pois, o comandante das tropas neerlandesas no Brasil, o Tenente General Von Schkoppe, reclamou ao Alto Governo do Recife que suas tropas estavam sem disposição para a defesa da praça ¹⁹¹. Não foi por acaso que Dom João IV deu “carta branca” ao Comando luso-brasileiro para oferecer suborno, no valor de 400.000 cruzados, aos chefes militares neerlandeses pela entrega do Recife ¹⁹².

Provavelmente a conduta sediciosa das tropas naqueles últimos dias devia-se a uma série de fatores, entre elas a falta de pagamento, o desejo de voltar para casa – uma vez que vários deles estavam ‘detidos’ no Recife por longos períodos de dez, quinze e até dezoito anos – e por fim, o temor generalizado de massacre com a conquista da Praça ¹⁹³.

Após o tumulto promovido pelos soldados do Altená, soou, de dentro do forte, um tambor por repetidas vezes e foi levantada uma bandeira branca em sinal de rendição. Logo foi enviado um oficial para tratar da capitulação com o Barreto de Menezes, que estava no comando da investida. O Capitão Alexandre de Moura foi enviado ao Altená em refém do oficial Van Hagen que negociava com Barreto. Após entrarem em acordo semelhante a negociação do Soutpan, as tropas saíram com armas, bagagens e bandeiras de campanha. Barreto de Menezes concedeu que as tropas vendessem suas armas e lhes prometeu passagem e sustento para a viagem a Portugal. A guarnição entregou as bandeiras dos terços a que pertenciam e toda a artilharia e munições do forte ¹⁹⁴.

Enquanto aconteciam estes embates outras guarnições neerlandesas desampararam fortificações menos importantes – naquelas circunstâncias – para a defesa do Recife, com o intuito de evitar a perda de tropas, com possíveis rendições, e de reforçar os pontos imprescindíveis a manutenção do núcleo da Praça ¹⁹⁵. Naquele momento a WIC não tinha soldados suficientes para guarnecer os vários fortes da Praça do Recife. Isso se devia a política de contenção de gastos da Companhia. O número de soldados para o resguardo do Recife era insuficiente. Se fizermos a comparação entre os efetivos luso-brasileiros (cerca de 3500 soldados ¹⁹⁶) e a tropa da Praça (cerca de 1200 soldados ¹⁹⁷) será visível a disparidade numérica favorável aos rebeldes. Por isso foram abandonadas as fortificações Juffrouw de

¹⁹⁰ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 21.

¹⁹¹ Ibid., p. 91.

¹⁹² Ibid., p. 13.

¹⁹³ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**. Op. Cit., p. 336-8.

¹⁹⁴ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 113-114; Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit, p. 104.

¹⁹⁵ Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit, p. 104.

¹⁹⁶ Ibid., p. 103.

¹⁹⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 38-9.

Bruyne, comprometida com a tomada do Soutpan, Prins Wilhelm e dois redutos (Kijk in de Pot e o Kat). Aproveitaram também para reforçar a porção sul de Maurícia, entre os dias 20 e 21, e construíram um reduto – a 200 braças (440 metros) das Cinco Pontas – sob as ruínas da fortificação Amelioc, destruída em 1637 por ordem de Nassau, na fase de apaziguamento da região ¹⁹⁸. Arrasaram parte das casas construídas na Nova Maurícia, de modo a deixar o campo de tiro livre ¹⁹⁹.

Por decisão dos Mestres-de-Campo, as tropas luso-brasileiras, foram deslocadas para o sul da cidade Maurícia para desferir um ataque ao Frederick Hendrick, força chave para defesa daquele sítio e que protegia o abastecimento de água da cidade. Além do corte da água, o lado sul de Maurícia era mais frágil devido ao estado da fortificação daquela banda. As precárias defesas do forte, que naquele momento tinha três de seus baluartes e obras complementares (hornaveques) destruídas, eram resultantes das medidas de contenção de despesas da Companhia no Brasil. Em decorrência disso, o posto não era mais capaz de defender adequadamente a passagem para a Nova Maurícia ²⁰⁰. O abandono do forte Prins Wilhelm e dos redutos Kijk in de Pot e Kat contribuíram também para um melhor trânsito dos rebeldes naquela posição.

Outro fator que pesou para a mudança do local de ataque ao Recife foi o fato de que pelo lado noroeste/oeste os sitiadores encontrariam uma maior resistência do conjunto fortificado. Defendiam aquela posição os fortes Waerdenbij (a este tempo um simples reduto), o Ernestus, a Casa da Boa Vista (artilhada na fase de cerco), o hornaveque da Velha Maurícia e o Bruyn. Fora isso a passagem para Antonio Vaz era dificultada pelo rio e mangue que circundavam a Praça, enquanto que o maior número de casas naquele lado da cidade Maurícia possivelmente proporcionaria um grande número de abrigos aos defensores. No sul o acesso, apesar de estreito e sob a influência da maré que cobria a passagem, permitia um maior fluxo de tropas, conforme veremos na descrição do ataque ao reduto (“Amelioc”).

Pela manhã do dia 21, o comando luso-brasileiro fez o reconhecimento do local e entrou em conselho para decidir como seria o assalto. Foram de acordo que o terço de André Vidal de Negreiros sairia à noite da força dos Afogados (Prins Wilhelm), onde estava Antonio Dias Cardoso (Sargento Mor do Mestre-de-Campo João Fernandes Vieira), que no dia anterior tentou interceptar a retirada dos soldados neerlandeses daquela posição. O terço de Vidal – que compunha cerca de 1000 homens (1200, segundo Brito Freyre) – entraria na

¹⁹⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit., p. 18.

¹⁹⁹ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 113-4.

²⁰⁰ Ibid., p. 114.

Campina do Taborda, e assaltaria o “Amelioc”. O reduto construído durante o dia pelos neerlandeses, “com grande pressa e muita gente”²⁰¹, era um “quadrado de 45 palmos”²⁰² [cerca de 10 metros] por lado, com tabuado duplo cheio de areia a prova de mosquete, com seteiras para atirarem cobertos os seus defensores”. Era guarnecido por uma companhia de infantaria comandada pelo Capitão Coenraad van den Brincken, e dois corpos compostos de “flamengos” e índios que ficaram de sentinela nas proximidades. Tomado o reduto os soldados do terço iniciariam os aproches em direção ao Frederick Hendrick²⁰³, último ponto de acesso a Cidade Maurícia.

Em marcha, sob a claridade de uma casa forte que foi incendiada na Ilha do Cheira Dinheiro pelas tropas da WIC, o terço de Vidal “esperou [na Campina do Taborda] quase uma hora e meia que vazasse a maré para ter passagem ao dito reduto”²⁰⁴. Após atravessar o ‘obstáculo’ deslocaram-se para acometer a fortificação. Os dois corpos que faziam a vigilância da área soaram o alarme ao perceber o ataque e se dividiram. O dos “flamengos” buscou refúgio no Forte Frederick Hendrick e o dos indígenas no “Amelioc”. Do Frederick Hendrick duas peças de artilharia “carregadas de balas de mosquete e pregaria”²⁰⁵ dispararam contra os atacantes, que conseguiram chegar ao reduto e o ocuparam com “espadas as seteiras por onde atirava o inimigo, lhe impossibilitando o curso das armas de fogo”. Soldados do terço conseguiram entrar no reduto após romper seu tabuado a machadadas²⁰⁶. O combate travado contra a pequena guarnição do reduto, sob a cobertura do Frederick Hendrick, custou a vida de alguns militares atacantes, além de vários feridos. Os rendidos (flamengos e índios) foram ‘poupados’ pelas ordens do Mestre-de-Campo General Francisco Barreto, que lhes concedeu quartel²⁰⁷.

²⁰¹ Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 104.

²⁰² “O palmo é a medida de comprimento que corresponde a oito polegadas ('medida') ou 22 cm”. PALMO. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

²⁰³ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 115.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem. A curta distância, contra tropas, o uso de balas de mosquete e pregaria em canhões era mais eficiente que o uso de balas comuns. Ampliava-se a possibilidade de atingir um número de maior de alvos.

²⁰⁶ Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco & mais praças que os Holandeses ocuparam naquele Estado. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso III. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 125.

²⁰⁷ Brito Freyre refere-se a 7 soldados mortos e 26 feridos, sendo que alguns destes, “entre o escuro e a confusão”, por fogo amigo. In: Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 104-5; MELO, Francisco Manuel de. Op. Cit., p. 36; Na Relação Diária consta que 3 morreram e 24 ficaram feridos entre os luso-brasileiros. Do lado neerlandês foram 8 os mortos, sendo 5 flamengos e 3 índios. Não foi mencionado o número de feridos do lado neerlandês. Alguns dos ferimentos infligidos nos luso-brasileiros foram feitos com armas brancas, o que indica luta corporal. In: Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 115; Os números das guarnições atacantes e defensoras, assim como o dos mortos e feridos em batalha, de ambos os lados, variaram de acordo com cada relação utilizada para reconstruir os episódios aqui narrados. Brito Freyre apresenta um número, a Relação Diária, a Breve Relação e a Epanáfora Triunfante contém outros.

Tomada esta posição, começaram a reforçar suas estruturas para se proteger do bombardeio do Forte Frederick Hendrick e para impedir um possível contra-ataque. De madrugada também foram principiados os aproches em direção àquele forte²⁰⁸.

Na manhã do dia 22, vinte homens, comandados pelo Cabo Antonio Mendes (indígena a serviço da WIC), partiram do Frederick Hendrick para tentar desalojar os ocupantes do “Amelioc”, mas foram rechaçados a cinco metros desta posição²⁰⁹. Dentro da Praça do Recife o Tenente General Von Schkoppe, após reunião com seu conselho militar, passou a considerar duas alternativas para tentar impedir a aproximação dos luso-brasileiros:

Atacá-los com 300 homens, ficando 200 de reserva, para o que seria necessário reduzir as guarnições dos fortes, ou fazê-lo com pequenos grupos de tropa para desalojá-los dos aproches. No Alto Governo foi aprovada a segunda alternativa e o Tenente General partiu para comandar pessoalmente o ataque, mas pouco depois voltou a comunicar que tinha mandado 90 homens para o ataque, mas os luso-brasileiros já estavam bem entrincheirados e repeliram a tropa, com 16 baixas entre mortos e feridos²¹⁰.

Sem conseguir rebater o avanço, Schkoppe disse que poderia tentar nova surtida com um número maior de soldados. Mas advertiu ao Alto Governo que não tinha nenhuma esperança de sucesso com o novo ataque, pois seus comandados estavam totalmente sem disposição²¹¹. Ao receber essa notícia o Alto Governo pediu que o Tenente General e os representantes dos grupos da população e de classes se reunissem para decidir os próximos passos a serem tomados. Tentariam resistir ao ataque do inimigo ou entrariam em acordo com ele? A resposta da reunião seria recebida à tarde. Com o reinício da sessão, às catorze horas, Schkoppe e os emissários dos vários colégios não chegaram a uma decisão. Então a reunião foi remarcada para o fim da tarde, de forma que os emissários voltassem a consultar seus representados e que o Tenente General deliberasse com seus oficiais. Os representantes decidiram – pela “aflitíssima e perigosa situação” e pela “impossibilidade de manter este estado de cousa por muito tempo” – que deveriam entrar em acordo com o inimigo e estipular condições mais favoráveis possíveis aos daquela Praça. Os oficiais de guerra e seus

Escolhemos omitir alguns destes dados no corpo do texto por conta de disparidades e parcialidades que elas podem expressar, uma vez que são documentos portugueses.

²⁰⁸ “Ocupado este posto, era evidente o perigo em que ficava a nossa infantaria exposta as balas de todos aqueles fortes que ficavam sobre ela, e para evitar o Mestre de Campo, e amanhecer mais vizinho à força das cinco pontas [Frederick Hendrick], mandou abrir cavas por toda a infantaria, com que amanheceu coberta, e foi continuando com aproches para a dita força até o amanhecer”. In: Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil. Op. Cit., p. 125.

²⁰⁹ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 115; Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit., p. 105.

²¹⁰ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 91.

²¹¹ Idem.

representantes afirmaram que acompanhariam a decisão tomada por Schkoppe, que prometeu enviar por escrito a decisão tomada. Na manhã do dia 23 ele apresentou sua resposta ao Alto Governo: Também se decidiu por entrar em entendimento com os luso-brasileiros ²¹².

Nesse ínterim, sob a cobertura da noite e de 150 espingardeiros, os luso-brasileiros avançavam “200 passos de aproches” ²¹³ (quase 25 metros) em direção ao Forte Frederick Hendrick. No fim do entrincheiramento de aproximação, sacos cheios de terra montavam um parapeito, no qual ficaram alojados 100 mosqueteiros, que no dia seguinte dificultariam a atividade da artilharia do forte.

Na tarde do dia 23, antes que peças de artilharia fossem assentadas no “Amelioc” para abrir brechas no forte a ser atacado, o Capitão do Forte Frederick Hendrick, Wouter Falloo, foi enviado pelo Alto Governo do Recife – após deliberação de Schkoppe, oficiais militares e representantes da população – para entrar em acordo com as lideranças luso-brasileiras ²¹⁴.

Este era o desfecho militar de um assédio iniciado com o bloqueio do porto do Recife (23/12/1653) e com o ataque as Salinas (15/01/1654) e que terminou, após as negociações na Campina do Taborda – entre os dias 23 e 26 de janeiro de 1654 – no dia 27, com a ocupação das fortificações da Praça do Recife pelas tropas luso-brasileiras.

Não discutiremos as minúcias do acordo firmado entre neerlandeses e a tropa luso-brasileira. Porém podemos destacar alguns pontos referentes ao assédio a Praça do Recife.

Ilustramos, em parte, o procedimento padrão para o ataque a posições fortificadas naquele período. Como já mencionado, este consistia em bombardear ou minar para abrir brechas em determinado local de um forte, onde posteriormente aconteceria o assalto, feito sob a proteção dos aproches e de tiros de mosquete e canhões. Mas tal arremate não aconteceu na Praça do Recife, pois as guarnições dos fortes atacados capitularam antes do ataque final. Mesmo que não fosse desonroso render-se após a destruição da muralha, de modo a se evitar um possível banho de sangue da guarnição e da população da Praça, o Recife capitulou em pouco tempo (pouco mais de um mês), se comparado com a tomada do Recife em 1630 (feita em dezesseis dias), que era defendido por apenas duas fortificações. A Praça, que contava com um eficiente sistema de defesa, reputado como inexpugnável, fez apenas uma acanhada resistência.

²¹² MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 91.

²¹³ “Medida antiga equivalente a 2,5 pés ou 82 cm”. PASSO. In: HOUAISS, Antônio. Op. Cit.

²¹⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 91.

O que teria motivado a entrega? A explicação de Boxer para a rendição recai sobre a debilidade dos comandantes políticos da Praça, como o idoso Wouter van Schonenburgh (Presidente do Alto Governo) e o doente Hendrik Haecxs (Conselheiro político) no governo civil e de Von Schoppe no comando militar, que era mais temido do que estimado por seus soldados. Esse triunvirato seria criticado por panfletos neerlandeses que alegavam que o Recife poderia ter resistido por mais tempo ²¹⁵. Fontes neerlandesas citadas por Gonsalves de Mello também indicavam que houve alguma pressão por parte dos civis, que temiam pela suas vidas no caso de conquista da Praça, embora essa assertiva pudesse ser uma justificativa do governo para a entrega da Praça ²¹⁶. Esse medo, aliás, terminou por não condizer com a atuação das tropas luso-brasileiras que deram quartel aos soldados rendidos e não cometeram nenhum ato de violência contra os civis e até mesmo os indígenas que serviram a WIC, que foram perdoados por Francisco Barreto. As negociações que se seguiram à rendição, “amenas e pacíficas” talvez servissem “às negociações diplomáticas que inevitavelmente se seguiriam ao acordo de rendição” ²¹⁷. Somamos como motivação para a entrega a mencionada falta de soldados e até mesmo a instabilidade dessas tropas, que eram mercenárias e que tinham seus soldos atrasados por meses. Dessa falta de disposição do exército mercenário, a beira da sedição, e sem maiores perspectivas de resistência conforme o próprio Schoppe, a Praça foi entregue.

Mas havia, suplantadas as temeridades e deficiências, possibilidade de resistência, como alegavam os panfletários neerlandeses? Se respondermos esse questionamento a partir da capacidade de material militar e de víveres, replicamos que poderiam resistir um pouco mais. Ao contrário de outros momentos calamitosos e de intensa crise no abastecimento de gêneros alimentícios, os armazéns da Companhia possuíam víveres e petrechos para quase um ano de completo assédio ²¹⁸.

²¹⁵ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**. Op. Cit., p. 338. Foi aberto um inquérito, em Haia, para apurar o procedimento do trio na entrega da Praça.

²¹⁶ “Devemos enfrentar o inimigo ou entrar em negociações com ele visando a um acordo, em vistas das lamentações de mulheres e crianças temerosas de caírem em mãos de inimigo tão sanguinário, e antes que seja muito tarde”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 91.

²¹⁷ Ibid., p. 23-5.

²¹⁸ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 117; Foram inventariadas uma grande quantidade de petrechos de guerra após a rendição da Praça do Recife. Para mais detalhes ver: **Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificados ou reparados até 1654**. Recife: Imprensa oficial, 1940; Nos anos de 1649 e 1650 foram enviados pelos principais da Nova Holanda, para o Conselho dos XIX, uma série de relatórios pessimistas a respeito da intensa deterioração de embarcações estacionadas no Recife, das fortificações da Praça e da escassez de víveres. O Recife, segundo as exposições, era um covil de inanição onde soldados esfomeados, maltrapilhos e com os soldos atrasados não estavam preparados para cumprir com suas mínimas obrigações. Apesar de algum exagero

Todavia, a indisposição de se manter no Brasil já era de longa data e não se resumia as estes aspectos de ordem militar. Privados da produção açucareira desde o início da insurreição, sem os escravos de Angola (recuperada em 1648) para abastecer seus engenhos e com o conhecimento das técnicas de fabrico do açúcar – utilizadas posteriormente nas Antilhas –, de que valeria manter a fragmentada possessão brasileira, quando as vantagens da negociação diplomática com Portugal se faziam mais promissoras do que novos gastos com a equipagem militar da Nova Holanda. Ademais, os problemas políticos internos (entre as províncias neerlandesas) e externos (com a Dinamarca e a Inglaterra) impossibilitavam um socorro militar eficiente ao Brasil. No entanto, não se sabia ao certo até quando a Praça do Recife poderia ser mantida, mas havia a certeza de que naquela situação de penúria e ruína o fim da resistência era iminente²¹⁹.

Estes episódios demonstram, de certo modo, a importância das praças fortificadas no contexto dos confrontos travados no século XVII. A utilização de fortificações teria um peso fundamental na escolha de uma estratégia de defesa nas capitâneas no período posterior a este conflito. É sobre esta escolha que trataremos adiante.

nas informações passadas pelos comandantes da Praça – para forçar a remessa de abastecimentos – a situação do Recife era cada vez mais crítica. In: BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**. Op. Cit., p. 310-22.

²¹⁹ BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil**. Op. Cit., p. 307-8.

Capítulo 3 – Para a defesa da Capitania de Pernambuco

O fim da luta entre os luso-brasileiros e a Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie - WIC) na colônia não significou o fim da guerra de Portugal contra os Países Baixos. Restaurado o domínio português no Norte do Brasil, a contenda transferiu-se para o campo diplomático, com constantes ameaças de novos ataques à região recém libertada e à própria Metrópole. Este clima de insegurança fomentou na Coroa um constante alarmismo nas questões referentes a defesa das capitanias brasileiras.

A guerra luso-holandesa de 1657 a 1661 dava margem para retaliações contra as possessões portuguesas. Mesmo que os neerlandeses não estivessem em reais condições de agir, devido a primeira fase do conflito no báltico entre a Suécia e a Dinamarca, os rumores sobre os preparativos navais chegavam com constância a Lisboa²²⁰. Em 1654, poucos meses após a expulsão do Brasil, notícias de teor semelhante davam conta de que ingleses e neerlandeses preparavam um ataque contra alguma posição no Atlântico Sul, o que servia para manter a atmosfera de medo na capitania²²¹.

Cientes, em parte, das ameaças, os principais da Capitania de Pernambuco relataram à Coroa – nos primeiros anos após 1654 – o estado em que se encontravam as defesas das áreas atingidas pela guerra e sugeriram a melhor maneira de se proceder para resguardar a colônia. Sobressaem-se os planos de João Fernandes Vieira de 1654²²² e de Brito Freyre (1661-1664)²²³, as observações de Francisco Barreto de Menezes – enquanto Governador de Pernambuco (1654-57)²²⁴ e Governador do Brasil (1657-1663)²²⁵ – e o parecer de Cristóvão Álvares²²⁶. É sobre estes planos de reformas a serem empreendidas na Capitania de Pernambuco, e de certa forma nas capitanias do Norte, que vamos trabalhar neste capítulo.

²²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil** – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 - 1669. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 220.

²²¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Caixa 6, doc. 497, 12/09/1654.

²²² AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1655 (Anexo 2).

²²³ FREYRE, Francisco de Brito. **Sobre a defesa do Brasil**. Manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Microfilme do Acervo do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH), UFPE. Referência: B. A., Cód. 51 – V – 10, folhas 247/250v.

²²⁴ AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655; AHU, Caixa 6, doc. 543, 27/09/1655.

²²⁵ AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658; AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663.

²²⁶ AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655; AHU, Caixa 6, doc. 534, 03/07/1655 (Anexo 3).

3.1 Reformas militares na Capitania

Podemos definir dois momentos para a reorganização do aparato bélico da capitania de Pernambuco: de 1654 a 1669 e de 1669 a 1701 ²²⁷.

Na primeira fase, de grande urgência na reestruturação da defesa no Norte brasileiro, Portugal estava em estado de guerra em sua fronteira e suas colônias encontravam-se fragilizadas e expostas aos ataques dos inimigos da Coroa. As estratégias de como Pernambuco e as capitanias do Norte seriam bem resguardadas foram discutidas amplamente, mas as propostas não foram concretizadas por causa de uma série de problemas que influenciaram diretamente as decisões sobre o assunto.

Tomamos a crise financeira que se abateu sobre essa região como um dos principais empecilhos do governo de Pernambuco para empreender gastos na onerosa folha militar desta região. A escassez de meios dos moradores era decorrente do abatimento do sistema produtivo, reduzido a um terço de sua capacidade nos últimos anos de guerra pela expulsão dos neerlandeses da região; da retirada das populações de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande para o sul de Pernambuco no decorrer do conflito; da queda do preço do açúcar no mercado internacional, resultado da concorrência do produto caribenho; da propagação da epidemia de varíola por volta de 1661, que vitimou $\frac{3}{4}$ da mão-de-obra escrava nos vinte anos seguintes e

²²⁷ Fontes que foram utilizadas para determinar o primeiro momento (1654-1669): AHU, Caixa 5, doc. 439, 28/09/1652; AHU, Caixa 6, doc. 456, 14/10/1653; AHU, Caixa 6, doc. 476, 09/05/1654; AHU, Caixa 6, doc. 485, 18/06/1654; AHU, Caixa 6, doc. 497, 12/09/1654; AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo); AHU, Caixa 6, doc. 533, 29/04/1655; AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655; AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1655 (Anexo 2); AHU, Caixa 6, doc. 534, 03/09/1655 (Anexo 3); AHU, Caixa 6, doc. 543, 27/09/1655; AHU, Caixa 7, doc. 576, 22/11/1656; AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658; AHU, Caixa 7, doc. 618, 27/04/1660; AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663; AHU, Caixa 8, doc. 782, 21/11/1665; AHU, Caixa 16, doc. 543; AHU, Caixa 16, doc. 554; AHU, Códice 15, folhas 122v/123, 17/10/1654; AHU, Códice 15, folha 157v, 07/04/1655; AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655; Biblioteca da Ajuda, Códice 51 – V – 10, folhas 247/250v.

Para o segundo momento (1669-1701): AHU, Caixa 6, pp. 196-7, 03/11/1676; AHU, Caixa 6, pp. 214-5, xx/05/1677; AHU, Caixa 6, pp. 203-204; AHU, Caixa 6, pp. 208-213; AHU, Caixa 6, p. 300, 13/09/1679; AHU, Caixa 10, número 98; AHU, Caixa 11, números 40-44; AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686; AHU, Caixa 21, doc. 1973, 28/07/1704; AHU, Caixa 21, doc. 1975, 05/03/1704 (Anexo 4); AHU, Caixa 21, doc. 1975, 24/07/1704 (Anexo 6); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 12/11/1702 (Anexo 1); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 06/11/1702 (Anexo 2); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 30/07/1704 (Anexo 3); AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671; AHU, Códice 256, folhas 1/1v, 1673; AHU, Códice 256, folha 3v, 1673; AHU, Códice 256, folha 4, 1673; AHU, Códice 256, folha 8, 1674; AHU, Códice 256, folhas 8/8v, 1674; AHU, Códice 256, folha 9v, 1674; AHU, Códice 256, folha 12, 1675; AHU, Códice 256, folha 22, 04/11/1677; AHU, Códice 265, folhas 32/32v, 18/08/1681; A.H.U., Códice 257, folha 6; AHU, Códice 257, folha 166 v; AHU, Códice 265, folha 188 v; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 43; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 50; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 55-6, 26/04/1674.

do excessivo fisco, resultante dos esforços diplomáticos portugueses (a exemplo do tributo da rainha da Grã-Bretanha e do imposto da Paz de Holanda)²²⁸.

A impossibilidade de ajuda por parte da Fazenda Real, fatigada pela guerra metropolitana, e a longa discussão que se seguiu a respeito da melhor estratégia de defesa para a Capitania de Pernambuco e suas anexas foram empecilhos para a reforma militar da Capitania. Esta devia ser realizada em dois níveis: o físico/material, no que se refere às estruturas de defesa (fortificações) e o humano (tropas). O primeiro nível, foco de nossa narrativa, não sofreu mudanças significativas nessa fase. Devemos lembrar que apesar da capitania possuir um considerável número de fortificações, resultantes do quarto de século de contendas, estas estavam arruinadas e só guarneciam os portos prioritários do litoral. Enquanto os fortes necessitavam de amparo, as tropas deveriam passar por um processo de atrofia. Apesar de parecer contraditório, a diminuição dos contingentes era necessária pelo excessivo custo de manutenção das forças estacionadas.

No segundo momento (1669-1701), de relativa quietude, com os tratados de paz já firmados, iniciaram-se, lentamente, as obras tão discutidas no período anterior. Foram trazidos engenheiros militares para proceder às reformas e construções das fortalezas. Foi criado o cargo específico de Superintendente das Fortificações para uma melhor administração das atividades de resguardo. O fato de tal renovação ter ocorrido numa fase em que o perigo, no litoral, não rondava com tanto vigor o domínio, pode dar um reforço na idéia de incapacidade de meios da Coroa e da colônia na primeira fase (1654-1669). Por conta da vulnerabilidade da área costeira da região foram feitas melhorias no conjunto de fortificações dos principais portos do Norte. Para dinamizar a reorganização seriam criadas, em fins do século XVII, aulas de engenharia militar – já reestruturada no Reino – com o intuito de dotar a possessão de autonomia técnica para a sua defesa. O plano de diminuir as tropas da capitania, proposto por Brito Freyre, seria posto em execução durante o governo de Jerônimo de Mendonça Furtado (1644-1666).

Mas estas reformas aconteceram em um momento de transformações políticas na Capitania de Pernambuco. Alterações que foram ocasionadas pela maior inserção desta Capitania no campo de ação e poder da Coroa e pelo fim do domínio donatário em Pernambuco. A Capitania ainda seria marcada por uma série de tumultos, disputas e intervenções políticas – nas capitanias vizinhas – promovidas pela “nobreza da terra”, que era composta por um grupo de senhores de engenho responsáveis diretos pela expulsão do

²²⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 37-8.

invasor neerlandês e que passaram a creditar para si os louros e prêmios da vitória alcançada. Recompensa esta que deveria vir sob a forma de cargos públicos e direitos sob as nomeações dos postos ²²⁹.

Outras características próprias desse período da zona do açúcar (litoral) foram:

o aumento do poder político dos senhores de engenho e o confronto com os comerciantes; o crescimento do exército e milícias em Pernambuco e da influência da estrutura militar sobre a sociedade; a explosão dos conflitos de fronteira, significativamente Palmares; as brigas de jurisdição com o governo geral ²³⁰.

Enquanto isso, no sertão, ocorria uma expansão territorial encabeçada, a princípio, pelos colonos da região. Estorvada por grupos indígenas locais, resultou em uma série de conflitos, chamados arbitrariamente de Guerra dos Bárbaros, na qual as tropas do governo interferiam em favor dos movimentos dos colonos.

Somamos também ao período as apreensões decorrentes da guerra contra WIC, que possivelmente resultaram em um maior esforço pela reorganização da defesa na Capitania. Diligência esta que não deixou de ser influenciada pela disputas políticas mencionadas e por sobreposições jurisdicionais típicas do período estudado.

²²⁹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’** – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2003, p. 41.

²³⁰ Ibid., p. 42-3.

3.1.1 O primeiro momento (1654-1669)

Poucos meses depois da capitulação das tropas neerlandesas no Recife, João Fernandes Vieira enviou uma carta ao Conselho Ultramarino que informava ao monarca das necessidades existentes em Pernambuco e demais capitanias do norte. Para o Mestre-de-Campo, a capitania não estava restaurada por completo, uma vez que seria necessária a manutenção do que se ganhou do inimigo. Era imperativo que os portos fossem fortificados e que as forças mobilizadas na guerra fossem conservadas. A resposta enviada a Vieira pelo Conselho era a de que ele deveria apontar como manteria as forças para o resguardo da região. A réplica também acrescentava que o Mestre-de-Campo pedisse informação ao Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Meneses sobre as fortificações que assinalasse,

sem embargo de pessoas práticas dizerem e afirmarem que não são tão necessárias como ele o entende, e que havendo vigilância bastaria pouco poder para impedir o desembarque do inimigo qualquer que seja naquele posto²³¹.

No papel enviado a Dom João IV, em maio de 1654, intitulado de ‘Advertências necessárias sobre as fortificações que se devem fazer nestas Capitanias de Pernambuco’, João Fernandes Vieira dava uma detalhada lista de medidas a serem tomadas para a manutenção de Pernambuco e demais capitanias do Norte (Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará). Cabe enumerar algumas das mais prementes para o Mestre-de-Campo: 1. No Recife deveriam ser preservadas as defesas ‘deixadas’ pelos neerlandeses, com destaque para o Forte do Mar, os dois baluartes na entrada do Recife, o Forte do Brum (Bruyn), o do Buraco (Juffrouw de Bruyne), o das Cinco Pontas (Frederick Hendrick) e o da Asseca (Soutpan). 2. A Vila de Olinda deveria passar por um amplo projeto de fortificação. 3. No norte de Pernambuco – a três léguas do Recife – deveria ser construído um forte em Pau Amarelo²³². 4. Ao sul da capitania, Nazaré, Tamandaré e o Rio São Francisco deviam ser guarnecidas. 5. No sertão, deveriam ser escolhidos dois locais onde seriam situadas duas povoações ou vilas. A idéia de Vieira era poder evacuar a população do litoral para estas duas forças em caso de invasão, e

²³¹ AHU, Caixa 6, doc. 485, 18/06/1654. Vieira ainda advertia que os soldados e cabos desmobilizados estavam insatisfeitos – “descontentes e molestados, fora do estilo que se permite” – com o fato de que não tinham sido ressarcidos pelos gastos feitos na guerra conta a WIC.

²³² “A légua é uma medida de distância em vigor antes da adoção do sistema métrico, cujo valor varia de acordo com a época, país ou região; no Brasil, vale aproximadamente 6.600 m, em Portugal, 5.572 m”. LÉGUA. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2001. CD-ROM. Produzido por FL GAMA DESIGN Ltda.

negar aos inimigos víveres, utensílios e pessoas, de forma que eles abandonassem o território sem poder obrar nada. Seriam necessários, para o resguardo dessa capitania, cerca de 2000 soldados na guarnição dessas fortalezas e sítios. 6. Na Capitania da Paraíba seriam conservadas as fortificações de Cabedelo (Castrum Dussen), da Restiga e a de Santo Antonio. Seria necessário que um forte fosse construído mais ao sul, em Cabo Branco, ponto de permeio entre esta capitania e a de Itamaracá. O conjunto, na Paraíba, deveria contar com uma guarnição de 600 homens. 7. Para a Capitania do Rio Grande seria mantido o Forte dos Reis Magos (Ceulen) e construído um reduto em alguma eminência próxima desta fortificação. Ao sul, na Baía da Traição, Vieira sugeria outra fortificação. Segundo seu cálculo 300 homens seriam suficientes para o resguardo da região.

Porém Vieira advertia que essa Capitania só ficaria segura quando fosse feita guerra ao gentio da terra, que era, ao seu entender, o maior inimigo da terra e que situado próximo à costa poderia se aliar aos flamengos, como fez anteriormente ²³³. Ele ainda apontava para a necessidade de serem construídas fragatas que percorreriam do Rio de Janeiro a Pernambuco e resguardariam, portanto, as águas do Atlântico ²³⁴.

Este plano militar de João Fernandes Vieira também considerava medidas de caráter fazendário que ajudariam a custear os gastos com fortificações e soldados. Vieira advertia que

para que estas fortificações [fossem construídas seria] necessário grande quantidade de dinheiro [...], mas este [podia ser tirado] sem a fazenda de Vossa Majestade ser diminuída nem os Vassallos serem oprimidos, e se podia aplicar nestas obras as coisas declaradas adiante em que Vossa Majestade ficaria acrescentado [de] sua Real fazenda ²³⁵.

Entre as “coisas declaradas” estava a execução de contratos para o tabaco – plantado em ‘grande quantidade’ na capitania –, aguardente e gengibre. Vieira dizia que a cultura desta última poderia ser introduzida e sua produção ficar ‘contratada’.

Cal também poderia ser trazida para a capitania pela Coroa e vendida pelo mesmo preço ‘praticado’ por três pessoas que ofereciam o produto em Pernambuco. Uma maior fiscalização poderia ser feita sobre o contrato do sal, pelo fato do produto ser vendido ilegalmente na Capitania.

²³³ Nas ‘Advertências’, João Fernandes Vieira expressa intenções hostis em relação aos indígenas, que seriam perpetradas durante seu governo na Paraíba (1655-57). A Guerra do Açú, parcela mais duradoura da Guerra dos Bárbaros, teve como marco abusos feitos contra a tribo janduí, que se revoltou contra a Coroa. In: SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. ‘**Nas Solidões Vastas e Assustadoras**’. Op. Cit., p. 232-3; Podemos supor que esta proposta de Vieira esteja diretamente relacionada aos excessos cometidos contra os indígenas no ano posterior ao seu plano.

²³⁴ AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1654 (Anexo 2).

²³⁵ Idem.

Vieira prosseguiu o relato que tratava do imprescindível para as capitanias do Norte e aproveitou para alfinetar Barreto de Meneses ao afirmar que:

tudo o mais que informarem a Vossa Majestade fora disso não zela ao serviço de Vossa Majestade nem o aumento de sua Coroa. Nem é prático, nem tem conhecimento de todas estas terras que eu tenho e até as naturezas e clima tenho bem conhecido, e sobre tudo falo como quem lhe viu e quem isso experimentou e não falo de passagem ²³⁶.

Esta sugestão de Vieira para que a Vila de Olinda fosse fortificada renderia um acalorado debate entre ele e Francisco Barreto de Menezes, Governador da Capitania de Pernambuco (1654-57) ²³⁷. Além da Vila, outros assuntos referentes à reorganização militar da Capitania causariam discussões entusiasmadas.

Vieira iniciou a altercação ao escrever para o Rei D. João IV sobre a escolha do melhor sítio para a defesa de Pernambuco e das Capitanias do Norte. Para o Mestre-de-Campo deveria

ser servido mandar considerar a importância de [...] fortificar a Vila de Olinda, cabeça de todas elas, porque [...] ficam seguras todas aquelas capitanias e [na sua opinião] todo o estado do Brasil, porque em todo ele não há sítio tão aprazível, sadio, e de boas águas, como daquela Vila, e onde se pode fazer uma grande povoação, e com ela fortificada, fica o Reino sendo forte ²³⁸.

Ele acrescentava que além da Vila de Olinda deveria ser fortificada a Capitania da Paraíba, especificamente Filipéia, para juntas, impedirem o desembarque de tropas em Pau Amarelo, uma vez que estas ficariam entre as duas praças. A idéia era forçar um desembarque ao norte da Capitania da Paraíba, o que obrigaria os inimigos a fazerem uma longa marcha para o sul, onde, segundo ele, seriam facilmente destruídos ²³⁹.

Nesta mesma carta João Fernandes Vieira considerava outras razões que faziam de Olinda um sítio de defesa melhor que o Recife, como o espaço:

o Recife não é capaz de se tomar quatro conventos de religiosos que há na Vila, nem a Alfândega nem a Santa Casa de Misericórdia, nem duas Matrizes, e se ficara perdendo muitas edificações, igrejas, e coisas que agora

²³⁶ AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1654 (Anexo 2).

²³⁷ AHU, Códice 15, folhas 122v/123, 17/10/1654.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

se podem remediar, e de necessidade se deve povoar a fortificar a dita Vila²⁴⁰.

O Conselho Ultramarino respondeu que parecia muito conveniente o que ele apontava, mas que a

principal fortificação será conservar, e ainda aumentar (se for possível) o Recife que é o Porto, e sem o qual não convém ao inimigo a Vila [...] e que as fortificações da língua da área, que vão da Vila para o Recife, são hoje muitas, e as mais convenientes²⁴¹.

O Conselho reiterava ainda que Vieira devia ter pedido o parecer de Francisco Barreto a respeito do assunto e que após isso enviasse a planta do que planejassem, que, se fosse conveniente ao serviço do Monarca, seria mandado obrar.

O outro locutor da discussão a respeito do resguardo de Pernambuco e do Norte, o Mestre-de-Campo e General Francisco Barreto de Menezes, escreveu para a Metrópole, em 1655, e deu o indicativo de qual seria o seu procedimento no assunto abordado por Vieira. Ele era de opinião que existiam algumas fortificações desnecessárias para a defesa da capitania. Referia-se ao vasto sistema de defesa montado pelos neerlandeses para a proteção de sua capital administrativa. Anexa à carta em questão, remeteu para o Monarca uma planta das forças do Recife, na qual deveriam ser escolhidos os recintos a serem mantidos – preferencialmente fortificações costeiras – e os que seriam desmantelados – redutos voltados para a defesa do ‘interior’²⁴².

O Conselho Ultramarino deliberou que destruir parte de um sistema de defesa de ‘tal qualidade’ requeria a avaliação e opinião de um engenheiro militar, uma vez que se tratava de uma matéria de suma importância. Cristóvão Álvares, que se encontrava em Portugal, era o engenheiro indicado pelo Conselho para realizar a inspeção e o parecer a respeito das “reformas” a serem empreendidas no Recife e na Capitania de Pernambuco nos primeiros anos do *post bellum*. O julgamento do engenheiro devia ser acompanhado pela opinião de outro engenheiro e dos demais mestres-de-campo da Capitania, além de outras pessoas práticas em sítios e fortificações que estivessem em Pernambuco²⁴³.

Cristóvão Álvares argumentou que a defesa da capitania dependia da fortificação de Recife e de Olinda, pois a Vila era muito vulnerável. Para o engenheiro, ambos os sítios

²⁴⁰ AHU, Códice 15, folhas 122v/123, 17/10/1654.

²⁴¹ Idem.

²⁴² AHU, Códice 15, folha 157v, 07/04/1655. Infelizmente não encontramos a carta referida por Barreto.

²⁴³ Idem.

deveriam ser fortificados, uma vez que uma eventual invasão da Vila poria em sério risco a posição do Recife ²⁴⁴. Estranho o fato dele se posicionar a favor do resguardo de um sítio como Olinda, cuja fortificação implicaria em elevados custos. Para os conceitos estratégicos do período, a posição de Olinda não seria defendida sem grande esforço. Como estava estabelecida em “colinas de elevações com topos de mesma cota”, poderia se atingida de cada um desses outeiros de ‘mesma altura’ por artilharia ²⁴⁵.

Barreto foi incisivo em relação às opiniões de Fernandes Vieira. Ele afirmava que o Mestre-de-Campo não percebia que a capacidade e o número das fortificações deveriam ser proporcionais aos recursos do Estado, pois caso não houvesse cabedal para o apetrecho das fortificações e soldados para a sua guarnição, corria-se o risco de edificá-las em proveito dos inimigos

e dar armas contra a de Vossa Majestade, pois é certo que [...] faltando com que guarnecer as fortificações, será forçoso largar parte delas para acudir as de mais importância, ou querendo guardar todas, perder umas após as outras ²⁴⁶.

O papel enviado por Vieira a Dom João IV em 1654 sofreu uma detalhada apreciação do Mestre-de-Campo e General. Para Barreto, existiam variados aspectos neste documento dignos de serem criticados. Um deles era que não convinha fortificar os pontos que os neerlandeses não fortificaram, pois não o fizeram por ciência da inutilidade de seus sítios. Era uma referência direta ao amplo conjunto de fortificações que Vieira opinara ser necessário para o resguardo das capitanias do Norte. Barreto de Meneses, que confiava no gênio dos construtores militares invasores, achava que era indispensável mudar o material empregado nas reformas. Adotaria pedra e cal, no lugar da terra e taipa comumente utilizados pelos neerlandeses, que requeriam constantes manutenções e, conseqüentemente, elevados gastos ²⁴⁷.

Dos locais a serem resguardados, segundo o plano de Vieira, Barreto condenou a fortificação da região do Rio São Francisco, por não defender os gados da planície, nem o rio.

²⁴⁴ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito**: aspectos da administração colonial. Recife: Universitária UFPE/UFAL, 1997, p. 85.

²⁴⁵ ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus**: consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997, p. 111-2; Evaldo Cabral discorre que Cristóvão Álvares não tinha qualquer conhecimento de engenharia militar, o que explicaria os erros grosseiros na construção do Arraial Velho. Não teria, portanto, conhecimentos suficientes para opinar a respeito do melhor sítio de defesa em Pernambuco. In: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 341.

²⁴⁶ AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655.

²⁴⁷ Idem.

Depreciou também a idéia de serem criadas vilas no Sertão. Mas a principal divergência, como já dito, era em relação a fortificação de Olinda:

A Vila [...] me parece que não é de utilidade nenhuma fortificasse (em caso que fora possível) porque para render o Recife, será necessário buscá-lo por mais partes, porque por esta só o não poderão ganhar, nem o inimigo pode ficar seguro na dita Vila em caso que a ocupe; e posto que junto a ela hajam os materiais de que se fazem as fortificações, falta-lhe o mais essencial que é uma mina de grande soma de dinheiro que será necessário para fortificar a maquina da dita Vila e ainda então se devia considerar primeiro se havia soldados para guarnição, porque sem eles é melhor não haver fortificações

²⁴⁸

Outra idéia de Barreto, possivelmente baseada na experiência adquirida na guerra de restauração, apontava uma solução para cobrir as muitas barras e portos do Norte, onde grandes grupos de soldados poderiam desembarcar. Como não tinham condições de guarnecer todas as entradas possíveis de Pernambuco e das Capitânicas do Norte, o Mestre-de-Campo e General sugeria que fosse deixada de reserva no Recife, uma tropa com aproximadamente 600 homens, para acudir as paragens onde os inimigos desembarcassem. Para ele, esta seria a mais eficaz fortaleza que podia haver, uma vez que esperar pelo inimigo dentro das praças fortificadas raramente surtia bom efeito, ainda mais quando estivessem na espera de socorro. Essa infantaria volante seria mais útil do que construir fortificações em locais que não pudessem ser sustentados ou fossem incapazes de impedir a marcha do inimigo ²⁴⁹.

Era compreensível a preocupação de Barreto em relação às áreas próximas ao mar. O extenso litoral do Norte do Brasil, com significativo número de enseadas, baías e rios de pequeno porte, dava plenas condições físicas para o abrigo, desembarque e circulação de navios e tropas inimigas. Apesar de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba possuírem uma malha hidrográfica caracterizada por rios de pouca profundidade – no que se excluem os rios São Francisco, o Capibaribe e o Paraíba –, eles era navegáveis em seus baixos cursos, o que permitia que as embarcações da época adentrassem alguns quilômetros no território ²⁵⁰. Da Baía da Traição (norte da Paraíba) a barra de Itamaracá existia vinte e dois portos com plenas condições de desembarque, quanto que de Igarassu, ao norte da capitania de Pernambuco, ao Rio São Francisco, no sul, havia trinta e cinco portos de mesma possibilidade ²⁵¹. Muitas

²⁴⁸ AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 2001, p. 72-7.

²⁵¹ Ibid., p. 93-104.

léguas a defender e poucos recursos. A proposta do governador de Pernambuco viria a calhar em tempos de dificuldades.

Em 1655, Francisco Barreto teria bons motivos para correr com os preparativos na defesa de Pernambuco e das capitanias anexas. Duas cartas enviadas por Dom João IV davam conta de que os neerlandeses faziam uma armada para retaliar e recuperar os danos sofridos com a expulsão do ano anterior. Prontamente o governador enviou o Mestre-de-Campo João Fernandes Vieira com tropas para a Paraíba, junto com munições e carretas de artilharia, além de ordens para fazer o reparo de algumas fortificações. Despachou o Sargento Maior Pedro de Miranda com parte do terço do Mestre-de-Campo Francisco de Figueiroa para Itamaracá e expediu o Mestre-de-Campo Dom João de Souza, junto com o Capitão Engenheiro Pedro Garcim para Tamandaré, onde estudariam a possibilidade de construir uma fortificação nos arrecifes da barra. Vale lembrar que nesta localidade já tinha sido edificado em frente da barra, em terra, um forte de quatro baluartes que recebeu catorze peças de artilharia. Ao Conselho Ultramarino era conveniente prover as praças, desde o Ceará até Tamandaré, com chumbo ou balas de mosquete e arcabuz ²⁵².

Faz-se necessário explicar a jurisdição e amplitude do cargo de Barreto de Menezes no período de seu governo em Pernambuco (1648-1657). Nomeado Mestre-de-Campo e General do Estado do Brasil em 1647, Menezes fez viagem ao Brasil para tomar posse desse encargo. Feito prisioneiro neste percurso, após batalha naval contra embarcações neerlandesas, passou quase um ano em cárcere no Recife, até sua fuga em 1648. Após chegar às linhas rebeldes comunicou-se com o Governador Geral Conde de Vila Pouca de Aguiar e foi autorizado por este a tomar posse de todos os terços de infantaria levantados e substituir André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, que até então eram governadores dos insurretos. O Conde ainda o nomeou Governador da Capitania de Pernambuco e das mais do Norte em abril de 1648, “com poder e jurisdição no político que costumam ter os Governadores e Capitães-Mores que foram daquelas capitanias”. A atribuição extra seria exercida “enquanto Sua Majestade o houver assim por bem ou eu [Conde de Vila Pouca de Aguiar] não ordenar o contrário”. O governo civil e particular ficaria a cargo da câmara ²⁵³.

Após a restauração as capitanias do Norte permaneceram subordinadas militarmente ao governo de Pernambuco, comandado por Francisco Barreto de Menezes. A Coroa acatou o pedido feito pelos próprios oficiais da câmara da Paraíba para permitir que o governador de

²⁵² AHU, Caixa 16, doc. 543; AHU, Caixa 16, doc. 554.

²⁵³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976, p. 16.

Pernambuco continuasse a cuidar da defesa das capitânicas da Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Ceará, por elas não terem meios satisfatórios para sustentar os soldados estacionados após o conflito. Francisco Barreto exerceu este “duplo encargo” até tomar posse do Governo Geral (1657). Posteriormente, essa situação daria margem para a dúvida de que estas capitânicas estivessem sob jurisdição da Capitania de Pernambuco. Imprecisão esta que levaria os governadores posteriores a Barreto a se valerem da dependência militar das capitânicas vizinhas para tentar submetê-las por reputá-las como anexas à sua jurisdição²⁵⁴.

Vieira e Barreto não foram os únicos a opinar sobre o resguardo do Brasil e das Capitânicas do Norte. O Mestre-de-Campo André Vidal de Negreiros, o General Salvador Correia de Sá e outros engenheiros – em momentos distintos – deram sugestões parecidas com a dos dois restauradores.

Correia de Sá, por exemplo, sob a iminência de um ataque neerlandês ou inglês, em fins de 1654, era de opinião que Salvador e Rio de Janeiro fossem protegidos por longos barcos equipados com artilharia, “a sombra das fortalezas”. Mas como estas localidades dispunham de poucas peças, ele propunha que elas fossem retiradas de Pernambuco, “donde considera haver-se de dismantelar algumas fortalezas, que eram em oposição da terra, e tantas que obrigaram o inimigo a vender, por não ter gente para guarnecê-las”. Para o Conselho Ultramarino, a capitania de Pernambuco estava bem protegida contra as ameaças dos neerlandeses, uma vez que detinha tropas ‘exercitadas’ e com muito ‘brio’ (obtido pela vitória). Para esta capitania só seria necessário o envio de munições. O Conselho estava correto em relação aos contingentes militares. Como visto anteriormente, Pernambuco transformou-se, no *post bellum*, em um local de distribuição de tropas. Quanto às fortificações, isto era apenas em parte apropriado²⁵⁵. Como Barreto apontava, não era conveniente manter um grande número de fortificações – se estivessem mal aprovisionadas e guarnecidas – sob o risco de caírem nas mãos do inimigo. Portanto, muitas delas seriam dismanteladas e ficariam com sua artilharia a disposição de locais necessitados. A tática posposta era a criação de tropas volantes para se deslocarem aos locais necessários. Embarcações que circulassem em patrulha dariam uma boa ajuda, mas não cobririam a extensa costa. Havia muitos portos vitais para a defesa da capitania que mereciam a atenção

²⁵⁴ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 104-5; MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Op. Cit., p. 11-2.

²⁵⁵ AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo); A utilização de embarcações para a defesa da costa foi um artifício utilizado anteriormente por Salvador Correia de Sá. Quando ele governava Angola (1648-1652), instituiu um serviço permanente de patrulhamento da costa angolana, que era feito por 4 galés, destinando ainda duas barcas para idêntico fim no rio Cuanza. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247-325.

do governo local, como o de Tamandaré, ao sul, e o de Pau Amarelo, ao norte de Pernambuco. Grande parte do conjunto defensivo deixado pela WIC após a guerra era construída em terra e taipa – material que requeria constante manutenção –, e boa parte já se encontrava arruinada mesmo no período de cerco ao Recife (17/12/1653 - 23/01/1654).

No geral, as opiniões sobre a seguridade da capitania apontavam uma estratégia que combinava elementos como fortificações (em pontos estratégicos), tropas volantes (para acudir pontos de desembarque de tropas inimigas), embarcações (para cobrir a costa) e os contingentes de linha, de ordenança e de milícia. Estes últimos estavam concentrados nos núcleos urbanos – embora pudessem ser deslocados –, e se constituíam no corpo maior de segurança da colônia.

Um ano depois, Francisco Barreto fazia um inventário das peças de ferro sem uso no Recife. A idéia era que estas fossem remetidas ao Reino, onde poderiam ser reutilizadas ²⁵⁶. Serviram também para prover o Maranhão e o Rio de Janeiro ²⁵⁷.

A discussão em torno da fortificação de Olinda reacenderia quando André Vidal de Negreiros assumiu o governo da capitania de Pernambuco em 1657. Esta questão, aliás, era anexa a um dos principais problemas que enfrentou Barreto em seu Governo Geral, referente ao retorno da sede do governo de Pernambuco de Recife para Olinda, e a reconstrução da Vila.

Como visto anteriormente, os neerlandeses, na impossibilidade de resguardar Olinda, exceto com grandes custos, incendiaram a Vila em 1631. Mesmo com a destruição, a câmara dos escabinos (‘versão’ neerlandesa da câmara municipal), criada durante o governo de Nassau (1637-1644), ficou situada em Olinda, com jurisdição sobre o Recife e Antonio Vaz. Para tratar de seus processos os moradores destas freguesias, mais populosas do que a Vila, deviam percorrer um longo trajeto até Olinda. Vários protestos destes moradores contra esse ‘inconveniente’ percurso fizeram com que Nassau transferisse a sede da câmara para Antonio Vaz, e, conseqüentemente, a capital de Pernambuco deixou de ser Olinda. O Conde ainda proibiu que a Vila fosse reconstruída sob a punição de multa e destruição da benfeitoria ²⁵⁸.

Desta forma, a ‘nobreza da terra’ perdeu com a transferência e a proibição o prestígio político que ‘exercia através de sua câmara’. Enquanto isso, Recife se desenvolvia

²⁵⁶ Na Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de abril de 1660 essa mesma artilharia seria objeto de interesse da Coroa. O pedido era o mesmo: que todas as peças não utilizadas em Pernambuco fossem enviadas ao Reino. AHU, Caixa 7, doc. 618, 27/04/1660. Para mais detalhes sobre as armas e petrechos bélicos inventariados ler: **Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654**. Recife: Imprensa oficial, 1940.

²⁵⁷ AHU, Caixa 6, doc. 533, 29/04/1655.

²⁵⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 84-5.

rapidamente na fase de apaziguamento do governo do Conde. Essa foi possivelmente a origem da rivalidade entre Recife e Olinda “que se transformaria mais tarde em indisfarçável antipatia entre seus moradores”²⁵⁹.

Com o fim da guerra, formou-se um grupo que passou a instar Barreto, ainda em seu governo na capitania, pela volta da sede para a Vila. Os principais partidários desta facção para a mudança da sede do governo de Recife para Olinda, e, portanto, no “restabelecimento do predomínio político da aristocracia rural”, foram chefes militares, civis – enquanto clientela dos engenhos – e eclesiásticos que possuíam suas moradias, igrejas e conventos na Vila. João Fernandes Vieira, que já havia se posicionado favoravelmente a reocupação de Olinda e de sua fortificação e André Vidal de Negreiros, sucessor de Barreto no governo da capitania, destacaram-se como os principais representantes desse grupo. Do ‘outro lado’, estavam militares e civis não envolvidos “nos interesses econômicos da área rural, porém ligados aos interesses do capitalismo comercial”. Eles defendiam a permanência da sede do governo em Recife, de maneira a não onerar ainda mais a população com a mudança e com as guarnições das fortificações que viessem a ser construídas na Vila. O próprio Barreto de Menezes estava ao lado deste grupo contrário a transferência²⁶⁰.

Francisco Barreto não tardaria a passar para André Vidal de Negreiros, quando este assumiu o governo de Pernambuco, uma provisão no intuito de não mudar o governo do Recife para a Vila de Olinda sem a ordem do rei. O Governador advertia André Vidal que não convinha deixar de assistir a Praça do Recife, pelo fato dela ser a mais importante na conservação da Capitania de Pernambuco e de nela estarem seguros os armazéns das munições e alfândega para descarregamento de embarcações. Ele mencionava também que custava menos transportar mercadorias e fazer outros tratos comerciais no Recife, dos quais dependia a capitania. Portanto, não seria adequado gastar os parques cabedais na reconstrução e fortificação da Vila, pois já tinham muita dificuldade para manter o Recife²⁶¹.

O Governador do Brasil refletia ainda que se fossem mudados os tribunais e o governo do Recife para Olinda, conseqüentemente seriam abandonados o casario e as fortificações construídas pelos neerlandeses, tal como aconteceu com a Vila de Nazaré e “com o Forte de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho quando o governo insurrecto, após a capitulação dos holandeses, se passou para o Recife”²⁶². Essa foi uma das primeiras

²⁵⁹ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 85.

²⁶⁰ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Op. Cit., p. 13; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 84.

²⁶¹ AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658.

²⁶² ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 87.

advertências que Barreto fez a João Fernandes Vieira quando o Mestre-de-Campo sugeriu que Olinda fosse fortificada. Outra questão crucial admoestada em 1654 era o custo proibitivo dessas obras almejadas por Vieira e André Vidal.

Vidal alegava que não abandonaria o Recife e deixaria suas fortificações com guarnições suficientes. Ele argumentava que fortificar a Vila significava assegurar a posição do Recife.

E [...] caso o Inimigo ganhe a Vila (o que Deus não permita) mal se poderá conservar o Recife, ainda que por natureza seja inexpugnável, recolhendo-se a ele toda a gente, e não terá a campanha; com que se poder sustentar nem donde lhe poder vir socorro, sendo o Inimigo senhor do Mar. Que o melhor meio para se segurar e as mais daquela Capitania, é meter-lhes, a guarnição necessária, e senhorear a Campanha, de que dependem por causa dos mantimentos indo buscar ao Inimigo, aonde desembarcou nas paragens por onde marchar, e não esperá-lo dentro das fortificações; porque quando se não derrote sempre nos poderemos valer delas na retirada, para lhe diminuir o poder, que mal poderá sustentar, sem ajuda dos frutos da terra, e que é sem duvida, que reedificando-se a Vila, e indo em aumento, a multiplicação dos edificios, tomando o seu antigo ser, poderá competir, com a mais populosa a Cidade deste Reino, e com isso, se conservara melhor, a povoação do Recife

²⁶³

Para o Conselho Ultramarino as duas representações eram importantes. Mas a resposta se assemelhou muito ao que se apresentou a Vieira em 1654. Convinha que a Vila de Olinda fosse reformada “com suavidade” e “andando o tempo, se verá se convém acrescentar ou diminuir esta resolução” ²⁶⁴. O Conselho advertia o Governador de Pernambuco para que ele não tomasse uma decisão sem antes consultar o parecer do Rei, visto a importância daquele assunto. Os conselheiros apontavam ainda que:

considerando o estado presente em que estão as coisas daquela e mais Capitania do Norte que os Holandeses largaram e renderam as armas de Vossa Majestade lhe parece, que enquanto não se toma assento, com os ditos Holandeses, sobre os tratados da paz, e composição que se pretende ajustar com eles, senão devia inovar coisa alguma na mudança do Governo, e mais Tribunais para a dita Vila de Olinda, porque pode ser causa esta mudança de algumas novidades, ou desordens, de que resulte descuido, no principal das fortificações do Recife a que sempre se deve atender com grande diligencia, e venha a servir isto de dano mais considerável, do que agora parece, se se fizer a dita mudança.

E que pelo menos o Governador das armas, e gente militar, deve fazer sua assistência ordinária no Recife, nem se deve mudar dali a Alfândega, pelo dispêndio que fazem as fazendas, levadas, a Vila neste tempo, em que os

²⁶³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 87.

²⁶⁴ AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658.

moradores estão tão diminuídos nos cabedais por causa das guerras passadas e tomando-se assento com os Holandeses, sobre a paz, que se vai ajustar com eles, ficam os moradores daquele estado com menos sobressaltos, e com mais comodidade para aumentarem seus cabedais e com menos trabalho do que tem sofrido até agora e fica então lugar de se fazer a mudança do Recife para a Vila de Olinda, sem embaraço nem diferença de pareceres, entre os mesmos moradores, que são os mais interessados nela²⁶⁵.

Após a resposta do Conselho Ultramarino, em resolução favorável a manutenção do governo no Recife, o Governador do Brasil conseguiu retardar a transferência para a Vila, uma vez que:

não era factível de momento conservar o Recife e reedificar Olinda. A experiência demonstrara ser a Vila indefensável e que no Recife cifrava-se a segurança de Pernambuco e capitânicas vizinhas. Caso Olinda fosse fortificada, se teria de perder o interior, pois não haveria gente bastante para guarnece-la, proteger o Recife e oporem-se no campo as tropas inimigas. Não era ‘justo que tratemos de reedificar uma Vila que nos prejudica e não conservar uma praça que nos defende’²⁶⁶.

Barreto de Menezes refutou a idéia de fortificar Olinda com coerentes argumentos militares e econômicos. Percebemos também a influência da instabilidade internacional e do estado de guerra na Europa como fatores importantes nas decisões tomadas. Esta reorganização da defesa de Pernambuco e do Norte foi influenciada pela ameaça externa. Não foi por acaso que encontramos com grande frequência palavras e expressões como “ameaça”, “inimigo”, “invasão”, “necessidade de defesa”, “que Deus não permita que o inimigo”.

A capacidade defensiva de Olinda já tinha sido objeto de exame muito antes do período *post bellum*. Em 1609, Diogo Campos Moreno, Sargento-mor do Estado do Brasil, relatava que a Vila de Olinda estava estabelecida em um sítio que de modo algum poderia ser fortificado. Ficaria sempre aberta e exposta a qualquer agressão inimiga. O problema da Vila era que tropas poderiam desembarcar na barra do rio Pau Amarelo – ao Norte – e marchar diretamente sobre ela, como na invasão de 1630. O Sargento-mor afirmava ainda que o resguardo de Olinda seria garantido se o Recife estivesse bem defendido²⁶⁷.

Anos depois desta avaliação, o engenheiro da WIC Tobias Commersteijn e o Coronel Diederik van Waerdenburch, no primeiro ano de invasão neerlandesa a Pernambuco, fizeram observações semelhantes a respeito da fortificação do Recife e da capacidade de Olinda. Na

²⁶⁵ AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658.

²⁶⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 171-2.

²⁶⁷ MORENO, Diogo de Campos. Relação das Praças Fortes do Brasil (1609). In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Vol. LVII, 1984, p. 200-201.

carta que o Conselho Político de Pernambuco endereçou ao órgão de direção da WIC, o Conselho dos XIX, constava que

a cidade, segundo o relatório do engenheiro [a respeito de Olinda], é muito irregular e não tem condições de ser fortificada para enfrentar um exército real [...], mas o Recife, onde estão localizados os armazéns, é considerado capaz de ser transformado num lugar inexpugnável²⁶⁸.

Convictos da impossibilidade de defender Olinda, exceto com gastos exorbitantes e numerosa guarnição, incendiaram a Vila por não poderem fortificá-la.

Vale salientar que nos séculos XVII e XVIII a opinião a respeito da prática de fortificação em locais altos mudou drasticamente. As duas vantagens associadas – dificuldades de acesso e facilidade de observação – foram consideradas inconvenientes. Em primeiro lugar a construção de uma fortificação em um local de altura elevada esbarrava na própria dificuldade construtiva, de reposição de tropas e mantimentos. A eficácia das armas ficava severamente reduzida; a infantaria tinha dificuldades de lançar uma ofensiva e até mesmo de se retirar; o uso de cavalaria estava fora de questão e o mosquete tinha que repousar no parapeito de forma que fizesse mira na trincheira inimiga. Os maiores argumentos contra isoladas colinas fortificadas, no entanto, eram de que elas podiam facilmente ser deixadas de lado pelo exército principal do inimigo e bloqueadas por uma pequena força. Engenheiros podiam dominar uma área sem necessariamente terem que estar empoleirados no topo de uma montanha ou colina²⁶⁹.

Uma vez que Barreto de Menezes não atendeu aos pedidos para a transferência da câmara e fortificação da Vila – com argumentos militares, econômicos e políticos supracitados – André Vidal, ao assumir o governo de Pernambuco em 1657, desobedeceu às ordens de Barreto, que então era Governador Geral do Brasil, e mudou a sede do Governo para Olinda. Mas Vidal se comprometeu com a manutenção do Recife, e mesmo com a reiteração da proibição do Governador Geral, manteve a sede do governo na Vila. A Coroa não resolveria o problema até o governo de Brito Freyre, iniciado com o fim da gestão de Vidal em Pernambuco²⁷⁰.

²⁶⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976, p. 9.

²⁶⁹ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**: The Science of Fortress Warfare, 1660-1860. London: Greenhill Books, 1996, p. 31-2.

²⁷⁰ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 86-7.

Ao assumir o Governo de Pernambuco em 1661, Brito Freyre ainda foi prontamente aconselhado por Barreto de Menezes a manter o Recife. Tal conservação foi acentuada com a missão atribuída ao novo governador, que:

Na eventualidade de uma ocupação espanhola do Reino, Dom João IV previra outrora a retirada da monarquia para o Brasil, à maneira que século e meio depois fará Dom João VI. Por outro lado, o conflito entre Portugal e os Países Baixos intensificara-se com o término da primeira guerra anglo-holandesa (1654), que deixara as Províncias Unidas com as mãos livres para resolver sua disputa com os Braganças. Por fim, já não se podia contar com a França, que fizera a paz dos Pirineus com a Espanha (1659)²⁷¹.

Nesse estado de precariedade de Portugal, a regente Dona Luísa de Gusmão atribuiu a Brito Freyre a organização em Pernambuco do refúgio para a família real. O local escolhido era o Recife, creditado como mais seguro que Salvador, e que possuía, por obra da engenharia militar neerlandesa, uma das mais reputadas praças-fortes do mundo²⁷².

Com o arrefecimento das pressões na Europa – visto a assinatura do Tratado de Haia de 1661, com os neerlandeses, e a aliança com os ingleses promovida com o casamento de Dona Catarina de Bragança com o Rei Carlos II, em 1661 – os adeptos da transferência da câmara de Recife para Olinda receberam a aprovação do Conde de Óbidos. Mas foram advertidos pelo novo Governador do Brasil que o Recife e suas fortificações deveriam ser mantidos²⁷³.

Toda esta alteração teve por pano de fundo um jogo de interesses pessoais. Grupos de proprietários de terra – Vieira, Vidal e ordens religiosas – que defendiam a restauração de Olinda, antiga sede onde predominavam os interesses políticos e econômicos daquela classe, rivalizaram com grupos de burgueses interessados no comércio feito na nova sede, o Recife. Barreto de Menezes, alinhado aos burgueses do Recife, creditava a permanência do governo no Recife, sítio conveniente para o comércio, do qual dependia o desenvolvimento da capitania²⁷⁴.

Para Vera Acioli, a importância dada por João Fernandes Vieira a questão das fortificações estava ligada a sua vontade de assegurar a proteção de seu amplo patrimônio, que contabilizava cerca de dezesseis engenhos em Pernambuco e Paraíba, várias léguas de terra no Rio Grande (litoral e região do Açu), fazendas em Maranguape, Maria Farinha,

²⁷¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 173-4.

²⁷² Ibid., p. 174.

²⁷³ Ibid., p. 175-6.

²⁷⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Op. Cit., p. 13.

Jaguaribe, Tejipió, Muribara e Ararobá (todas em Pernambuco), número considerável de casas em Recife, Olinda e na Paraíba e aproximadamente dois mil escravos. Seria normal, para a autora, que Vieira procurasse proteger suas propriedades ²⁷⁵.

Barreto não ficava atrás, se analisarmos a questão por esse caminho. No seu testamento se encontra a relação de seus negócios, bens, credores e devedores. Seus procuradores cuidavam de tratos comerciais no Brasil e no Reino. Estes homens compravam e vendiam mercadorias, aceitavam e passavam letras e emprestavam dinheiro a juros.

Mãos limpas, umas e mãos sujas, outras, em face de atividades mercantis, quase sempre suspeitas, e de empréstimos, quase sempre condenáveis, pela jurisprudência e pelos conceitos sociais da época [...] Para sua ampla atividade comercial Barreto contou com a atuação de vários homens de negócio, portugueses uns, estrangeiros outros, os quais eram os únicos a aparecer nessas negociações, ficando o verdadeiro interessado ao fundo da cena ²⁷⁶.

Estes homens de negócio e procuradores, que estiveram à frente de intensa atividade comercial exercida indiretamente por Francisco Barreto no Brasil, foram arrolados em seu testamento, de onde podemos observar as seguintes modalidades de atividades: Comércio de açúcar, âmbar e madeiras, remetidos para Lisboa, Pernambuco e Angola; empréstimos e transporte de cargas ²⁷⁷.

Estas vantagens particulares possivelmente interferiram nas considerações sobre a defesa da Capitania e provavelmente aumentaram a antipatia entre os grupos. Passada as animosidades sobre a defesa da Vila e aprovada a transferência, o assunto não voltaria a render mais entreveros.

²⁷⁵ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 55; MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Op. Cit., p. 24.

²⁷⁶ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Op. Cit., p. 21.

²⁷⁷ Ibid., p. 22.

3.1.1.1 Redução dos terços

Encerrada a justa sobre a fortificação da Vila de Olinda, um novo problema se tornou a pauta de discussão no governo da Capitania: a manutenção do exército estacionado em Pernambuco.

Herança do quarto de século de guerra e ocupação batavas, ele tornara-se desproporcional às necessidades da capitania, ademais de desmoralizado pelos anos de paz. Basta dizer que num dos contingentes apenas um terço dos soldados comparecia regularmente às mostras, o restante deixando-se ficar pelas suas casas e lavouras, ignorantes do que fosse disciplina militar²⁷⁸.

Desde 1654 que os vereadores da câmara pediam a diminuição da tropa, de forma a aliviar os moradores dos grandes gastos que faziam com o sustento e pagamentos dos terços que ali assistiam. Havia também o argumento de que além de dispendiosas, elas estavam despreparadas devido ao longo período que passaram inativas na capitania²⁷⁹.

Datava do tempo da guerra os impostos e contribuições para o sustento e pagamento da infantaria. Imposições que incidiam sobre o açúcar, tabaco, vinho, garapa e carne e que somadas ao donativo da Rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda arruinavam os rendimentos dos moradores²⁸⁰. Tais taxas geraram um clima de insatisfação entre os colonos, que inflamados por João Fernandes Vieira – que espalhou cartas anônimas às Câmaras no intuito de que elas se rebelassem – chegaram a causar desconforto para o Governador Geral²⁸¹.

Além de um custo aparentemente desnecessário para o tempo de paz na colônia, devemos considerar que esta concentração de soldados desmobilizados não era uma garantia de segurança e podiam inclusive representar um risco para o próprio governo, “gerando problemas sociais explícitos, como a desenfreada criminalidade do período pós-guerra”. Uma estrutura militar dilatada por recentes confrontos terminava por gerar uma preocupação governamental, e demandavam uma ação política prática, como o plano de Brito Freyre. Este

²⁷⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 43-4.

²⁷⁹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001, p. 19.

²⁸⁰ O próprio João Fernandes Vieira era devedor de “mui consideráveis quantias do Donativo do dote da Inglaterra e paz de Holanda”. In: AHU, Caixa 6, p. 300, 13/09/1679.

²⁸¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 37.

projeto, além do intuito de reordenamento territorial das tropas auxiliares (milícia e ordenanças), expressava a apreensão da Coroa com a finalidade social destes soldados²⁸².

Em 1663, através do Conselho Ultramarino, Brito Freyre, Governador de Pernambuco de 1661 a 1664, propôs ao rei Dom Afonso VI a reformulação geral da organização militar de Pernambuco, que devia reduzir os três terços da capitania para dois. Apesar dele não ter levado adiante esta diminuição, instituiu um exército volante com parte da tropa auxiliar estacionada em Pernambuco. Tropa móvel que deveria ser capaz de servir de fortaleza portátil para observar o movimento e impedir o desembarque dos inimigos, uma vez que devido a grande extensão da costa brasileira, seria impossível construir fortificações, tal qual uma muralha da China, em todos os sítios perigosos²⁸³. Esse exército móvel seria ‘utilíssimo para a defesa’ e não causaria despesas para a Fazenda Real, além de ser uma maneira eficaz e rápida de se acudir às capitanias em perigo.

Outra medida tomada por Brito Freyre incluiu a reunião de companhias de cavalo entre os moradores. Ele aludia que em terras tão “estendidas” seria “impossível conservar os fortes necessários em todos os sítios perigosos” e que estas companhias seriam responsáveis pela segurança e defesa da terra, uma vez que poderiam se deslocar rapidamente – por “paragens livres” e praias – para fazer o primeiro enfrentamento contra os invasores²⁸⁴.

A tropa volante também seria apoiada por peças de artilharia. Para isso, o governador Brito Freyre “ajustou um trem de oito peças de artilharia, postas em carretas”, que seriam deslocadas por “juntas de bois” para onde fossem necessárias²⁸⁵.

Freyre também advertia que seria muito útil alistar índios e “pretos”, em grande número na região, que conheciam bem “estas partes”, e eram aptos para o serviço de defesa. Referia-se a experiência dos terços de Henrique Dias e Felipe Camarão, que lutaram na guerra contra a WIC²⁸⁶.

²⁸² SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo**. Op. Cit., p. 81-5.

²⁸³ Ibid., p. 19; FREYRE, Francisco de Brito. **Sobre a defesa do Brasil**. Manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Microfilme do Acervo do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH), UFPE. Referência: B. A., Cód. 51 – V – 10, folhas 247/250v; Vale lembrar que Francisco Barreto propôs em 1655 a criação de uma tropa móvel para acudir os pontos não resguardados de fortificações.

²⁸⁴ FREYRE, Francisco de Brito. Op. Cit..

²⁸⁵ Idem; A expressão “trem de artilharia” significa o local onde ficava armazenado o material bélico de uma praça: canhões, peças de reposição, armas e munição. Na Casa do Trem eram realizados os trabalhos de reparo e manutenção do armamento, bem como a armazenagem da munição disponível. Disponível em: < <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-31q.htm> >. Acesso em: 08 de novembro de 2005.

²⁸⁶ FREYRE, Francisco de Brito. Op. Cit.

Brito Freyre ainda incluiu no seu plano uma “instrução” das fortalezas da Capitania de Pernambuco que deveriam ser reformadas, por ser acharem em ruínas e com plataformas e carretas de artilharia danificadas ²⁸⁷.

Ainda no ano de 1663, o Governador Geral do Brasil, Conde de Óbidos, ordenou a diminuição da tropa de linha de Pernambuco de três terços para dois. Mas Brito Freyre, como dito acima, não foi responsável pela redução. Ele hesitou extinguir os postos e desagradar os militares ²⁸⁸.

A Coroa também não se precipitou na reforma sem antes listar as tropas necessárias e organizá-las em novos terços. Ainda que isto aliviasse os custos dos moradores, tal decisão deveria considerar que a ‘paz de Holanda’ poderia ser quebrada ou que algum dos inimigos de Portugal intentassem algum movimento contra aquele Estado ²⁸⁹.

Em 1663, antes de ser sucedido por Óbidos, o Governador do Brasil Barreto de Menezes recebeu um requerimento do rei D. Afonso VI – via Conselho Ultramarino – que solicitava que Barreto informasse quantos terços seriam necessários em Pernambuco, a quantidade de soldados, quais pessoas iriam prover os postos maiores e quais seriam reformados. Ainda que indispensável, o monarca mencionava que tal reorganização parecia “injusta com os soldados que os defenderam [contra a WIC], causando-lhes grande desconsolação [...] aos que na guerra derramaram o sangue por fazerem vitoriosos os Estandartes de Vossa Majestade” ²⁹⁰.

O Conde de Óbidos deu continuidade ao projeto de reforma, criticado pelo novo Governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666), que declarava que “os terços ficariam sem capelães, os soldados sem médicos nem cirurgião e a capitania perigosamente desprovida de condestáveis e artilheiros” ²⁹¹.

O plano de Óbidos previa uma tropa mais compacta, profissional e bem paga em substituição a contingentes numerosos, indisciplinados e mal remunerados; e que as despesas correspondentes continuaram a correr por conta da Câmara, cabendo a fazenda real apenas os gastos de fardamentos ²⁹².

Naquele momento havia no exército de Pernambuco três terços: o de Francisco de Figueiroa com 228 praças, o de Dom João de Souza com outros 555 e o de Antonio Dias

²⁸⁷ FREYRE, Francisco de Brito. Op. Cit.

²⁸⁸ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo**. Op. Cit., p. 20.

²⁸⁹ AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 44.

²⁹² Ibid., p. 44-5.

Cardoso com 1118. O Conselho Ultramarino aprovou a extinção do terço menor em 1663, cujo Mestre-de-Campo passou para o governo de Cabo Verde. O Recife passou a ser servido pelo terço do Mestre-de-Campo Dom João de Souza, e Olinda pelo de Antônio Dias Cardoso²⁹³. Enquanto que boa parte dos soldados do terço extinto foi anexada aos outros dois restantes.

E os que quiserem vir continuar o serviço nas fronteiras deste Reino se lhes conceda licença para o poderem fazer lhes dando mantimento para a viagem, e mês de socorros, conforme o soldo, que cada um vence porquanto com esta ultima despesa ficam aqueles moradores aliviados dos mais que lhe haviam de pagar, se ali ficarão servindo²⁹⁴.

Mendonça Furtado foi ainda encarregado de avaliar se fazia sentido utilizar o contingente móvel criado por Brito Freyre. Em 1666, o Conde de Óbidos emitiu uma ordem régia que extinguiu a nova força. O Governador do Brasil alegava que esta tropa não era distinta das tropas de segunda linha da Capitania. O Governador de Pernambuco retorquiu, e avaliou que este contingente não custava nada à Fazenda Real e que podia reunir, em situação de emergência, dois mil homens “sem os vagares que extraordinariamente se experimentam em ajuntar gente da ordenança”²⁹⁵.

²⁹³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 69.

²⁹⁴ AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663.

²⁹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 46.

3.1.2 O segundo momento (1669-1701)

Após anos de acalorados debates entre João Fernandes Vieira e Francisco Barreto de Menezes pouca coisa tinha efetivamente mudado no resguardo de Pernambuco. Em 1669 o Governo Geral foi informado pelo Governador da Capitania Bernardo de Miranda Henriques, que pouco restava das fortificações de Pernambuco. Dois anos antes ele tinha solicitado um engenheiro para proceder na reconstrução dos fortes arruinados. Com a nomeação de Antonio Correia Pinto para o cargo de engenheiro de Pernambuco, em 1668, foram feitas plantas de várias fortificações da capitania e remetidas ao Governo-Geral ²⁹⁶.

Nada tinha sido decidido quanto a fortificação de Olinda ou a respeito da manutenção do sistema de defesa do Recife, embora o governo da Capitania tivesse sido transferido para a Vila e os fortes do Recife, assim como os de boa parte da Capitania, continuassem esboroados.

Ao assumir o governo de Pernambuco, em 1670, Fernão de Souza Coutinho trouxe no seu regimento a determinação para tratar com cuidado e vigilância a defesa dos principais portos do litoral (diga-se das capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco). Um especial destaque foi dado às fortificações da marinha, de maneira a não estarem desprevenidas diante de algum ataque. Em relatório de 1671, o Governador procurava alertar a Metrópole sobre a permanente fragilidade em que se encontravam as praças costeiras do Norte. Souza Coutinho advertia que os descuidos com as fortificações tinham facilitado a invasão neerlandesa anos atrás e que as obras de resguardo construídas por eles, no período de conquista, estavam desmanteladas ²⁹⁷.

A causa apontada por Souza Coutinho para tal “desleixo” era a brevidade do triênio no comando do governo, uma vez que se tratava de obras prolongadas, deixadas incompletas nos governos sucessores. A solução para um objeto desta importância era que o assunto passasse a ser tratado independentemente do governo e das competências do governador. Souza Coutinho sugeria que para essa superintendência fosse encarregado João Fernandes Vieira.

O cargo de superintendente surgiu na segunda metade do século XVII em virtude das dificuldades militares e financeiras da Guerra de Restauração. Este era um modelo de

²⁹⁶ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. 2 vols., Recife: 1979, p. 285-8.

²⁹⁷ AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671: “Todas as fortificações que os holandeses fizeram no Recife e mais praças daquela capitania estão de presente [...] por terra e outras poucos menos”.

supervisão importado da França, e foi uma aposta da administração pombalina e pós-pombalina, e que, na colônia teve por precedente Fernandes Vieira ²⁹⁸. Graça Salgado se refere a existência de um posto, criado em 1588, de Sargento do Estado. Era um ofício militar, semelhante ao existente na Metrópole, responsável pela inspeção das Ordenanças, artilharia e fortificações. Este cargo foi antecedente da Superintendência das fortificações e deveria ser semelhante, em relação às competências, ao posto de Sargento do Estado de fins do XVI ²⁹⁹.

Para o governador, os motivos da escolha de Vieira deviam-se:

A tanta parte que Vieira tomou na restauração daquele estado, como mostram as honradas cartas e mercês que recebeu do senhor rei Dom João [IV], [...] [além do fato que Vieira] se achava com algum sentimento de ver o seu zelo desocupado do real serviço de Vossa Alteza ³⁰⁰.

Mas existiam outras razões determinantes na escolha de Fernandes Vieira para tal encargo: o fato dele dispor de muito cabedal para empregar nessas obras, da sua experiência nas matérias de fortificação e o auxílio dispensado a Angola, sob o governo de Francisco de Távora (1669-76), de 200 homens e alguns cavalos ³⁰¹.

Aprovada a sugestão de Souza Coutinho, o Conselho Ultramarino enviou para Vieira, em 1671, as competências de sua nova função. Além das obras de defesa, ele teria que prestar conta de seus gastos e dirigir a arrecadação das rendas para a fortificação, desde que tivesse a aprovação do Governador, do Provedor da Fazenda e Oficiais da Câmara ³⁰².

João Fernandes Vieira, Amigo. Eu o Príncipe vos envio muito saudar. Havendo visto o que me escreveu o Governador Fernão de Souza Coutinho sobre o estado em que se acham as fortificações dessa Capitania como do com que se poderá tratar de sua reedificação para segurança dos moradores dela. Pareceu-me encarregar-vos (como por esta o faço) da superintendência das ditas fortificações comunicando com o Governador e Provedor da Fazenda e câmara ajustareis os efeitos e meios mais prontos para elas se continuarem de maneira que fique essa praça com a defesa necessária; E tudo o que obrardes me dareis conta com toda a mudança e do dispêndio e arrecadação dos efeitos das ditas obras e é de nossa disposição e do zelo com que me serviu, que nos haveis nesta superintendência de maneira que tenha por isso muito que vos agradecer. Escrita em Lisboa a 26 de Agosto de 671. Príncipe ³⁰³.

²⁹⁸ SUBTIL, José. A arquitetura dos poderes. In: MÁTTOSO, José (Dir.). **História de Portugal** – O Antigo regime (1620-1807). Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 166.

²⁹⁹ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, p. 101.

³⁰⁰ AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671.

³⁰¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. Cit., p. 301.

³⁰² AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671.

³⁰³ AHU, Pernambuco, Caixa 6, 43.

De acordo com esta Carta Régia supracitada, João Fernandes Vieira não foi nomeado Superintendente, mas recebeu apenas do príncipe a superintendência das fortificações da Capitania³⁰⁴.

Uma das primeiras providências de Vieira foi definir quanto lhe caberia de renda para as obras de fortificação. A Câmara de Olinda, o provedor da fazenda de Pernambuco e Souza Coutinho aplicaram um imposto sobre cada caixa de açúcar embarcada ao Reino de 80 réis, que seria pago por produtores e comerciantes do produto. A receita dos fortes era complementada pela pensão dos engenhos, que correspondia a 3% do produto daqueles engenhos que recebessem autorização dos donatários para usar das águas, que cortavam as suas terras, como força motriz, e que rendia em torno de 1:200\$ a 1:600\$ por ano e uns foros da Câmara de Olinda³⁰⁵.

Seria conveniente também que Vieira nomeasse um tesoureiro para administrar essas rendas, além de designar um apontador para as obras a serem empreendidas. Era imprescindível determinar-lhe a jurisdição em relação às demais autoridades e dar-lhe regimento pelo qual devia se guiar. Cabia-lhe instalar e dirigir uma repartição autônoma, onde eram movimentadas verbas e nomeados funcionários³⁰⁶.

Para João Fernandes Vieira parecia inconveniente que a sua jurisdição fosse restrita a Pernambuco, pois esta capitania não poderia ser considerada segura se as terras vizinhas continuassem sem defesa. Era imprescindível que a sua alçada se estendesse ao Rio Grande, a Paraíba e a Itamaracá, uma vez que estes locais estavam distantes do campo de ação militar da Bahia³⁰⁷. Não coincidentemente, pois esse território do qual Vieira queria exercer ‘jurisdição’, era uma região que a Câmara de Olinda tentava se impor politicamente.

Souza Coutinho deliberou a favor do pedido de Vieira em 1672 e em resposta o regente aproveitou para agradecer pelos serviços feitos por Fernandes Vieira, e pediu que ele continuasse o bom serviço que fazia³⁰⁸. O príncipe regente adiantou ainda que “tomaria as notícias necessárias e que buscaria os meios convenientes para que com melhor acerto ele assistisse as fortificações”³⁰⁹.

³⁰⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Op. Cit., p. 290.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 292.

³⁰⁶ *Idem.*

³⁰⁷ *Idem.*

³⁰⁸ Foram muitas as manifestações de gratidão aos trabalhos feitos por Vieira: AHU, Códice 256, Folhas 1/1v, 1673; AHU, Códice 256, Folha 4, 1673; AHU, Códice 256, Folha 8, 1674; AHU, Códice 256, Folha 8/8v, 1674; AHU, Códice 256, Folha 9v, 1674; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 43; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 50.

³⁰⁹ AHU, Códice 256, folhas 1/1v.

Com a morte de Souza Coutinho em 1674, que era amigo de Vieira, o novo governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida (1674-78) passou a divergir e a embarçar o trabalho do superintendente. Ele estava em luta aberta com Vieira porque o seu encargo reduzia as competências do governador e, conseqüentemente, diminuía boas fontes de ganhos ilícitos ³¹⁰, possivelmente conseguidos através da contratação de empreiteiros para as reformas e construções nas fortificações e da arrecadação de fundos para estas obras.

O primeiro problema entre os dois foi na reconstrução do forte do Brum, em Recife, que estava em reforma desde o início do governo de Souza Coutinho. Fernandes Vieira alegava que a obra, por sua qualidade, pedia muito tempo e que os impedimentos causados por D. Pedro de Almeida também atrasavam o serviço ³¹¹.

O fato de Vieira não ter bem limitada sua jurisdição abria a possibilidade de confronto com Pedro de Almeida e o Provedor da Fazenda de Pernambuco, além dos capitães-mores de outras capitanias. Neste sentido, Fernandes Vieira – em carta de 1674 – afirmava ser impossível trabalhar nas fortificações sem ter sua área de atuação e competências bem delimitadas, uma vez que não podia estar sujeito aos Provedores da Fazenda. Ele assegurava que tinha a sua disposição “apontadores, ajudantes, trabalhadores e engenheiros e não pode isto depender de vontades de provedores, nem de outras pessoas, e o que eu mandar obrar, há de ser com toda clareza” ³¹².

A alegação de Vieira foi avaliada pelo Conselho Ultramarino, que foi favorável ao seu pedido e lhe fez concessão de alçada suficiente para o exercício da superintendência das fortificações de Pernambuco e capitanias do norte. Foi dada a Vieira liberdade para o uso das rendas destinadas aquelas obras, de modo que pudesse nomear tesoureiro, apontadores e ajudantes (desde que informasse ao Governador, ao Provedor e a Câmara). Ele deixava de ser um encarregado da superintendência para ser Superintendente das Fortificações ³¹³.

Apesar de estar ‘livre’ para dispor dos fundos arrecadados para as obras nas fortificações, Fernandes Vieira deveria dar conta dos serviços prestados em pareceres que informassem: 1. As condições financeiras das pessoas que se ofereciam para construir as fortificações. (Possivelmente para saber se as mesmas podiam arcar com o compromisso assumido); 2. A suficiência dos sítios escolhidos para as obras de fortificação, visto que estes deviam ser construídos em locais estratégicos; 3. O tamanho da guarnição necessária para guarnecer o reduto, uma vez que se fossem tropas de linha seriam pagas pela Fazenda; 4. Se o

³¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. Op. Cit., p. 89.

³¹¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Op. Cit., p. 294.

³¹² AHU, Pernambuco, Caixa 6, 55-6, 26/04/1674.

³¹³ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Op. Cit., p. 296-7.

pagamento seria feito pelo Capitão da guarnição e por quanto tempo seria feito; 5. E que mercês mereceriam, no caso das obras feitas sem dispêndio da Fazenda Real. Ao dispor dessa informação e parecer, o Príncipe (junto com seu Conselho Ultramarino) julgaria o que fosse necessário ³¹⁴. Estes pareceres, ao que parece, serviriam para impor regras na licitação e escolha das obras a serem levantas, que não deveriam ser fortuitas e de interesse exclusivo do Superintendente.

Em 1676 o Governador interferiu mais uma vez nas competências de Vieira, conforme a petição feita pelo Superintendente ao Príncipe, que afirmava que apesar dos termos de sua alçada serem claros, o Governador tentava impor a sua aprovação para a nomeação do Tesoureiro, Apontador e Ajudante escolhidos por ele. Também embaraçava sua competência o Provedor que teimava que lhe cabia a direção das rendas aplicadas a fortificação. Vieira relatava que devia comunicar ao Governador, a Fazenda e a Câmara as questões referentes às fortificações quando atuasse no distrito deles, para que eles soubessem no que ele trabalhava, mas não estava subordinado a eles em nada. Do contrário não seria necessário continuar com o seu trabalho ³¹⁵.

A resposta do Conselho Ultramarino em relação ao assunto era de que as objeções a Vieira eram injustas, por serem contrárias às ordens do Monarca, além de serem prejudiciais aos trabalhos feitos nas fortificações. O Conselho afirmava que Vieira era

merecedor de toda a honra e mercê e assim estando mui bem empregada a confiança que Vossa Alteza fizera dele na Provisão que lhe passara e vista ela se lhe devia deferir, como pedia porque em termos de justiça não tinham nenhum fundamento as duvidas que se lhe nomeiam ³¹⁶.

Dom Pedro de Almeida criou outros entraves ao exercício de Vieira, o que levou o Conselho Ultramarino a reiterar os avisos de que o Superintendente não deveria ser interpolado no seu trabalho. O governador chegou até a escrever para o Príncipe, em 1677, para esclarecer algumas dúvidas a respeito das atribuições de Fernandes Vieira. Ele afirmava que Vieira queria adquirir mais faculdade do que lhe fora concedido no que toca as fortificações. Pedro de Almeida também pedia para que fossem suavizadas algumas despesas e que os ordenados fossem dados aos que serviam nas ditas fortificações. Destarte foi passada

³¹⁴ AHU, Códice 256, folha 12, 1675.

³¹⁵ AHU, Caixa 6, pp. 196-7, 03/11/1676.

³¹⁶ Idem.

uma provisão no sentido de alertar Vieira a respeito de suas atribuições e responsabilidade com os custos. Aconselhava inclusive que estes fossem os mínimos possíveis³¹⁷.

Na colônia, estas superposições jurisdicionais, acarretavam habituais confrontos entre as autoridades coloniais. Com atribuições por vezes não bem definidas, os poderes locais terminavam na dependência das disposições da Coroa³¹⁸. Acrescente-se ainda que pesasse na disputa entre o governador e o superintendente os interesses pessoais de ambos pelo controle sobre a arrecadação das taxas com destino as obras; das patentes distribuídas para aqueles que nelas serviam; da contratação de empreiteiros para as edificações e das indicações para as mercês concedidas àqueles que custeassem as construções. Vantagens obtidas por meio do Estado que atiçavam contínuas dissidências entre as autoridades coloniais.

Em tempo de paz, a construção ou reforma de uma fortificação exigia um parecer ou a feitura de uma planta por um engenheiro. Nesses documentos seriam estabelecidos os materiais e seus respectivos custos e o posicionamento da fortificação no sítio que defenderia. A planta elaborada era remetida para o Governador da capitania que faria a inspeção do local e enviaria o projeto, se aprovado, ao Rei via Conselho Ultramarino ou Conselho de Guerra. Estes órgãos consultariam o Engenheiro-Mor do Reino. Aprovado o plano, o Governador convocaria o Provedor da Fazenda para fazer a arrematação da obra. Os contratos deveriam ser estabelecidos e assinados com o empreiteiro, na presença do Provedor, do Governador e do engenheiro militar encarregado do projeto. O empreiteiro contratado por sua vez passaria a construção para mestres pedreiros, que seriam acompanhados por apontadores e olheiros da governança³¹⁹. Com o cargo de Superintendente essa etapa era praticamente anulada, apesar da exigência de prestação de conta. Vieira estava livre para nomear tesoureiro, apontadores, ajudantes, engenheiros e fazer os contratos com os empreiteiros. Não dispomos de informações sobre as vantagens obtidas na feitura desses contratos, mas a disputa entre Vieira e Almeida, e as acusações recíprocas, provavelmente estavam relacionadas ao controle desses contratos.

As chances de fraudes e não cumprimentos do contrato eram múltiplas. Um empreiteiro contratado podia seduzir o governo com preços baixos até que se descobrisse que

³¹⁷ AHU, Códice 256, folha 22, 04/11/1677.

³¹⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Op. Cit., p. 2: Em concordância com este assunto Graça Salgado afirma que na colônia difundiram-se cargos de dupla autoridade, jurisdições pouco delimitadas e hierarquias obscuras. In: SALGADO, Graça (coord.). Op. Cit., p. 21.

³¹⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio** – O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 – 1822). São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado (Versão revisada), 2003, p. 186.

ele não possuía recursos para levar adiante o trabalho ou utilizar material de qualidade inferior.

Mobilizar recursos para a construção de uma fortificação não era menos trabalhoso e custoso do que lançar um exército em campanha. Em período de guerra o problema se acentuava e chegava ao extremo de serem desmanteladas casas para que seu material construtivo fosse utilizado nas estruturas militares. A qualidade da pedra era objeto de preocupação e especulação por parte de engenheiros, pedreiros e contratantes, uma vez que implicaria na capacidade de resistência e durabilidade de uma fortaleza. Em muito locais o emprego de terra tornava o preço da obra mais barata que a construção em pedra, mas a opção por materiais mais brandos se explica pela melhor capacidade absorção de impacto de projéteis artilhados. Locais como as fundações e os ângulos dos bastiões geralmente eram construídos com pedra por conta de sua densidade e durabilidade ³²⁰.

Entre 1677 e 1680 João Fernandes Vieira deu conta dos resultados de seu trabalho em Pernambuco e nas demais capitanias anexas. Até então tinha sido terminada a reedificação das fortalezas da barra de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho), das baterias que resguardavam a porta do Recife, do Forte do Mar e do Forte dos Reis Magos (Rio Grande). A fortaleza de Tamandaré tinha sido arrematada em 1677 e em 1680 deu-se princípio a sua construção. A das Cinco Pontas começou a ser reformada em 1677 e ainda estava em obras quando Vieira faleceu. Os trabalhos no Brum continuavam desde o governo de Souza Coutinho, anterior ao encargo de Vieira. O forte da barra de Itamaracá passou por uma reorganização que durou de 1677 a 1680, quando chegou ao seu momento final. A fortaleza de Cabedelo, na Paraíba, deveria ser reconstruída em pedra e cal, no que necessitava da intervenção de um engenheiro para tal propósito ³²¹.

Vieira também apontou como urgente a vinda de artilheiros e engenheiros, porque não havia nenhum nas fortalezas obradas e para que estes também pudessem auxiliá-lo no seu trabalho, afinal sua jurisdição “se estendia por mais de 300 léguas de costa, do Rio São Francisco ao Ceará” ³²². O Superintendente sugeria que tal problema seria resolvido se estes oficiais pudessem ensinar esta ‘arte’ (da engenharia militar) na capitania.

Ao morrer em 1681, Vieira tinha sido responsável por um “vigoroso impulso na fortificação do Norte” ³²³. Durante o tempo em que foi Superintendente das fortificações ele

³²⁰ DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**. Op. Cit., p. 43-4.

³²¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **João Fernandes Vieira**. Op. Cit., p. 302-3.

³²² Ibid., p. 301.

³²³ Ibid., p. 304.

reorganizou boa parte do conjunto defensivo costeiro de Pernambuco e das Capitanias Anexas.

Para o Conselho Ultramarino seria importante que o trabalho de Fernandes Vieira fosse continuado. No entanto, seria exigido que o sucessor no trabalho de Vieira tivesse:

todo o zelo [...], autoridade, disposição e prática das fortificações que se possa dela fiar o superintendente deles e **[como] naquela capitania não há com quem concorrerão estas circunstâncias** e como esta matéria seja de tanta importância o meio que se oferece ao Conselho é que Vossa Alteza em **concede** mui particularmente **esta ocupação aos governadores**, pois Vossa Alteza deles confia e mais governo o que ponham todo o cuidado na fortificação das praças pois nisto conquista advertindo-lhes, que nas suas residências se há de perguntar pelo que obrarem nelas, e que tomam a sua conta arrematação da consignação que estava aplicada a este ministério moderando que se faziam nos ordenados que se davam a algumas pessoas que João Fernandes Vieira tinha enviado para estas fortificações da milícia que estão a sua ordem poupando comércio da fazenda real de Vossa Alteza Lisboa 18 de agosto de 1681. [grifo nosso] ³²⁴.

Assim, os trabalhos inacabados de Vieira foram terminados pelos governos de Aires de Sousa de Castro (1678-82) e seu sucessor Dom João de Sousa (1682-85). Os governadores seguintes empreenderam a manutenção das fortificações construídas até a virada do século, quando novos reparos foram solicitados.

Em 1684, Dom João de Sousa autorizou a proposta do empreiteiro Antonio Fernandes de Matos para a construção de uma fortificação no extremo sul do istmo do Recife, que defenderia a barreta dos Afogados e reforçaria a proteção do fundeadouro da barra. Construção de pedra e grandes proporções, o Forte da Madre de Deus e São Pedro, conhecido também por Forte do Matos, logo foi desmantelado pelo seu pouco préstimo ao resguardo do porto ³²⁵.

Porém, convém esclarecer melhor as questões que envolveram a construção dessa fortificação.

Fernandes de Matos, mestre pedreiro português que se estabeleceu em Pernambuco entre os anos de 1671 e 1701, ascendeu social e economicamente a contratador de obras públicas, arrematador da cobrança de impostos, Capitão de fortaleza, comerciante de sobrado

³²⁴ AHU, Códice 265, folhas 32/32v, 18/08/1681.

³²⁵ AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686.

e homem de negócios no Recife. Foi construtor também de várias igrejas e diversas benfeitorias para algumas associações religiosas do Recife ³²⁶.

Antes de se oferecer para construir esta fortificação, tentou construir um cais de pedra que iniciava da ponte que ligava Recife a Santo Antônio e terminava no Forte do Brum, com o pretexto de ser proprietário de toda a terra que fosse aterrada. Seria a recompensa por construir um cais ‘utilíssimo’ ao Recife. Mas a Câmara de Olinda vetou a obra e então ele propôs a construção de uma fortificação ao sul do istmo com o mesmo objetivo de se apropriar do terreno que fosse ‘entulhado’ para a edificação da fortaleza ³²⁷.

Como a área – a que se propunha construir a fortificação – era vulnerável aos canhões de embarcações inimigas, conseguiu o consentimento do governador Dom João de Souza e o parecer favorável do Capitão-Engenheiro de Pernambuco João Coutinho, que compeliram os vereadores da Câmara de Olinda a autorizarem o projeto de Matos.

A fortificação, segundo Coutinho, seria essencial à defesa da barra e útil ao porto. Teve sua primeira pedra lançada em fevereiro de 1684 e aproximadamente um ano depois estava em adiantado estado de construção. Matos recebeu do governador Dom João de Souza a patente de Capitão da Fortaleza pelo serviço que se prestara a fazer as suas custas ³²⁸.

Com a construção da fortificação, o extremo sul do istmo do Recife ficou livre das marés altas e nele o empreiteiro construiu várias casas, muito valorizadas. Todavia, em 1702 o Capitão-Engenheiro posterior a João Coutinho, Luís Francisco Pimentel, escrevia em parecer que seria melhor que o forte não tivesse sido construído, pois causava dano ao porto, “por ir areando cada vez mais o rio, descobrindo-se já de maré vazia uma restinga de área desde o dito Forte até quase aos arrecifes” ³²⁹. Afirmava que esta restinga, que se formou depois da construção do Forte da Madre de Deus, impedia a passagem de embarcações. Outros engenheiros tiveram a mesma opinião de Pimentel. Diogo da Silveira Velloso, em parecer de 1713, acrescentara que o banco de areia – formado por causa de um forte “sem préstimo algum” – prejudicava porto ³³⁰.

Em 1729, Velloso apresentava as principais razões pela quais o Forte do Matos era inútil ao porto: “Não pode defender a barra pois não a vê; não defende o porto por ficar acima dele em um lado que o não descobre a vila [do Recife], porque primeiro pode ela ser entrada

³²⁶ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos** – 1671-1701. Recife: Edições Amigos do DPHAN, 1957, p. 7-8; Segundo Gonsalves de Mello, Matos era um legítimo ‘mascate’, daqueles que chegavam a Pernambuco miseráveis, no dizer dos parciais da nobreza de Olinda, e que rapidamente se tornavam ricos ‘capitalistas’.

³²⁷ *Ibid.*, p. 29.

³²⁸ AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686.

³²⁹ AHU, Caixa 21, doc. 1977, 30/07/1704 (Anexo 3).

³³⁰ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos**. Op. Cit., p. 32-4.

por qualquer das partes que o formam, do que sejam os inimigos vistos do dito forte”. Sem préstimo militar, sua área foi utilizada como armazém e oficina de conserto de carretas de artilharia. Em ruínas, teve seu terreno ocupado por edificações, levantadas sobre suas muralhas³³¹.

Se a fortificação não tinha ‘préstimo’ como afirmaram vários engenheiros no início do século XVIII, porque o Capitão-engenheiro João Coutinho e o governador Dom João de Souza foram favoráveis a sua construção? A condição de ‘grande benfeitor’ (com vários serviços prestados a Coroa e a ordens religiosas) e de homem de negócios influente na Capitania provavelmente o ajudou na autorização da obra. Os interesses de Matos na ampliação da área construível no sul do istmo do Recife remontam a sua proposta inicial de fazer um cais de pedra e de se apropriar da área aterrada no curso da obra. A edificação do forte deu um melhor pretexto a Matos, que contou com apoio do Governador e do Capitão-engenheiro, afinal a obra foi tratada como uma ação de benesse para a Coroa. Infelizmente não temos documentação para provar possíveis vinculações entre o comando da capitania e Matos, mas é provável que a posição de Matos na sociedade tivesse influído na permissão para a obra. Mas uma vez temos interesses políticos e pessoais que se sobrelevam às questões de ordem militar da capitania.

Decorridas oito décadas da expulsão dos holandeses, da reocupação do porto pelas tropas luso-brasileiras e das reformas feitas no sistema de defesa, a Praça do Recife (Recife/Antônio Vaz), principal posto de defesa de Pernambuco, diferia muito da Praça construída pelas tropas da WIC entre os anos de 1630 e 1654.

Ao analisar as primeiras plantas portuguesas do Recife e de Antônio Vaz do pós-guerra – feitas nos anos de 1733 e 1739 (Ilustrações 15, 16, 18 e 19) – e comparar com os planos neerlandeses da Praça do Recife (Ilustrações 6, 11, 13), podemos distinguir as modificações empreendidas no resguardo da Praça (Ilustrações 15, 16, 17, 18 e 19). A Planta do bairro do Recife (1733), de autoria dos engenheiros João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso (Ilustração 15), nos serve para mostrar o possível estado em que se encontrava o Recife anos após as reformas feitas e discutidas ao longo deste capítulo. O levantamento e projeto de fortificação do Recife de Corte Real e Velloso delineou o avultado aglomerado urbano, que ultrapassava, ao norte, a antiga Landpoort (Porta de Terra, chamada também de Bom Jesus, com seus dois baluartes remanescentes do sistema de defesa neerlandês) e a antiga área de ocupação urbana de 1654. Traçava também o forte do Matos (a

³³¹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos**. Op. Cit., p. 35.

meia-lua), a este tempo já arruinado, e a ampliação sul do istmo decorrente da obra de Fernandes Matos. Não aparecem vestígios da paliçada que circundava o Recife, bem como das baterias que ladeavam o porto. Ao contrário da planta de Corte Real e Velloso, a de autoria de Manuel de Almeida da Fortuna (Ilustração 16), de 1733, exhibe uma cerca ou muro que circundaria o Recife.

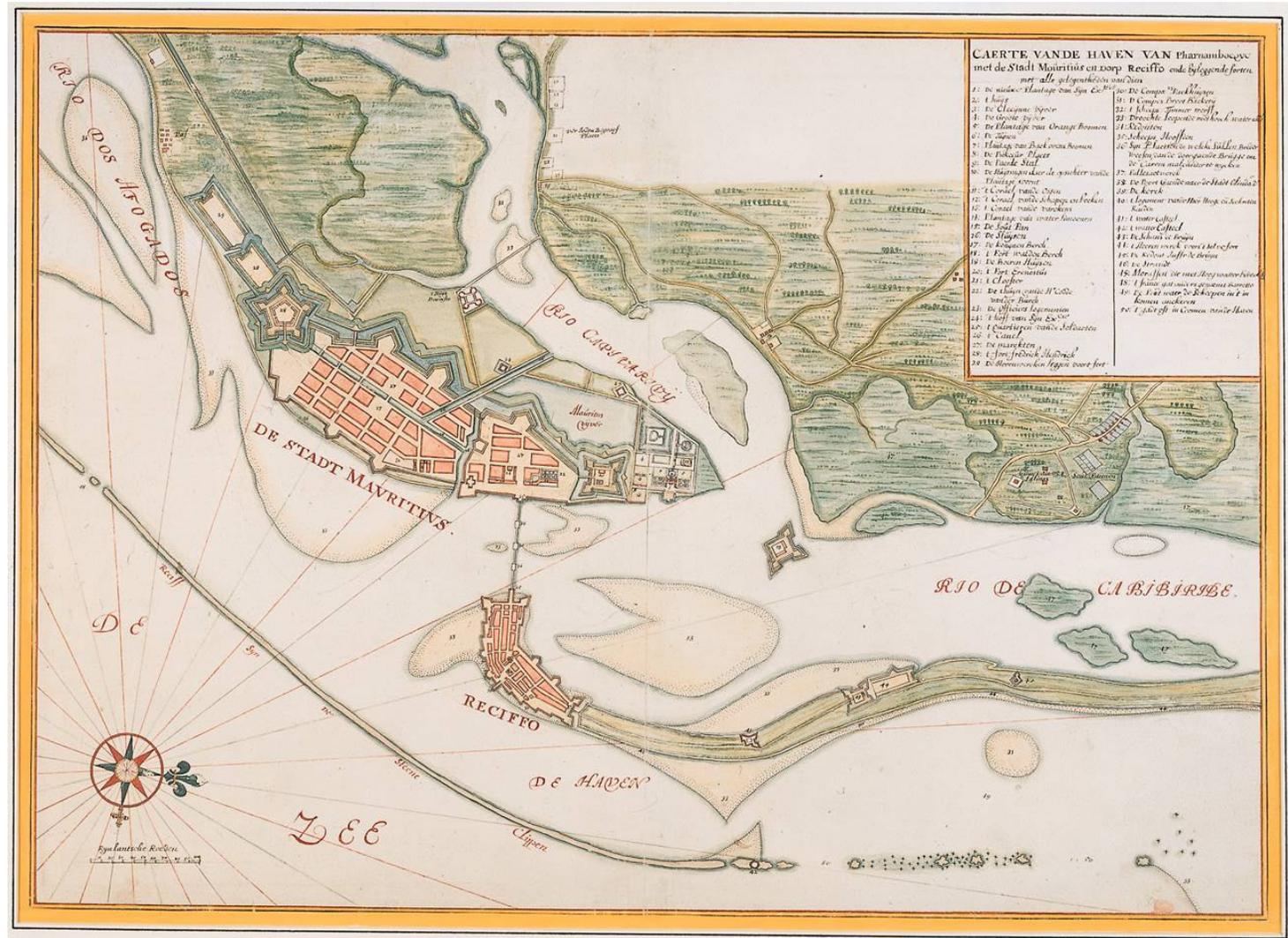


Ilustração 13 - Johan Vingboons [do original de Cornelis Bastiaensz Golijath]. “CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo ende bijleggende forten met alle gelegenthe den van dien”. 1644. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

Recife 1648

Ruas e edificações segundo o mapa de S. Golijath - 1648

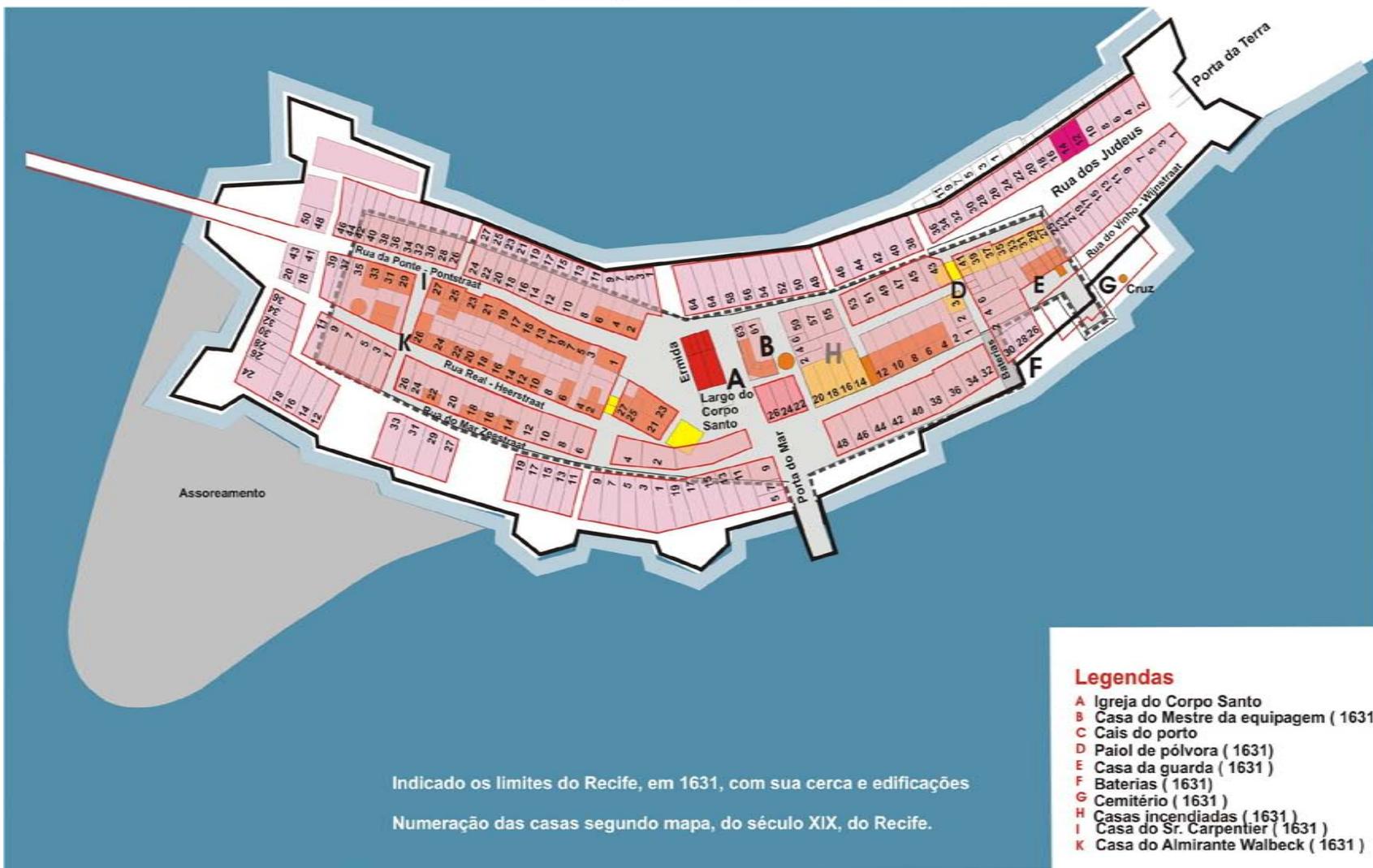


Ilustração 14 - José Luiz Mota Menezes. Recife 1648. Representação gráfica baseada na planta de Cornelis Bastiaensz Golijath de 1648.

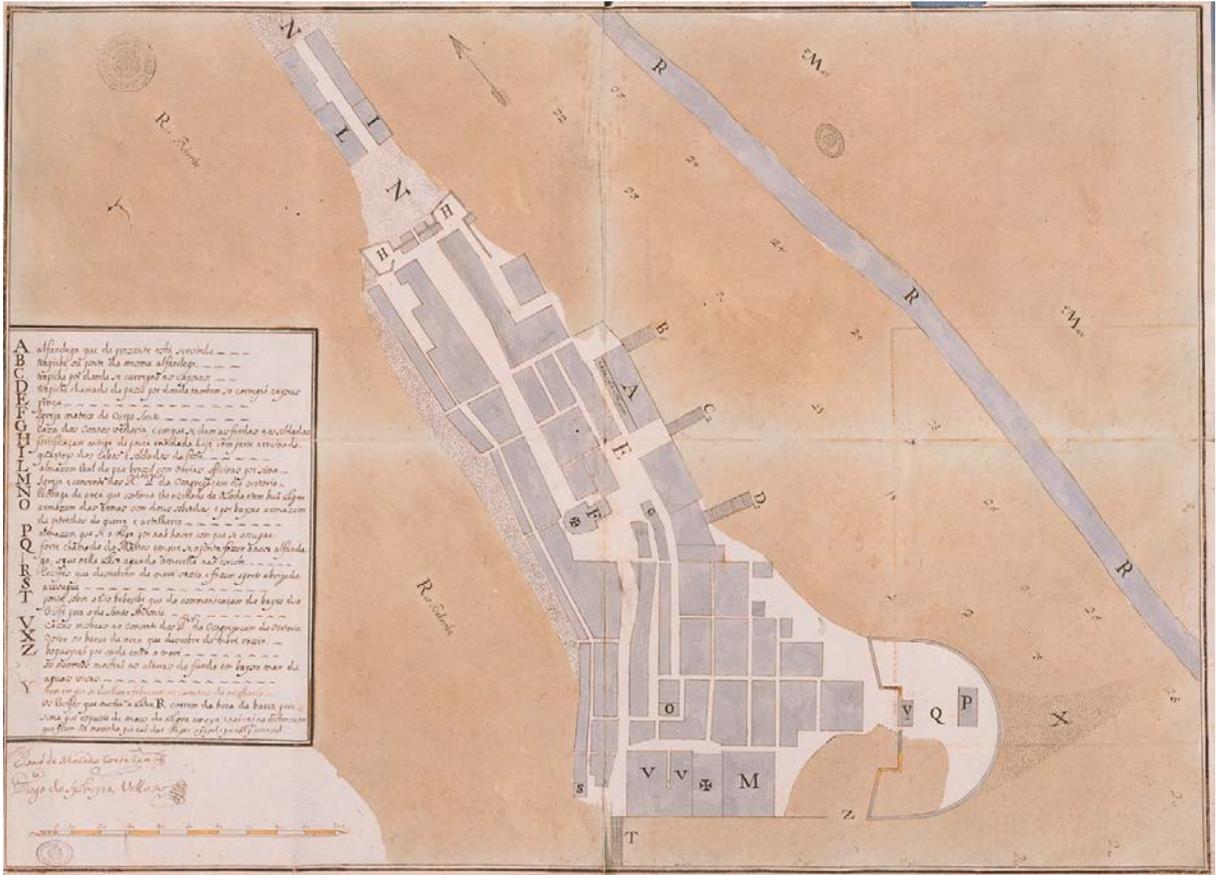


Ilustração 15 - João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit..

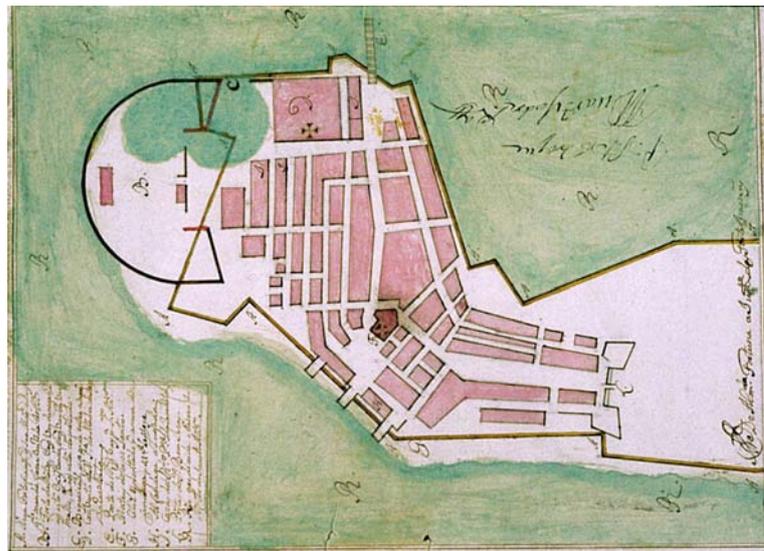


Ilustração 16 - Manuel Almeida da Fortuna. Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit..

Recife 1733

Ruas e edificações, segundo o mapa de Velloso / Corte Real 1733

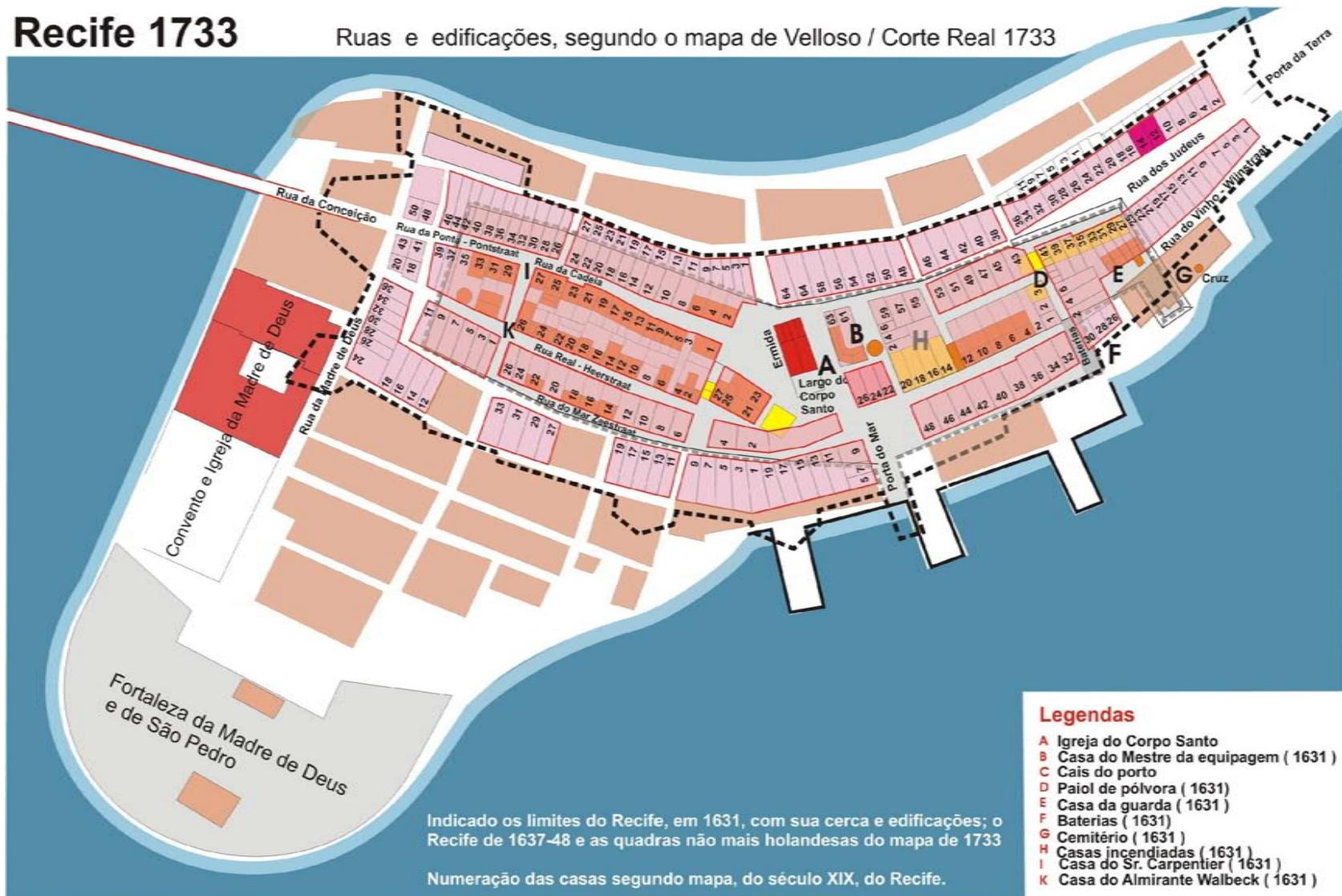


Ilustração 17 - José Luiz Mota Menezes. *Recife 1733*. Representação gráfica baseada na ‘Planta do bairro do Recife’ de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso (1733).

Em Antônio Vaz observamos grandes alterações. Fossos entulhados, fortificações desmanteladas e hornaveques desfeitos. O primeiro estudo sobre a fortificação do Recife e de Antônio Vaz do pós-guerra só seria elaborado em 1739, por Diogo da Silveira Velloso (Ilustrações 18 e 19), apesar das indicações feitas em meados do século anterior por João Fernandes Vieira, Francisco Barreto de Menezes e Cristóvão Álvares e das reformas isoladas empreendidas nas fortificações litorâneas. Nas “Plantas do Projeto de Fortificação da Vila do Recife de Pernambuco e do Bairro de S. Antonio” podemos verificar a montagem de um novo sistema de defesa para Recife e ilha de Antônio Vaz. Na ilha, parte do traçado regular constituído durante a ocupação holandesa, com uma praça quadrada rodeada de quadras, ainda era mantida. Mas na área da Nova Maurícia a regularidade é arrefecida. O hornaveque e o fosso que circundavam a ilha desapareceram e em seu lugar foi projetada outra obra de tenalha (com ângulos salientes e meios baluartes), que também cercaria Antônio Vaz. O grande conjunto de fortificações do sistema neerlandês desaparece, restando apenas ao sul uma fortificação de quatro baluartes, nas proximidades do Frederick Hendrick (Cinco Pontas). O forte Prins Wilhelm (Afogados) aparece em ruínas ao sul. No Recife, guarneciam a barra o Brum (antigo Bruyn) e Buraco (Juffrouw de Bruyn), fortificações assentadas no istmo, e o forte do Mar, no arrecife. As duas primeiras já estavam reconstruídas em pedra e outras defesas como o hornaveque do Brum e o forte São Jorge não existiam mais. Desta vez o plano de Velloso incluía uma cerca para o Recife.

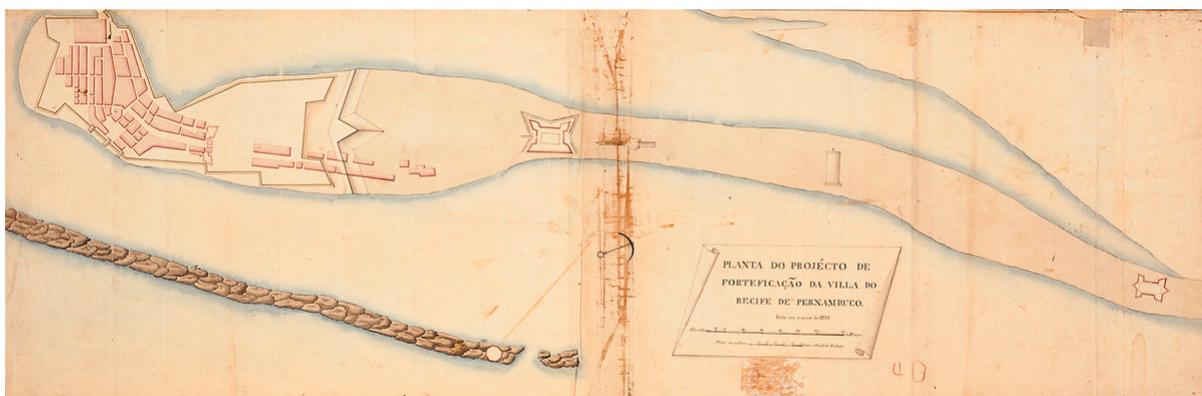


Ilustração 18 - Diogo da Silveira Velloso. "PLANTA DO PROJECTO DE FORTIFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO". 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit..



Ilustração 19 - Diogo da Silveira Velloso. "*PLANTA DO PROJECTO de Fortificação do Bairro de S. Antonio, em Pernambuco*". 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit..

O exame dos planos de Velloso e Corte Real serviu para estabelecer o provável estado de defesa da Praça do Recife e o resultado de algumas das reformas empreendidas no século anterior. Essas mudanças limitaram-se a edificação e reconstrução de fortificações em pedra – no lugar das estruturas de terra e taipa – na zona costeira. Aparentemente tímidas essas modificações podem ser encaradas como um esforço efetivo na defesa da região Norte, uma vez que em períodos anteriores várias dessas estruturas de defesa sequer existiam ou eram apenas postos provisórios construídos na contingência de um conflito.

3.1.2.1 Aulas de fortificação do Recife

A sugestão de João Fernandes Vieira para que os artilheiros e engenheiros ensinassem a sua “arte” aos soldados era a simples prova da insuficiência de pessoal qualificado na capitania ³³². A carência de pessoal habilitado nos serviços da guerra e de engenharia foi um dos principais problemas enfrentados pelo governo local na reorganização e reparo das fortificações do Norte do Brasil. Portugal tinha que apelar constantemente para mão-de-obra de outras nações. Contratá-los para as atividades militares foi prática comum, a exemplo do Marechal-de-Campo Schomberg, empregado em funções de comando no exército restaurador português. Datava de muito esta deficiência. Quando as tropas luso-brasileiras sitiaram o Recife, no final da guerra de restauração, em 1654, se depararam com a falta de engenheiros militares para procederem aos ataques à Praça neerlandesa.

Mas Portugal também passava por este mesmo contratempo. Suspenso com a União Ibérica (1580-1640), o ensino de engenharia militar seria retomado em 1647, nos primeiros anos após a Restauração portuguesa (1640).

A volta desta instrução “constituiu-se num momento propulsor para o investimento português na formação teórica, traduzido na multiplicação de outras instituições de ensino, as denominadas aulas ou academias” ³³³. Prolongadas para as colônias, as aulas multiplicaram-se e foram sucessivamente criadas em Salvador (1696), Rio de Janeiro (1698), Goa (1699), Angola (1699), São Luís (1699), Recife (1701) e Belém (1758). Era da competência destes Engenheiros Militares supervisionar as obras de fortificação e de urbanismo. Também ficavam sob sua responsabilidade as obras públicas nos locais onde eram nomeados. Era um cargo superior na “hierarquia militar [e] estava diretamente relacionado com o Rei, que nomeava os engenheiros para diversos cargos e que lhe escreviam extensos relatórios que retratavam o estado de suas obras” ³³⁴. A formação destes técnicos era feita em escolas especializadas nos métodos de fortificação ³³⁵.

³³² AHU, Caixa 6, pp. 214-5, xx/05/1677.

³³³ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. **Da Vila Cercada à Praça de Guerra – Formação do Espaço Urbano em Almeida, (Séculos XVI-XVIII)**. Livros Horizonte, 2002, p. 16.

³³⁴ VALLA, Margarida. O papel dos arquitetos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro: 1996. In: Urbanismo de Origem Portuguesa. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura. Volume I, 1999. Disponível em: < <http://urban.iscte.pt/revista/numero1/margarida.htm> >. Acesso em: 1 dez. 2005.

³³⁵ A instauração das Aulas de Fortificação do Recife, em 1701, pode ser enquadrada nos melhoramentos da defesa da capitania, bem como nos serve para reforçar a importância estratégica de Pernambuco enquanto ponto de irradiação e defesa da região nordeste da colônia.

Inicialmente, o termo “engenharia” era empregado como uma ramificação da arquitetura. A dissociação desta aconteceria somente no século XVIII, na França. Nos manuais de Manuel de Azevedo Fortes ³³⁶, a expressão usada para designar a profissão de engenheiro era a de arquiteto militar, assim como naquele período as “Academias Militares” eram denominadas como “Aulas de Fortificação” ou “Aulas Militares”. Com a profissionalização desse ofício o arquiteto civil, que até então se ocupava de obras militares, cedeu espaço à figura do engenheiro militar, que além de estar ligado ao corpo marcial aproximava-se também do corpo de artilheiros. De início, a profissão estava relacionada à educação de jovens nobres, mas no decorrer do século XVII passaria a compor uma atividade educacional militar aberta a outras camadas menos abastadas, uma vez que a atividade mecânica da medição servia de entrave à inclusão da fidalguia na profissão.

A primeira instituição voltada para o ensino da Arquitetura Militar em Portugal foi a chamada ‘Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira’ (1562-73), criada para a instrução do jovem futuro rei – D. Sebastião – e de alguns poucos jovens nobres destinados a ocupar posições de mando no Reino e nas Conquistas ³³⁷.

Para Luís Serrão Pimentel, no seu Método Lusitânico, a Arquitetura Militar era uma ciência que ensinava a fortificar e defender toda a sorte de Praças. Os alunos de fortificação deveriam ser instruídos de modo a estarem aptos para as funções da guerra daquele período: ataque e defesa de praças, obras de fortificação (novas, acréscimos, reparos, inspeções de estado), construção de alojamentos, entrincheiramentos, aproches, fiscalização das obras nas praças e obras civis que obliterassem as atividades militares.

Os engenheiros militares se deslocavam de praça em praça, em várias regiões do Brasil, dada a carência de homens com tal ofício, e também utilizavam em suas jornadas alunos das aulas de fortificação e ajudantes de engenheiro recentemente formados, numa espécie de ‘estágio’ pós-curso. O exercício do cargo era dificultado pelas distâncias e riscos das travessias entre as capitânicas, como atesta o requerimento feito por Luís Francisco Pimentel de 29 de outubro de 1704. Nele o engenheiro pede ajuda de custo para as vezes que fosse fora de sua praça. Discorria ainda que essa “gratificação” se referisse à extensão de cada

³³⁶ Manoel de Azevedo Fortes, Engenheiro-mor de Portugal e autor de vários tratados sobre fortificações, com destaque para O Engenheiro Português (1729).

³³⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. Cit., p. 177.

local em que fosse prestar seu serviço, juntamente com o custeio de transporte e carregadores
338

É interessante notar que além das Aulas de Fortificação, os Engenheiros Militares geralmente também eram responsáveis pelo ensino de artilharia: Luiz Francisco Pimentel, citado anteriormente, assumiu o ensino e a Superintendência da Artilharia em 1703, junto com suas aulas de fortificação³³⁹.

Quanto aos perigos enfrentados nos caminhos que percorriam para acessar as obras de sua incumbência, vale citar o caso do mesmo engenheiro, Luís Francisco Pimentel, primeiro lente das Aulas de Fortificação do Recife. Ele seria vitimado no exercício de sua função. Morreu afogado no cruzamento de um rio, a caminho da Fortaleza de Itamaracá:

O Sargento mor Engenheiro que assistia naquela capitania Luis Francisco Pimentel no principio de janeiro deste ano a ver a fortaleza de Itamaracá medir o portal e outras mais obras para se pagarem ao empreiteiro ao passar do Rio Doce que ficava dali três léguas se afogou nele o dito sargento mor; e por que pelas muitas obras em que anda nas fortificações daquelas capitánias, a que assiste com cuidado que deve: E Vossa Majestade lhe ordena se não pode escusar Engenheiro pelas distâncias em que ficam estas obras, e pelos incidentes que o tempo pode oferecer³⁴⁰.

No que se refere à hierarquia, distinguiram-se em quatro classes. A primeira a de Engenheiros Diretores, um em cada província, que faziam a direção das obras e ficavam subordinados aos Governadores das Armas das Províncias do Reino e aos Capitães Gerais das Capitánias do Ultramar, no Brasil, e ao Engenheiro-mor do Reino. A segunda, a dos Engenheiros-chefe ou Primeiros Engenheiros das Praças; a terceira, dos Segundos Engenheiros das Praças; e a quarta, de Engenheiros Subalternos, com patente de Capitão para baixo e Engenheiros Extraordinários, compostos de militares da infantaria e artilharia que em determinadas ocasiões assumiam com exercício de engenheiro. Cada posição deste conjunto, independente da praça em que servia, prestava contas ao Engenheiro-mor, que os comandava e que ficava subordinado ao Superintendente das Fortificações. Na ausência de tal cargo, estariam ‘dependentes’ do Governador das Armas ou dos Capitães Gerais, no Brasil³⁴¹.

³³⁸ AHU, Códice 257, fl. 166 v: “me informeis com vosso parecer neste requerimento: declarando as fortalezas a que deveis mandar o do Sargento engenheiro na forma de minhas novas ordens; as distancias que tem do Recife, e quando se lhe deve pagar para cada uma; e se ao suplicante se lhe dá cavalo e negro para estas jornadas por conta da Fazenda Real”.

³³⁹ Sobre essas atribuições ver: AHU, Caixa 10, número 98 e AHU, Caixa 11, números 40-44.

³⁴⁰ AHU, Códice 265, fl. 188 v.

³⁴¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. Cit., p. 179-182.

As Aulas de Arquitetura Militar organizadas nos principais núcleos urbanos do Brasil estiveram na base de difusão do conhecimento de arquitetura e urbanismo. Essas aulas foram responsáveis pela formação de vários “peritos” que agiam em Portugal e em seu Império Ultramarino, entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX³⁴². O alunado deveria ser formado por:

peçoas que tenham a capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos **dezoito anos** de idade: os quais sendo **soldados**, se lhes dará além seu soldo, meio tostão por dia, e não o sendo vencerão só o dito meio tostão. E todos os anos, serão examinados, para se ver se se adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem, serão logo excluídos, e quando seja pela pouca aplicação, se lhes assinará logo para se ver só o que se encontrarão, e quando não se aproveitem nele, serão também despedidos e quando se haja **peçoas que voluntariamente queiram aprender sem partido**, serão admitidos e ensinados, para que assim possa seja a mesma conquista e a ver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem com os que vão deste Reino, e as faltas que fazem a meu serviço, em que chegam os que se mandam depois dos outros serem mortos. E que me pareceu avizar-vos, para que tenhais entendido, a resolução que fui servido tomar a neste particular e esta ordem mandarei registrar nas partes judiciais, e fareis com que se faça pública, para que venha a notícia de todos. Escrita em Lisboa, a 15 de janeiro de 1699. Rei. [grifo nosso]³⁴³.

As lições teóricas e práticas, distintas do entendimento que se faz da academia nos dias atuais costumavam serem ministradas no Brasil pelos Sargentos-mores, Engenheiros-chefe ou pelos Engenheiros Diretores. Eram acompanhadas por professores assistentes e formavam ‘engenheiros’ com especialização regional que circulavam entre as capitâneas. Tinham a duração média entre três e seis anos e eram compostas de três a doze alunos³⁴⁴.

No Recife lecionaram apenas quatro ‘professores’: Luiz Francisco Pimentel (1701-1707), João de Macedo Corte Real (1707-1719), Diogo da Silveira Veloso (1720-?) e Antônio Francisco Bastos (1795-?)³⁴⁵.

Estas Aulas do Recife se valiam de importantes tratados de geometria prática, aritmética e arquitetura do período, que eram utilizados em Portugal e nas conquistas, tais como o de Luís Serrão Pimentel, que em seu ‘Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares’ (1681), trouxe o conhecimento referente ao desenho das fortificações e das “praças cercadas de fossos, reparos e baluartes; dos quais se pode defender

³⁴² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. Cit., p. 190-191.

³⁴³ AHU, Códice 257, fl. 6.

³⁴⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. Cit., p. 319.

³⁴⁵ Ibid., p. 352-8.

com pouca gente contra a força do inimigo”³⁴⁶. Também eram usados manuais como os de Manoel de Azevedo Fortes: ‘O Tratado do Modo mais fácil e exacto de fazer as Cartas Geographicas’ (1722) e ‘O Engenheiro Portuguez’ (dois tomos - 1729). No primeiro, Fortes instrui a confecção de cartas terrestres e marítimas, além de ensinar como se projetava, com ou sem o auxílio de instrumentos, plantas de Praças, cidades e edificações. No segundo, ensina geometria prática e trigonometria, de acordo com as necessidades dos engenheiros militares.

Já ‘O Tratado de Ataque e Defesa de Praças’ (1740), do Marechal Sebastián Le Preste Vauban (1633-1707), principal engenheiro militar do Rei francês Luis XIV, exerceu influência na formação de engenheiros militares do século XVII ao XVIII. Nesse estudo, Vauban privilegia as praças-fortes enquanto estratégia de ataque e defesa na chamada ‘guerra de sítio’. O foco central dessa obra está no desenvolvimento de técnicas para a tomada de praças de guerra. Preconizava-se o reconhecimento do terreno, a ciência do traçado das fortificações e o uso da balística³⁴⁷. Por fim, os tratados ‘Geometria Pratica’ (1699) e ‘Opúsculos Geométricos’ (1732) de Diogo da Silveira Veloso, 3º lente da Aula de Fortificação do Recife, abordavam, de maneira geral, sobre os ensinamentos e exercícios relacionados à construção de fortificações, com aprendizados em geometria e trigonometria.

O impulso da criação dessas Aulas Militares nas colônias não determinou o fim da carência por esses profissionais. Foi uma medida para atenuar a carência de pessoal qualificado em que se encontrava o Reino e conquistas, com o intuito, também, de minimizar os custos pelos serviços prestados por engenheiros militares estrangeiros. Essas aulas se inserem no período posterior à independência (1640), quando Portugal estava vulnerável frente ao conjunto das monarquias européias, e precisava “reestruturar as instituições do governo numa mesma direção e de contar [...] com quadros mais bem preparados para a constituição de seu Estado”³⁴⁸.

A extensão dessa nova postura teve desdobramentos no Além-Mar, atingiu o Brasil, e no caso aqui explanado, Pernambuco, que então atravessava um período de reestruturação de seu sistema de defesa, assim como reorganizava sua economia após o período *post bellum*

³⁴⁶ PIMENTEL, Luis Serrão. **Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares**. Lisboa: Edição Fac-Similada Impressa nas Gráficas da Imprensa Nacional, Direção da Arma de Engenharia, 1993, p. 16.

³⁴⁷ VAUBAN, Sebastián Lê Preste. Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban. In: GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospero, Influência em Espanha y América. Ediciones Tuero, 1991, p. 161-231.

³⁴⁸ VAINFAS, Ronaldo (Direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 56.

(1654). Os engenheiros militares participaram, portanto, como atores dos intentos da Coroa - e também do eixo de poder local - em suas colônias, visto suas orientações de consolidação, manutenção e defesa do Império lusitano.

Gostaríamos de esmiuçar o trabalho realizado por cada engenheiro-militar na Capitania de Pernambuco e nas Anexas (militarmente). Mas a falta de documentação nos impossibilitou de qualquer análise detalhada das condutas de cada um destes militares. No entanto, extraímos do número de engenheiros atuantes no Brasil – dos séculos XVI a XVIII – dados importantes a respeito da trajetória destes no Brasil e no Norte.

Quadro 1 - Engenheiros militares atuantes no Brasil e no Norte (1521-1777)³⁴⁹

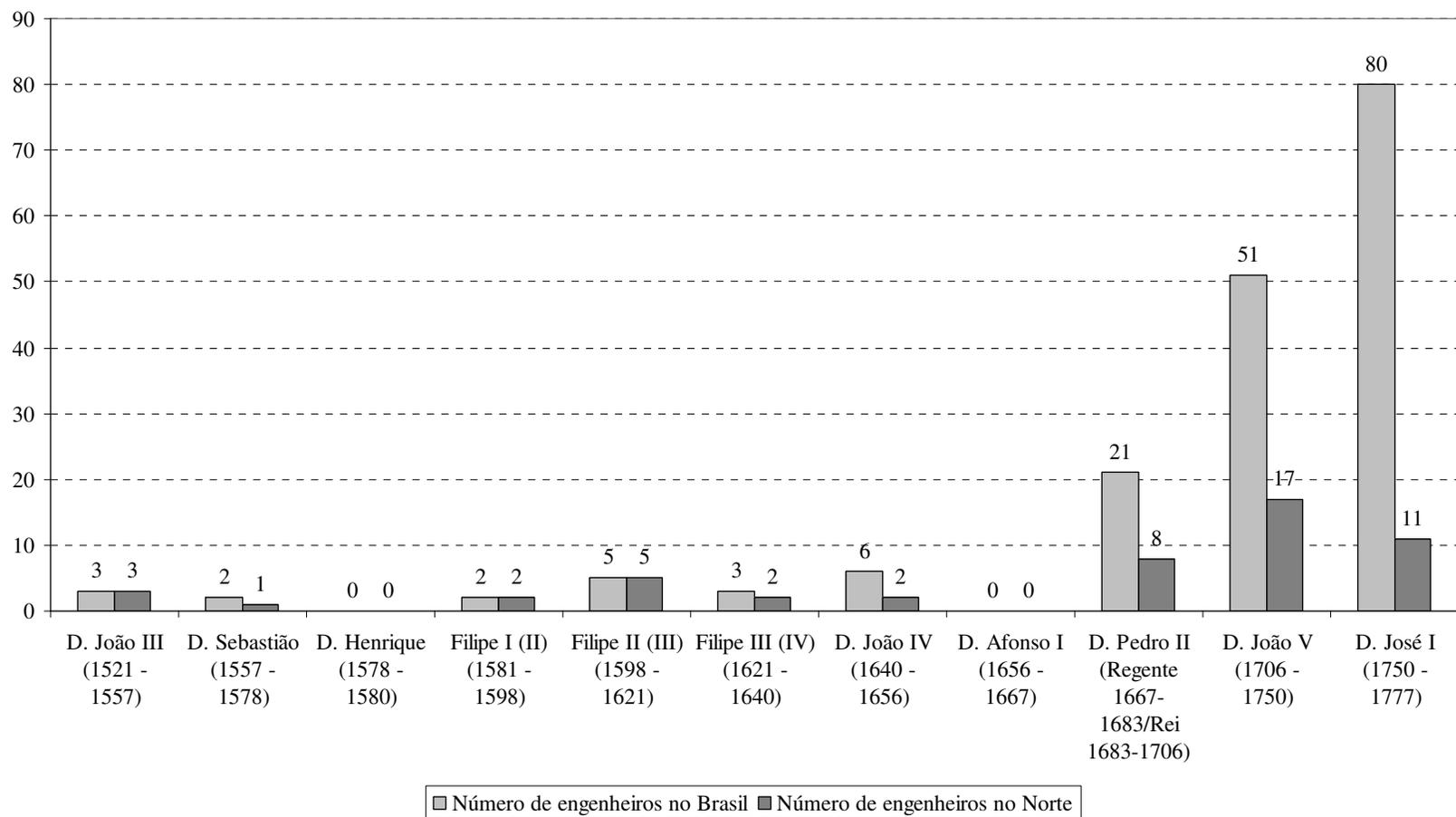
Reinados	Brasil	Norte
D. João III (1521 - 1557)	3	3
D. Sebastião (1557 - 1578)	2	1
D. Henrique (1578 - 1580)	0	0
Filipe I (II) (1581 - 1598)	2	2
Filipe II (III) (1598 - 1621)	5	5
Filipe III (IV) (1621 - 1640)	3	2
D. João IV (1640 - 1656)	6	2
D. Afonso I (1656 - 1667)	0	0
D. Pedro II (Regente 1667-1683/Rei 1683-1706)	21	8
D. João V (1706 - 1750)	51	17
D. José I (1750 - 1777)	80	11
Total	173	51

O aumento do número desses profissionais na colônia – durante os reinados de Dom João V (1706-1750) e de Dom José I (1750-1777) – foi resultado da reorganização das aulas de fortificação e engenharia-militar no Reino e na Colônia, feita após a Restauração (1640). Reestruturação esta que se coadunou com a nova política de defesa da Coroa e que teve seus primeiros ‘resultados’ a partir do governo de Dom Pedro II (Regente 1667-1683/Rei 1683-1706).

A seguir, representação gráfica dos dados postos (Quadro 1):

³⁴⁹ Números extraídos da lista de engenheiros militares atuantes no Brasil, que está posta integralmente nos Anexos deste trabalho. Relação originalmente retirada de: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Op. Cit., Anexo I.

Gráfico 1 - Engenheiros militares atuantes no Brasil e no Norte (1521-1777)



No reinado de Dom João IV trabalhavam apenas 6 engenheiros no Brasil. Durante a regência de Dom Pedro II, apenas duas décadas após o reinício das aulas, o número saltaria para 21 engenheiros (número três vezes maior que o período anterior). Outro dado que pode ser extraído é que no Reinado de D. Pedro II – durante o qual acontece o segundo momento de reformas em Pernambuco (1669-1701) – dos 21 engenheiros, oito estavam no Norte. No século XVIII – reinado de Dom João V – o número saltaria para 51 militares. Aparecem também os primeiros engenheiros brasileiros, em número ínfimo, se comparado com os portugueses.

Durante o reinado de Dom João V, o número de engenheiros no Norte continua elevado. De 51 em atividade, 17 concentraram-se da Bahia ao Ceará. Informação esta que pode indicar o papel que aquelas praças detinham para a defesa da colônia.

A fase áurea desses engenheiros acontece no governo de Dom José I, onde atingiram a monta de 80. O número diminui no Norte. Decréscimo provavelmente justificado pelo deslocamento para novos pólos econômicos da colônia (Minas Gerais e o Rio de Janeiro, enquanto ponto de escoamento de minérios e de abastecimento das minas) e para as fronteiras tensas (Sul).

O afastamento da Coroa portuguesa dos conflitos europeus na segunda metade do século XVII demonstrou o esforço português para restaurar seu prestígio internacional. A cautela permitiu, por exemplo, que os lusos não tomassem parte na Guerra dos Nove Anos (1688-1697) ou na Guerra da Liga de Augsburg (1688-98), na qual a França lutou contra uma coligação de potências que abrangia ingleses, alemães, neerlandeses e espanhóis³⁵⁰.

Portugal ingressou nos confrontos apenas para refrear a sua ‘eterna’ e ameaçadora vizinha, a Espanha. A sucessão ao trono espanhol daria uma guinada nesse comportamento apaziguado da política externa da Coroa. Dom Pedro II, candidato ao trono espanhol, largou a neutralidade e entrou na contenda que durou de 1704 a 1711³⁵¹.

Quanto ao mundo ultramarino, as atenções se dirigiram, desde a restauração, de forma prioritária para o Brasil e o Atlântico. A descoberta de ouro só viria a ampliar a prioridade na defesa das rotas e fronteiras³⁵².

Praticamente em todos os momentos da colonização a defesa sobressaiu-se como uma das principais preocupações régias. Mas as conjunturas ameaçadoras também foram decisivas nos impulsos e esforços no resguardo da colônia, em tendência já mencionada. Esse

³⁵⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal** – Do renascimento às revoluções liberais. Vol. II. 10ª Edição. Lisboa: Palas Editores, 1984, p. 348.

³⁵¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. Cit., p. 349-350.

³⁵² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O Processo Político (1621-1807). In: MÁTTOSO, José (Dir.). Op. Cit., p. 414.

começo de século foi outro desses momentos. Como já apregoamos, as ameaças repercutiam diretamente sobre as determinações dos governadores e engenheiros das capitanias brasileiras. Em 1702, Luiz Francisco Pimentel – engenheiro da Capitania de Pernambuco – antes mesmo da entrada de Portugal na Guerra de Sucessão, advertia que

as revoluções de Europa insinuam toda a preparação e cautela [...] Será muito conveniente a defesa destas Capitanias que [Vossa Majestade] atenda a conservação das [...] fortalezas, municionando-as e abastecendo-as de todos os petrechos e munições necessárias ³⁵³.

Este era mais um daqueles rotineiros relatórios sobre as condições das fortalezas das capitanias do Norte, onde se justificava o contínuo estado de reformas nas fortificações pela ameaça externa. O Governador de Pernambuco, Francisco de Castro Moraes (1703-1707), dentro desse discurso, explicava a conveniência de se construir uma fortaleza na praia de Pau Amarelo

por ser necessário fechar aquela porta, que foi por onde entraram os holandeses nestas capitanias, a qual se acha ainda aberta e muito capaz para sermos por ela invadidos de qualquer nação européia, que queira lançar gente em terra para fazer guerra aos vassallos de Vossa Majestade que habitam nesses domínios ³⁵⁴.

A proposta de construção feita por Castro Moraes ao Conselho Ultramarino, em 1704, não previa somente a obra de Pau Amarelo, mas a reforma e edificação de uma série de fortificações do Rio São Francisco ao Ceará ³⁵⁵. O governador também remeteu à Coroa uma relação dos rios e enseadas vulneráveis ao desembarque de tropas na Capitania de Pernambuco, com o intuito de guarnecê-las ³⁵⁶. Mas ele reconhecia que apesar da necessidade de resguardo, tempo, tropas e dinheiro seriam os principais empecilhos para tal empreitada ³⁵⁷. O Engenheiro-mor do Reino, Manuel Pimentel, analisou a proposta de Castro Moraes para o Conselho e foi de parecer que não era conveniente dividir as forças das capitanias em tantas fortificações, pois isto serviria mais para enfraquecer do que “segurar o Estado”,

e por isso muitos Príncipes com boa política dismantelaram muitas fortalezas, contentando-se com poucas, mas bem defensáveis e guarnecidas de todo o necessário para a resistência, de que temos exemplo doméstico e recente na presente guerra com Castela, que por não estarem as praças de

³⁵³ AHU, Caixa 21, doc. 1977, 06/11/1702 (Anexo 2).

³⁵⁴ AHU, Caixa 21, doc. 1977, 12/11/1702 (Anexo 1).

³⁵⁵ AHU, Caixa 21, doc. 1975, 29/07/1704 (Anexo 2).

³⁵⁶ AHU, Caixa 21, doc. 1975, 29/07/1704 (Anexo 5).

³⁵⁷ AHU, Caixa 21, doc. 1975, 05/03/1704 (Anexo 4).

todo fortificadas e postas na última perfeição se perdeu tão grande número delas, e os inimigos entendendo que as não poderiam conservar pela mesma razão de estarem as fortificações acabadas, desmantelaram essas poucas obras que nelas havia e se retiraram. Pelo que [...] me parecia mais conveniente acabar e por na última perfeição as Fortalezas que estão começadas em Pernambuco, do que começar outras de novo, principalmente porque estas obras pequenas não têm a valentia necessária para resistir a qualquer esforço ainda medíocre dos inimigos, e um cento de soldados que saltem em terra tomam uma destas baterias e lhe levam a artilharia, e é despesa perdida, porque o tempo as arruína em um ou dois invernos, e me parece impraticável poder ainda agora segurar com Fortalezas todas as enseadas e rios de uma costa marítima tão dilatada, onde ou não há povoações, ou [...] constam [apenas] de quatro casas, e que o esforço principal se devia por nas Capitais do Estado ³⁵⁸.

A recomendação de Pimentel se assemelhava com aquela que Barreto de Menezes fez a João Fernandes Vieira em 1655 ³⁵⁹. Naquele momento de ameaça dever-se-ia apenas atender e por na “última perfeição” as principais fortalezas, que deveriam ser guarnecidas com tudo o que fosse necessário ³⁶⁰.

No desenrolar do governo de Castro Morais, fortes foram construídos, reformados ou apenas projetados. Em governos posteriores, o resguardo permaneceu na pauta das correspondências trocadas com o Conselho Ultramarino e as soluções ante o perigo não diferiram muito do que se discutiu ao longo do *post bellum*. Apesar das continuadas possibilidades de invasão, as medidas da administração local para resguardar a capitania foram embaraçadas por grandes dificuldades como a obtenção de materiais para as obras, a ausência de técnicos especializados em edificação, elevados custos de manutenção de armamentos e guarnições e amplos espaços a defender. De certa maneira, algumas dessas barreiras foram relativamente contornadas e as fortificações, independentes de sua prontidão, continuaram a ser utilizadas como parte da estratégia montada para a defesa das praças costeiras das capitanias do Norte durante os séculos XVII e XVIII.

³⁵⁸ AHU, Caixa 21, doc. 1975, 24/07/1704 (Anexo 6).

³⁵⁹ AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655.

³⁶⁰ AHU, Caixa 21, doc. 1973, 28/07/1704.

Considerações Finais

No período estudado, a Capitania de Pernambuco tinha acabado de sair de uma guerra. Confronto este que não teve seu desfecho na colônia, mas quinze anos depois em uma mesa de negociações do velho continente. Enquanto não houvesse um remate nesta guerra se fazia necessária a preparação para os confrontos travados no presente e os vindouros. Em parte, esta contingência obrigou Portugal a reorganizar seu quadro militar, obsoleto frente às exigências de um império acometido. Estas reformas feitas na Metrópole influenciaram o poder militar no Brasil, e no caso aqui trabalhado o de Pernambuco.

Apesar das mudanças (iniciadas pela Coroa) os colonos continuaram a ser usados como a base da defesa. Desta feita, o aparelho militar se distinguia dos anos anteriores por um esforço na capacitação de parte do contingente humano da colônia – os engenheiros militares – e pela utilização de uma estratégia de defesa que unia elementos europeus (uso de fortificações/guerra de posições) e locais (guerra volante), oriundos da experiência de guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie – WIC). Com o intuito de facilitar o entendimento do que se passou no âmbito militar da capitania, dividimos a reforma da capitania em duas vertentes, a humana e a física.

Na vertente que denominados de reforma física, as Fortificações foram empregadas como meio de resguardo na colônia desde os primórdios da colonização, mas após a guerra contra a WIC houve um grande impulso na construção destes recintos dentro dos mais modernos padrões construtivos do período. Até fins do século XVII a capitania de Pernambuco e as suas vizinhas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande) – enquanto zonas de influência militar de Pernambuco – viraram canteiros de obras de fortificação.

Ao invés de avaliar o sucesso ou insucesso de sua utilização, devemos referir que a construção destes recintos fortificados tinha um intuito preventivo e de garantia de resguardo ao escoamento – via portuária – da produção de fazendas e engenhos. Mas esta prevenção, também não significava que as fortificações deixassem de ser utilizadas como elementos de vanguarda nos decorrer dos confrontos. No caso particular das guerras holandesas no Brasil, podemos observar diversos casos em que fortificações foram utilizadas como postos avançados em operações de ataque contra outras posições fortificadas: como nos redutos construídos pelos neerlandeses para os ataques feitos contra o Arraial do Bom Jesus em 1635; na construção do Arraial Novo do Bom Jesus, pelas tropas luso-brasileiras, enquanto base das estâncias montadas no cerco ao Recife entre os anos de 1645 e 1654; ou de bloqueio a

caminhos e acessos de tropas inimigas: no caso do forte Prins Wilhelm, em Afogados, no ano de 1633, para bloqueio do principal caminho terrestre para o Cabo de Santo Agostinho e da simples negação ao acesso de barras e portos, em uma utilização típica do litoral brasileiro.

A sua utilização se mostrou eficaz quando não era empregada como a única estratégia de guerra. Complementada com intervenções terrestres e navais, se mostraram eficientes, como o exemplo do emprego da base do Recife (sob controle da WIC) para os ataques terrestres contra as tropas rebeldes nos primeiros anos da conquista neerlandesa no Norte do Brasil ou para o intensivo corso no litoral daquela região. Quando isoladas, para emprego único e exclusivo como último “refúgio”, se mostraram vulneráveis pela possibilidade de quebra do acesso ao território, como aconteceu a partir do cerco de 1645, que foi complementado pelo sítio total imposto pelo bloqueio naval de 1653.

Porém, para que estes trabalhos fossem realizados seria necessário um amplo contingente de engenheiros que a colônia não dispunha, mas que no termo do século contaria com a criação de Aulas de Fortificação, concebida para formar um corpo técnico utilíssimo aos desígnios de dominação e manutenção do território colonial. No meio tempo em que as Aulas não foram organizadas no Brasil, a colônia pôde dispor de profissionais vindos de Portugal, sendo alguns deles formados nas Aulas ou Academias reestruturadas no Reino. O incremento das aulas não significou o fim da escassez desses “profissionais”, uma vez que foram rotineiros os pedidos – por parte dos governadores de capitania – por seus serviços, mas representou um avanço e inovação no quadro militar da Colônia.

A soldadesca – nosso ingrediente humano – não ficaria de fora da nova disposição militar da colônia. Só que ao contrário do incremento dado na reforma física, as tropas institucionais da Capitania deveriam passar por um processo de atrofia. O intento, segundo os planos de modificação propostos, era de prover Pernambuco com uma tropa mais compacta, profissional e bem paga em troca dos contingentes numerosos, indisciplinados e mal pagos que existiam.

Como mencionado, a composição militar da capitania, com a execução destas reformas nas primeiras décadas do pós-guerra, passou a combinar elementos como fortificações costeiras – nos principais núcleos urbanos – e tropas de linha, auxiliares e volantes. Esse sistema heterogêneo empregava uma modalidade de guerra para cada um dos seus inimigos, a européia para conter os estrangeiros e a volante nas áreas mais afastadas do litoral. Mas não funcionava de maneira fixa, e se misturavam de acordo com as necessidades. Em Pernambuco estas mudanças também sofreram a interferência de influentes grupos (diga-se dos próprios restauradores da Capitania) devido a interesses que nem sempre se

coadunaram com os da Coroa, o que resultou em choques jurisdicionais típicos do período estudado.

Estas modificações na estrutura militar da colônia também podem ser encaradas como movimentos de aprofundamento da política de centralização administrativa da Metrópole, que intentava controlar os colonos, na fase em que o perigo externo estava arrefecido. Nesse sentido o reforço das estruturas de resguardo dos núcleos urbanos figurou como condicionante e espelho de uma necessidade estatal de manutenção do território e da ‘ordem social’ desejada. Neste ambiente urbano, que reunia os alicerces políticos do poder real, podem ser observados os princípios da colonização na Época Moderna: o comércio, o fisco e o centro de irradiação da guerra de conquista e de defesa dos territórios dominados³⁶¹.

Esperamos ter conseguido alcançar o intento inicial de perceber os impactos da reforma militar de Portugal na colônia, especialmente nas questões referentes ao uso de fortificações como parte de uma estratégia de defesa. Contudo, sabemos que esta é apenas uma tentativa de compreensão do período, não sendo nosso objetivo esgotar o assunto. Vale salientar que é imprescindível que sejam produzidos outros trabalhos sobre essa temática para que se forme um quadro mais amplo dos subterfúgios da Coroa portuguesa – em suas múltiplas facetas – na centralização e manutenção do poder monárquico na colônia.

³⁶¹ Sobre a idéia de que os centros urbanos coloniais poderiam ser centros irradiadores do poder da Coroa ver: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio** – O Brasil dos Engenheiros Militares (1500 – 1822). São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado (Versão revisada), 2003; RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Os Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968; SANTOS, Paulo. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

Bibliografia

A Arquitetura Militar na Expansão Portuguesa. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflito:** aspectos da administração colonial. Recife: Universitária UFPE/UFAL, 1997.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Plantas de fortificações do nordeste do Brasil - Século XVIII.** Boletim do Departamento de História. Recife: UFPE, CFCH, 1985. (Divisão Documental nº 3).

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa.** (A propósito de um Sermão do Padre Vieira). Monografia nº 4. Recife: Imprensa Universitária, 1968.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus:** consolidando um processo, iniciando um futuro. Recife: Graftorre, 1997.

_____. **Forte Real do Bom Jesus:** resgate arqueológico de um sítio histórico. Recife: Cia. Ed. de Pernambuco, 1988.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco.** Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes –** Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (Coord.). **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Palavra de Rei,** autonomia e subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império:** o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Edição. Editora UnB, 1998.

BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415 – 1825)**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654**. Recife: CEPE, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII**. As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Vol. II. Lisboa: Martins Fontes, 1984.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio – O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado, 2003.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Os Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord). **Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

CARITA, Rui. **A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII**. Lisboa: Funchal, Volume I, 1998.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de; BITTENCOURT, José Neves. **Armas: ferramentas da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de História**. 9ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. **Da Vila Cercada à Praça de Guerra** – Formação do Espaço Urbano em Almeida, (Séculos XVI-XVIII). Livros Horizonte, 2002.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DUFFY, Christopher. **Fire and Stone**: The Science of Fortress Warfare, 1660-1860. London: Greenhill Books, 1996.

_____. **The military experience in the age of reason**. London: Wordsworth Military Library, 1998.

EGG, Erich; JOBÉ, Joseph; LACHOUQUE, Henry; CLEATOR, Philip E.; REICHEL, Daniel. **Guns**: an Illustrated History of Artillery. New York: Crescent Books, 1971.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos** – A Dinâmica Imperial Portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Eduardo de D'Oliveira. **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra**: Atlas Vingboons. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2003.

GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lucia. **Eu, Maurício** – Os espelhos de Nassau. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004.

GALINDO, Marcos (Org.) **Viver e Morrer no Brasil Holandês**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospero, Influência em Espanha y América. Ediciones Tuero, 1991.

HERKENHOFF, Pedro (Org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

_____. **As Vésperas do Leviathan** – Instituições e poder político, Portugal – Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

História do Exército Brasileiro – Perfil militar de um povo. Volume I. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1972.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001. CD-ROM. Produzido por FL GAMA DESIGN Ltda.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

_____. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEE, Stephen J. **A Guerra dos Trinta Anos**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994 (Série Princípios, nº 239).

MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos políticos e A Arte da guerra**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

_____. **O príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal** – Do renascimento às revoluções liberais. Vol. II. 10ª Edição. Lisboa: Palas Editores, 1984.

MÁTTOSE, José (Dir.). **História de Portugal** – O Antigo regime (1620-1807). Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MAURO, Frédéric. **O Império luso-brasileiro, 1620-1750**. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

_____. **Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570 – 1670**. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715**. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **O Negócio do Brasil** – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 - 1669. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

_____. **Olinda restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **Rubro Veio**. O imaginário da restauração pernambucana. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. **Um imenso Portugal**. História e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Tambores de Marte em Guararapes. In: **GUARARAPES: uma visita às origens da Pátria**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002, p. 29-45.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976.

_____. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979.

_____. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Recife: Edições Amigos do D.P.H.A.N, 1957.

_____. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 1. A Economia Açucareira. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

_____. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Conquista. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

_____. **João Fernandes Vieira**. 2 vols. Recife: 1979.

_____. **Restauradores de Pernambuco** – Biografia de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

_____. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. Recife: Topbooks, 2001.

_____. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976.

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de. **O Forte das Cinco Pontas** – Um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1983.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: URB/Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

MENEZES, José Luiz Mota. O Recife espelho de Maurício. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. **Eu, Maurício**. Os espelhos de Nassau. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 64-85.

MENEZES, José Luiz Mota. Palmo a palmo. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra**: Atlas Vingboons. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2003, p. 8-22.

MENEZES, José Luís Mota; RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil**. Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial, 1986.

MENEZES, José Luiz Mota. Arquitetura e Urbanismo. In: HERKENHOFF, Pedro (Org.). **O Brasil e os Holandeses 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes. 1999, p. 86-103.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O Sistema de Defesa da Barra e Porto do Recife no Século XVII. In: **CLIO Arqueológica**. Nº 16. Vol. 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003, p. 87-101.

MORI, Victor Hugo (Org.). **Arquitetura Militar**: Um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História** – Suas origens, suas transformações, suas perspectivas. 2º Volume. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1965.

PARKER, Geoffrey. **Empire, War and Faith in Early Modern Europe**. London: Allen Lane/The Penguin Press, 2002.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual. 10 Volumes.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

ROCOLLE, Pierre. **2000 Ans de Fortification Française**, Du 16^a Siècle au mur de L'Atlantique. Ed. Lavauzelle, Volume II, 1989.

ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço** – Uma Década de estudos sobre o urbanismo português. Almedina, 2002.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos**: A Administração no Brasil Colonial. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Paulo. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SERÁPHICO, Luiz. **Fortalezas Históricas do Brasil**. São Paulo: Rhodya, [s/d].

SETA, Cesare de; LE GOFF, Jacques (eds.). **La ciudad y las murallas**. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1991.

SILVA, Genny da Costa e. **Índice Onomástico e de Assuntos dos Anais Pernambucanos de F. A. Pereira da Costa**. Recife: FUNDARPE, 1987.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

_____. **‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’ – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Volume I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680 – 1720: O império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: UFPE. Tese de Doutorado, 2002.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VAINFAS, Ronaldo (Direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

VALLA, Margarida. O papel dos arquitetos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Rio de Janeiro: 1996. In: **Urbanismo de Origem Portuguesa**. Revista do Centro

de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura. Volume I, 1999. Disponível em: < <http://urban.iscte.pt/revista/numero1/margarida.htm> >. Acesso em: 1 dez. 2005.

VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

VARNHAGEN, Francisco A. de. **História das lutas com os holandeses no Brasil**. Desde 1624 até 1654. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**. Um capítulo da história colonial do século XVII. 3ª Edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2004.

WEIGLEY, Russell F. (Org.). **Novas dimensões da história militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WIESEBRON, Marianne L. (Ed.). **O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654)**. Leiden: CNWS, 2004. (Mauritana 1)

ZANCHETI, Sílvio M. **O Estado e a cidade do Recife (1836–1889)**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1989.

Fontes

Fontes Impressas

Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco & mais praças que os Holandeses ocuparam naquele Estado. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso III. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979, p. 123-131.

COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias Diárias da Guerra do Brasil. In: FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.

FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

GERRITSZ, Hessel. Descrição da Conquista de Pernambuco por H. C. Lonk, 1630. Traduzida e anotada por B.N. Teensma e Lodewijk Hulsmann. In: GALINDO, Marcos (Org.) **Viver e Morrer no Brasil Holandês**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005, p. 225-241.

Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. Recife: Imprensa oficial, 1940.

MELO, Francisco Manuel de. Epanáfora Triunfante. 1659. In: FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**. Op. Cit.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das Praças Fortes do Brasil (1609). In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Vol. LVII, 1984, p. 185-246.

Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p.101-8.

Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Ilha de Fernando de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil & Governador de Pernambuco. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso II. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)**. Op. Cit., p. 111-120.

Relatório sobre a conquista do Brasil por H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas (1646). Documento 5. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**. 2. A Administração da Conquista. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 205-300.

RICHOSFFER, Ambrósio. Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, 1629-1632. In: FREIRE, Francisco Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**. Op. Cit.

Manuais Militares

FORTES, Manoel de Azevedo. **O Engenheiro Português**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

PIMENTEL, Luis Serrão. **Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares**. Lisboa: Edição Fac-Similada Impressa nas Gráficas da Imprensa Nacional, Direcção da Arma de Engenharia, 1993.

VAUBAN, Sebastián Lê Preste. Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban. In: GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. **Território y Fortification**, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Proserpi, Influência em Espanha y América. Ediciones Tuero, 1991, p. 161-231.

Fontes Manuscritas

1. Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU, Caixa 4, doc. 327, 15/10/1645.
AHU, Caixa 5, doc. 364, 28/10/1647.
AHU, Caixa. 5, doc. 368, 31/01/1648.
AHU, Caixa 5, doc. 394, 28/02/1650.
AHU, Caixa 5, doc. 427, 13/10/1651.
AHU, Caixa 5, doc. 439, 28/09/1652.
AHU, Caixa 6, pp. 203-204.
AHU, Caixa 6, pp. 208-213.
AHU, Caixa 6, p. 300, 13/09/1679.
AHU, Caixa 6, doc. 456, 14/10/1653.
AHU, Caixa 6, doc. 476, 09/05/1654.
AHU, Caixa 6, doc. 485, 18/06/1654.
AHU, Caixa 6, doc. 497, 12/09/1654.
AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo).
AHU, Caixa 6, doc. 511, 05/12/1654.
AHU, Caixa 6, doc. 533, 29/04/1655.
AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655.

AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1655 (Anexo 2).
AHU, Caixa 6, doc. 534, 03/09/1655 (Anexo 3).
AHU, Caixa 6, doc. 543, 27/09/1655.
AHU, Caixa 6, pp. 214-5, xx/05/1677.
AHU, Caixa 6, pp. 196-7, 03/11/1676.
AHU, Caixa 6, p. 300, 13/09/1679.
AHU, Caixa 7, doc. 576, 22/11/1656.
AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658.
AHU, Caixa 7, doc. 618, 27/04/1660.
AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663.
AHU, Caixa 8, doc. 782, 21/11/1665.
AHU, Caixa 10, número 98.
AHU, Caixa 11, números 40-44.
AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686.
AHU, Caixa 16, doc. 543.
AHU, Caixa 16, doc. 554.
AHU, Caixa 21, doc. 1973, 28/07/1704.
AHU, Caixa 21, doc. 1975, 05/03/1704 (Anexo 4).
AHU, Caixa 21, doc. 1975, 24/07/1704 (Anexo 6).
AHU, Caixa 21, doc. 1977, 12/11/1702 (Anexo 1).
AHU, Caixa 21, doc. 1977, 06/11/1702 (Anexo 2).
AHU, Caixa 21, doc. 1977, 30/07/1704 (Anexo 3).
AHU, Códice 15, folhas 122v/123, 17/10/1654.
AHU, Códice 15, folha 157v, 07/04/1655.
AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671.
AHU, Códice 256, folhas 1/1v, 1673.
AHU, Códice 256, folha 3v, 1673.
AHU, Códice 256, folha 4, 1673.
AHU, Códice 256, folha 8, 1674.
AHU, Códice 256, folhas 8/8v, 1674.
AHU, Códice 256, folhas 9v, 1674.
AHU, Códice 256, folha 12, 1675.
AHU, Códice 256, folha 22, 04/11/1677.
AHU, Códice 257, folha 6.
AHU, Códice 257, folha 166v.
AHU, Códice 265, folhas 32/32v, 18/08/1681.
AHU, Códice 265, folha 188v.
AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655.
AHU, Pernambuco, Caixa 6, 43.
AHU, Pernambuco, Caixa 6, 50.
AHU, Pernambuco, Caixa 6, 55-6, 26/04/1674.

2. Biblioteca da Ajuda:

FREYRE, Francisco de Brito. **Sobre a defesa do Brasil**. Manuscrito da Biblioteca da Ajuda. Microfilme do Acervo do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH), UFPE. Referência: B. A., Cód. 51 – V – 10, folhas 247/250v.

Registros Iconográficos

Cartográficos:

Andreas Drewish Bongesaltensis. *Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente do porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais com fortificações, redutos e outras obras*. 1631. MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976.

Autor desconhecido. *Insula Antonij Vaazij. Área Insulae cum venisset in Brasiliam Mauritius Anno 1637*. [Ilha de Antônio Vaz. Área da ilha quando da vinda de Maurício ao Brasil no ano de 1637]. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit.

Autor desconhecido. *Planta do porto de Pernambuco, com a cidade Maurícia, a aldeia do Recife e os fortes circunvizinhos e todas as particularidades deles*. 1639. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Op. Cit.

Cornelis Bastiaensz Golijath. *Recife e Olinda*. 1648. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

Diogo da Silveira Velloso. *"PLANTA DO PROJECTO DE FORTEFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO"*. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Op. Cit.

Diogo da Silveira Velloso. *"PLANTA DO PROJECTO de Fortificação do Bairro de S. Antonio, em Pernambuco"*. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Op. Cit.

João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. *Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]*. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Op. Cit.

Johan Vingboons [do original Cornelis Bastiaensz Golijath]. *"CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo ende bijleggende forten met alle*

gelegenthe den van dien". 1644. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Op. Cit.

Manuel Almeida da Fortuna. *Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]*. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Op. Cit.

Anexos

LISTA 1 - GOVERNANTES DE PORTUGAL E DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, ENTRE 1640 E 1777 ³⁶².

1621 – 1640 – Filipe III (IV da Espanha);
1640 – 1656 – Dom João IV;
1656 – 1667 – Dom Afonso I;
1667 – 1683 – Dom Pedro (Regente);
1683 – 1706 – Dom Pedro II (Rei);
1706 – 1750 – Dom João V;
1750 – 1777 – Dom José.

LISTA 2 - VICE-REIS E GOVERNADORES DO BRASIL, ENTRE 1640 E 1702 ³⁶³.

1639 – 1640 – Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos;
1640 – 1641 – Vice-Rei Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão;
1641 – 1642 – Junta provisória;
1642 – 1647 – Antônio Telles da Silva;
1647 – 1650 – Antônio Telles de Meneses, Conde de Vila-Pouca de Aguiar;
1650 – 1654 – João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor;
1654 – 1657 – Jerônimo de Altaíde, Conde de Atouguia;
1657 – 1663 – Francisco Barreto de Meneses;
1663 – 1667 – Vice-Rei Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos;
1667 – 1671 – Alexandre de Sousa Freira;
1671 – 1675 – Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, Visconde de Barbacena;
1675 – 1678 – Junta provisória;
1678 – 1682 – Roque da Costa Barreto;
1682 – 1684 – Antônio de Sousa de Meneses;
1684 – 1687 - ?;
1687 – 1688 – Matias da Cunha;
1688 – 1690 – Junta provisória;
1690 – 1694 – Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho;
1694 – 1702 – João de Lencastre;
1702 – 1705 – Rodrigo da Costa.

³⁶² SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 299.

³⁶³ Ibid., p. 301.

LISTA 3 - GOVERNADORES E CAPITÃES-GERAIS DE PERNAMBUCO, ENTRE 1654 E 1707 ³⁶⁴.

1654 – 1657 – Francisco Barreto de Menezes;
 1657 – 1661 – André Vidal de Negreiros;
 1661 – 1664 – Francisco de Brito Freyre;
 1664 – 1666 – Jerônimo de Mendonça Furtado (Xumbergas);
 1666 – 1667 – Junta provisória;
 1667 – André Vidal de Negreiros;
 1667 – 1670 – Bernardo de Miranda Henriques;
 1670 – 1674 – Fernão de Souza Coutinho;
 1674 – Junta provisória;
 1674 – 1678 – D. Pedro de Almeida;
 1678 – 1682 – Aires de Souza de Castro;
 1682 – 1685 – D. João de Souza;
 1685 – 1688 – João da Cunha Souto Maior;
 1688 – Fernão Cabral;
 1688 – 1689 – D. Matias de Figueiredo e Melo;
 1689 – 1690 – Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho;
 1690 – 1693 – Marquês de Montebelo;
 1693 – 1699 – Caetano de Melo e Castro;
 1699 – 1703 – Fernando Martins Mascarenhas;
 1703 – 1707 – Francisco de Castro Morais.

LISTA 4 - ENGENHEIROS MILITARES ATUANTES NO BRASIL (1549 – 1777) ³⁶⁵

Total	Nome	Origem	Período	Região	Formação			
					AP	LP	AB	LB
1	Diogo Ribeiro	Português	XVI					
2	Luís Dias	Português	1549	BA	x			
3	Lopo Machado	Português	1555	BA				
4	Francisco Gonçalves	Português	1571	RJ				
5	Manoel de Mascarenhas	Português	XVI	RN				
6	Cristóvão Lintz	Alemão	1585	PB				
7	Baccio da Filicaia	Português	1597	BA	x			
8	Francisco Frias de Mesquita	Português	1603	PB, BA, PE, RJ, MA	x			
9	Diogo Campos Moreno	Português	1609	SP, RJ, ES, BA, PE, PB, RN, MA				
10	Pedro Pelefigue	Francês	XVII	BA				
11	Tibúrcio Spanoqui	Italiano	1606	...				
12	Cristóvão Alvares	Português	1620	PE				
13	Diogo Paes	Português	1629	BA, PE	x			
14	João Nunes Tinoco	Português	1631	BA, PE	x			
15	Pedro Costa Favela	...	XVII	...				

³⁶⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 473.

³⁶⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio** – O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado, 2003, Anexo I.

16	Martinho Ver	Sueco	1647	RJ				
17	Felipe Guitau	Francês	1647	...				
18	Miguel Timermans	Neerlandês	1648	...				
19	Miguel de L'Escole	Francês	1649	RJ		x		
20	João Coutinho	Português	1649	PE				
21	Pedro Garcim	Francês	1654	PE				
22	Antônio Corrêa Pinto	...	1668	PE				
23	José Paes Estevens	Português	XVII	BA, PE, PB				x
24	Manoel da Mota Siqueira	Português	XVII	...				
25	Felipe Carneiro de Alcaceva	Português	XVII	RJ, SP				
26	Francisco da Mota Falcão	Português	1670	Norte				
27	Tomé Pinheiro de Miranda	Português	1671	MA				
28	João de Aguiar	Português	1678	MA				
29	Felipe Lobo de Araújo	Português	1682	RJ, CS				
30	Pedro de Azevedo Carneiro	Português	1685	MA, PA	x			x
31	Manoel Pinto de Villalobos	Português	1688	RJ, SP	x	x		
32	Custódio Pereira	Português	1691	MA, PA				x
33	José Velho de Azevedo	Português	1693	PA, RJ				x
34	Gregório Gomes Henriques	Português	1694	RJ, CS				x
35	Antônio Rodrigues Ribeiro	...	1700	BA				x
36	Francisco de Castro Moraes	Português	1701	RJ				x
37	João Macedo Corte Real	...	1702	AM, PE				x
38	Diogo da Silveira Velloso	...	1702	RJ, SP, CS, PE	x			x
39	Luiz Francisco Pimentel	...	1703	PE				x
40	Manoel de Mello Castro	...	1703	RJ				x
41	Manoel de Torres	Brasileiro	1704	BA, PA	x		x	
42	Antonio dos Santos	...	1705	BA				
43	Félix Botelho de Queirós	...	1709	RO			x	
44	Miguel Pereira da Costa	...	1709	BA				
45	Pedro Gomes Cuaves	...	1709	RJ, BA				x
46	Francisco Pinheiro	...	1710	BA				
47	Gaspar de Abreu	Português	1711	BA			x	x
48	João Massé	Francês	1712	RJ, SP, BA				
49	Felipe da Silva	...	1714	BA			x	
50	Gonçalo da Cunha Lima	...	1715	BA			x	x
51	João Baptista Barreto	Brasileiro	1715	BA			x	
52	Nicolau de Abreu Carvalho	Português	1717	BA, PE, ES	x			x
53	Sebastião Pereira	...	1718	MA	x			
54	Antonio de Brito Gramacho	...	1720	BA			x	x
55	Alexandre dos Reis	...	1721	MA				
56	Pedro Gomes de Figueiredo	...	1723	CS				
57	João Teixeira de Araújo	...	1725	BA			x	
58	Manoel de Barros	...	1725	MT				
59	Carlos Varjão Rolim	...	1727	MA, PA				
60	Pe. Diogo Soares	Português	1729	RJ, ES, MG	x	x		
61	Pe. Domingos Capassi	Italiano	1729	RJ	x	x		
62	João de Abreu Gorjão	...	1729	RJ, SP, ES, BA, SE, AL, PE				
63	José Rodrigues de Oliveira	Brasileiro	1731	MG, MT, GO				
64	Gomes Freire de Andrade	...	1733	RJ, MG, RS				
65	José Berlinque Bersane	...	1736	BA				
66	José Fernandes Pinto Alpoim	Português	1738	RJ	x	x		x
67	Luiz Manoel de Azevedo	...	1738	RJ	x			

68	José Cardozo Ramalho	Português	1738/39	RJ, SC	x			
69	José da Silva Paes	Português	1739	RJ, SC, CS, RS				
70	Manoel Luiz Alves	...	1740	AP	x			
71	André Ribeiro Coutinho	...	1748	RJ, RS, CS				x
72	José Gonçalves da Fonseca	...	1749	AM, PE, MT, PA				
73	Manuel Cardoso Saldanha	...	1749	BA				x
74	André Vaz Figueira	...	1750	RJ				
75	Carlos Ignacio Reverend	Alemão	XVIII	AM (?)				
76	Ignacio Halton	Alemão	XVIII	...				
77	João de Abreu Carvalho	...	XVIII	PE				
78	Manoel da G. L. de Almeida	Português	XVIII	AM, AP, PA				
79	Paulo Dias de Almeida	Português	XVIII	PE				
80	Paulo Rorick	Alemão	1750	RJ				
81	Adam Wentzel Hesteko	Alemão	1750	RJ				
82	Carlos Francisco Ponzoni	Italiano	1750	AM				
83	Eusébio Antonio de Ribeiros	...	1750	AM				
84	Francisco X. P. M. Bragança	Português	1750	Sul (?)				
85	Guilherme J. P. M. Bragança	Português	1750	Sul (?)				
86	João Bartholomeu Havelle	Suíço	1750	Sul (?)				
87	João Ignácio Piton	Francês	1750	...				
88	José Custódio de Sá e Faria	Português	1750	RJ, SP, RS, SC, CS				
89	José Maria Cavagna	Italiano	1750	RJ				
90	Luiz Antonio de O. Parente	...	1750	RJ				
91	Miguel Angelo Blasco	Italiano	1750	RJ, SC, RS				
92	Nuno da Cunha Varron	Português	1750	AM				
93	Valério Botelho de Andrade	...	1750	AM				
94	Francisco Tossi Colombina	Italiano	1751	SP, Sul				
95	José Antonio Caldas	Brasileiro	1751	BA, ES			x	x
96	José Antonio M. de Carvalho	Português	1751	Sul	x			
97	Manoel Vieira Lião	Português	1751	RJ			x	
98	Desidério Sales Correia	...	1752	AM				
99	Adam Leopoldo Breuning	Alemão	1753	AM				
100	Antonio José Landi	Italiano	1753	AM, PA				
101	Domingos Sambucetti	Italiano	1753	AM, RO, MT, PA				
102	Felipe Frederico Sturm	Alemão	1753	...				
103	Gaspar J. G. de Gronsfeld	Alemão	1753	AP				
104	Gregorio Rebelo G. Camacho	Português	1753	AM, PA	x			x
105	Henrique Antonio Galuzzi	Italiano	1753	AP, PA	x			
106	João Andre Schewebel	Alemão	1753	AM, PA				
107	João Angelo Brunelli	Italiano	1753	AM				
108	Miguel Antonio Ciera	Italiano	1753	CS, MS, PR				
109	Sebastião José da Silva	Português	1753	AM, AP				
110	Jacob Samuel Scheler	Alemão	1755	RJ				
111	Adão Wenceslau de Hadse	Alemão	1756	RJ				
112	Roque Manoel Pereira	...	1756	BA				
113	Tomás Rodrigues da Costa	...	1757	AM, PA	x			
114	Manoel Guedes	...	1759	AP				
115	Theodósio C. de Chermont	...	1759	AP				
116	João Batista Vieira Godinho	Brasileiro	1760	BA	x			
117	Manuel Alvares Calheiros	...	1760	PA	x			
118	João Pereira Caldas	...	1761	AM, RR, MT, MA				
119	João Raposo da F. Godoes	...	1761	MT				

120	Manuel Fritz Gotz	Alemão	1761	AM, MA				
121	José Matias de Oliveira Rego	...	1763	RJ, MT, MG, GO				
122	Antônio Gomes Barbosa	...	1764	PE	x			
123	Henrique João Wilkens	...	1764	PA				
124	Alexandre José Montanha	Português	1765	RS	x			
125	Candido Xavier de A. e Souza	Brasileiro	1765	SP, PR				
126	João Alves Ferreira	Português	1765	SP, MS				
127	João Martins de Barros	...	1765	SP				
128	Manuel Ângelo F. de Aguiar	Brasileiro	1765	SP, PR				
129	Miguel de Blasco	...	1765	RJ				
130	Diogo Jacques Funck	Sueco	1766	RJ				
131	Salvador Franco da Mota	...	1766	RJ	x			
132	Alexandre Elóy Portelli	Português	1767	RJ, Sul				
133	Antonio de Souza Coelho	...	1767	RJ			x	
134	Elias Schierling	...	1767	RJ				
135	Florêncio Manoel Bastos	...	1767	PA			x	
136	Francisco João Roscio	Português	1767	RJ, RS, SC	x			
137	João Afonso Bittencourt	...	1767	BA, ES			x	
138	José Ramos de Souza	...	1767	BA				
139	Tomás de Souza	...	1767	GO, MT				
140	José Correa R. de Bulhões	...	1768	RJ, SP, RS, SC, CS				
141	Teotônio José Juazarte	...	1769	MS				
142	Antonio Albino do Amaral	Brasileiro	1770	PE	x		x	
143	José Francisco de Souza	...	1770	BA			x	
144	Alexandre José de Souza	...	1773	PA				
145	José Pinheiro de Lacerda	...	1773	PA, RO				
146	Antonio Joaquim de Oliveira	...	1774	RJ				x
147	Francisco Xavier de Oliveira	...	1774	MT, RO				
148	Inácio de Sousa Nogueira	...	1775	RJ			x	
149	Domingos Franco	...	1776	AM				
150	Manoel Martins do Couto Reis	Brasileiro	1776	RJ, SP, MS, RS	x			
151	Francisco C. dos Santos	Brasileiro	1777	RS, SC	x			
152	João de Souza de Castro	...	1777	BA			x	
153	Sebastião X. V. C. da Câmara	...	1777	RS				